

ORGANIZADORES

Ovidio Orlando Filho
Ligia Gomes Elliot

ESTUDOS META AVALIATIVOS

aplicações
metodológicas

ORGANIZADORES

Ovidio Orlando Filho
Ligia Gomes Elliot

ESTUDOS META AVALIATIVOS

aplicações
metodológicas

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2020 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2020 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - CC BY-NC (CC BY-NC-ND). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade dos autores, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Airton Carlos Batistela
Universidade Católica do Paraná, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Alexandre Antonio Timbane
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Alexandre Silva Santos Filho
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Aline Daiane Nunes Mascarenhas
Universidade Estadual da Bahia, Brasil

Aline Pires de Moraes
Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Carolina Machado Ferrari
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Andre Luiz Alvarenga de Souza
Emill Brunner World University, Estados Unidos

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Católica de Pernambuco, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Beatriz Braga Bezerra
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Breno de Oliveira Ferreira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Carla Wanessa Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Caroline Chioquetta Lorensen
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Daniel Nascimento e Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Danielle Aparecida Nascimento dos Santos
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Delton Aparecido Felipe
Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Dorame de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Doris Roncarelli
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Emanoel Cesar Pires Assis
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Erika Viviane Costa Vieira
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Everly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fauston Negreiros

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Barcellos Razuck

Universidade de Brasília, Brasil

Francisca de Assiz Carvalho

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Gabriela da Cunha Barbosa Saldanha

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Gabrielle da Silva Forster

Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Guilherme do Val Toledo Prado

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa

Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Vitoriano

*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helen de Oliveira Faria

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Heloisa Candello

IBM e University of Brighton, Inglaterra

Heloisa Juncklaus Preis Moraes

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ismael Montero Fernández,

Universidade Federal de Roraima, Brasil

Jeronimo Becker Flores

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

José Luís Giovanoni Fornos Pontifícia

Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Josué Antunes de Macêdo

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Júlia Carolina da Costa Santos

Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Julia Lourenço Costa

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini

Universidade de São Paulo, Brasil

Juliana Tiburcio Silveira-Fossaluzza

Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Karlla Christine Araújo Souza

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Laionel Vieira da Silva

Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leandro Fabricio Campelo

Universidade de São Paulo, Brasil

Leonardo Jose Leite da Rocha Vaz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski

Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lidia Oliveira

Universidade de Aveiro, Portugal

Luan Gomes dos Santos de Oliveira

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Luciano Carlos Mendes Freitas Filho

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett

Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Marceli Cherchiglia Aquino

Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Marcia Raika Silva Lima

Universidade Federal do Piauí, Brasil

Marcos Uzel Pereira da Silva

Universidade Federal da Bahia, Brasil

Marcus Fernando da Silva Praxedes

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Brasil

Margareth de Souza Freitas Thomopoulos

Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Maria Angelica Penatti Pipitone

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Maria Cristina Giorgi

Centro Federal de Educação Tecnológica

Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria de Fátima Scaffo

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Maria Isabel Imbroni

Universidade de São Paulo, Brasil

Maria Luzia da Silva Santana

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Sandra Montenegro Silva Leão

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai

Universidade de São Paulo, Brasil

Miguel Rodrigues Netto

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Nara Oliveira Salles

Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Neli Maria Mengalli

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patricia Biegling
Universidade de São Paulo, Brasil

Patrícia Helena dos Santos Carneiro
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Patrícia Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Patricia Mara de Carvalho Costa Leite
Universidade Federal de São João del-Rei, Brasil

Paulo Augusto Tamanini
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Priscilla Stuart da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Radamés Mesquita Rogério
Universidade Federal do Ceará, Brasil

Ramoff Bicalho Dos Santos
Universidade de Campinas, Brasil

Ramon Taniguchi Piretti Brandao
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Rarielle Rodrigues Lima
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Renatto Cesar Marcondes
Universidade de São Paulo, Brasil

Ricardo Luiz de Bittencourt
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Rita Oliveira
Universidade de Aveiro, Portugal

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcisio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Universidade de Brasília, Brasil

Thyana Farias Galvão
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Valdir Lamim Guedes Junior
Universidade de São Paulo, Brasil

Valeska Maria Fortes de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wagner Corsino Enedino
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wanderson Souza Rabello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Washington Sales do Monte
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle - Canoas, Brasil

Adriana Flaviana Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alessandra Dale Giacomini Terra
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alessandro Pinto Ribeiro
Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Marques Marino
Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Brasil

Aline Patricia Campos de Tolentino Lima
Centro Universitário Moura Lacerda, Brasil

Ana Emidia Sousa Rocha
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Ana Iara Silva Deus
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ana Julia Bonzanini Bernardi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Ana Rosa Gonçalves De Paula Guimarães
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Antonio de Oliveira
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Anne Karynne da Silva Barbosa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Antônia de Jesus Alves dos Santos
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Ariane Maria Peronio Maria Fortes
Universidade de Passo Fundo, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Bianca Gabrieli Ferreira Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruna Donato Reche
Universidade Estadual de Londrina, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Camila Amaral Pereira
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Carolina Fontana da Silva
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carolina Fragoso Gonçalves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Cecília Machado Henriques
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Cíntia Morales Camillo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Claudia Dourado de Salces
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Cleonice de Fátima Martins
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Cristiano das Neves Vilela
Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniella de Jesus Lima
Universidade Tiradentes, Brasil

Dayara Rosa Silva Vieira
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Rodrigues dos Santos
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Deborah Susane Sampaio Sousa Lima
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Diogo Luiz Lima Augusto
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil

Ederson Silveira
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Elaine Santana de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Elias Theodoro Mateus
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Elisiane Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabeth de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elizânia Sousa do Nascimento
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Emanuella Silveira Vasconcelos
Universidade Estadual de Roraima, Brasil

Érika Catarina de Melo Alves
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Everton Boff
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Fabiana Aparecida Vilaça
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Fabiano Antonio Melo
Universidade Nova de Lisboa, Portugal

Fabricia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Fabício Nascimento da Cruz
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Francisco Isaac Dantas de Oliveira
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Francisco Jeimes de Oliveira Paiva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Gean Breda Queiros
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Germano Ehler Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Glaucio Martins da Silva Bandeira
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Graciele Martins Lourenço
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Heliton Diego Lau
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Jeane Carla Oliveira de Melo
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

João Eudes Portela de Sousa
Universidade Tuiuti do Paraná, Brasil

João Henriques de Sousa Junior
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Juliana da Silva Paiva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade Federal de Goiás, Brasil

Lais Braga Costa
Universidade de Cruz Alta, Brasil

Leia Mayer Eyng
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos dos Reis Batista
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Miriam Leite Farias
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Natália de Borba Pugens
Universidade La Salle, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raick de Jesus Souza
Fundação Oswaldo Cruz, Brasil

Railson Pereira Souza
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Valdemar Valente Júnior
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Wallace da Silva Mello
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Wellton da Silva de Fátima
Universidade Federal Fluminense, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Wilder Kleber Fernandes de Santana
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Elson Moraes
Editoração eletrônica	Ligia Andrade Machado
Imagens da capa	Vectorstock, Pikisuperstar - Freepik.com
Editora executiva	Patricia Bieging
Assistente editorial	Peter Valmorbida
Revisão	Ligia Gomes Elliot
Organizadores	Ovidio Orlando Filho Ligia Gomes Elliot

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E828 Estudos meta avaliativos: aplicações metodológicas. Ovidio Orlando Filho, Ligia Gomes Elliot - organizadores. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. 216p..

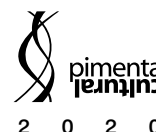
Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-88285-75-6 (eBook)

1. Avaliação. 2. Estudo. 3. Metodologia. 4. Desenvolvimento científico. 5. Tecnologia. I. Orlando Filho, Ovidio. II. Elliot, Ligia Gomes. III. Título.

CDU: 007
CDD: 000

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.756

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



SUMÁRIO

Apresentação.....	11
--------------------------	-----------

Ovidio Orlando Filho

Capítulo 1

Relatório de Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES: um estudo meta-avaliativo.....	13
---	-----------

Lorena Moreira Sigiliano Alfradique

Tathiana Teixeira Tavares

Ovidio Orlando Filho

Capítulo 2

Relatório de Avaliação Experimental de impacto social do Programa de Educação Financeira para adultos de baixa renda: um estudo meta-avaliativo.....	44
---	-----------

Laura Ferreira do Rego Barros

Andréa Göpfert Garcia

Ligia Gomes Elliot

Capítulo 3

Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras: a meta-avaliação como fator de medida de sua qualidade.....	79
--	-----------

Glaucilene Mariano Sales

Michelle Ribeiro Lage de Amorim

Elaine Rodrigues Perdigão

Capítulo 4

O Relatório de Avaliação do Programa Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro como objeto de uma meta-avaliação	116
---	------------

Renata da Silva Lemos Manhães

Simone Teixeira Barreiro

Lúcia Regina Goulart Vilarinho

Capítulo 5

Relatório de Avaliação de Impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade: um estudo meta avaliativo	145
--	------------

Nayanna Moreno Miranda Araújo

Olívia Meireles Ribeiro dos Santos

Glauco da Silva Aguiar

Capítulo 6

Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo: um estudo meta-avaliativo de seu relatório técnico	177
--	------------

Leandro da Silva Fernandes

Moyza Teixeira de Oliveira

Ovidio Orlando Filho

Sobre os autores e as autoras	208
--	------------

Índice remissivo.....	213
------------------------------	------------

APRESENTAÇÃO

Para mim é um privilégio escrever a apresentação deste novo livro sobre estudos meta-avaliativos da Faculdade Cesgranrio. Ele representa muitas ideias, acumuladas durante meses de discussões, sobre a qualidade de avaliações implementadas por diferentes órgãos especializados em avaliar programas sociais. Como um de seus organizadores, tive reforçada a ideia de que a geração de novos dados e conhecimentos sobre determinada avaliação são os mais poderosos insumos que podem ser utilizados para a melhoria de seus processos. Em sua construção, pude também ver confirmado o pensamento de que para se ter uma mente criativa é preciso mais trabalho do que genialidade.

Os autores de cada um de seus capítulos são alunos, das mais diversificadas formações, integrantes da 13ª turma do Mestrado Profissional em Avaliação de nossa Faculdade. Os professores, especialistas em *avaliação e orientadores de um dos autores de cada capítulo*, foram responsáveis pela apreciação dos estudos meta avaliativos apresentados pelos alunos. Essa interação entre docentes e discentes demonstra mais do que um espírito participativo, é a materialização da interdisciplinaridade como uma das forças mobilizadoras da energia que define a nossa instituição. Como avaliadores que somos, temos a firme convicção que a avaliação tem como única finalidade melhorar o mundo, gerando novos conhecimentos que auxiliarão os gestores das organizações, de todas as naturezas, em seus processos de tomada de decisões inteligentes.

Por fim, cabe se observar, que os estudos apresentados neste livro não permitem concluir que a realização de meta-avaliações possa solucionar de forma plena os problemas que possam existir

nas avaliações estudadas. Porém, possuem o mérito de lhes conferir maior visibilidade e de, possivelmente, desencadear animados debates sobre suas qualidades, seja nas esferas mais recatadas dos contextos educacionais, ou mesmo em outros *loci* que lhes sejam dedicadas atenções.

Boa leitura!

Ovidio Orlando Filho

Professor da Disciplina Meta-Avaliação
Faculdade Cesgranrio

1

Lorena Moreira Sigiliano Alfradique
Tathiana Teixeira Tavares
Ovidio Orlando Filho

Relatório de Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES: um estudo meta-avaliativo

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.756.I3-43

INTRODUÇÃO

De acordo com o texto constitucional brasileiro (BRASIL, 1988), o Estado é responsável por ofertar à população direitos básicos e igualitários de acesso à educação, saúde, moradia, transporte, etc. Quando os governos de todos os níveis administrativos de um país ofertam esses e outros serviços essenciais às suas populações, atingindo suas metas sociais com a devida qualidade, tem-se o que se define por desenvolvimento.

Para o alcance das metas traçadas no sentido de se atingir seus objetivos sociais com a devida qualidade, os governos se utilizam de políticas públicas. Essas políticas são traçadas por especialistas, sendo direcionadas ao atendimento das necessidades que surgem cotidianamente nas sociedades. Via de regra, essas políticas são implementadas por meio de programas e projetos que visam, de forma metodológica e racional, atender as necessidades de pessoas, organizações e instituições que formam a base que sustentam o desenvolvimento das nações.

Autores estudiosos das políticas públicas como Faria (2003) e Souza (2006) consideram que, antes mesmo de serem introduzidas como campo de estudo acadêmico, processo iniciado nos anos 1930, inicialmente as políticas públicas eram consideradas quase exclusivamente destinadas a responder as necessidades sociais definidas pelos sistemas políticos. A atenção nos processos de implementação dos programas e projetos dessas políticas era centrada nas demandas e articulações de interesses e luta pelo poder político e a avaliação desse processo se resumia no que os governos faziam ou deixavam de fazer (DYE, 1984) não sendo relevante se aferir o modo como faziam.

SUMÁRIO

No entanto, a partir das últimas décadas do século XX emergiu uma preocupação, inicialmente no campo educacional, porém hoje fortemente presente em diferentes contextos sócio organizacionais, de se avaliar aquilo que os governos realizam, de forma a exigir a prestação de contas de como são empregados os recursos públicos que são utilizados em função da implementação das políticas públicas governamentais. Passou-se, então, a existir uma preocupação com o uso da avaliação dos programas e projetos implementados em função dessas políticas e, também, com as partes interessadas em seus resultados, os chamados *stakeholders*.

Desse modo, considera-se que tantos os programas de políticas públicas quanto as suas avaliações devem possuir a necessária qualidade, em termos da eficiência e eficácia de suas conduções (mérito), assim como da utilidade e da efetividade (valor) de seus resultados.

Orlando Filho e Oliveira (2019, p. 154) corroboram esse pensamento, afirmando que:

A avaliação de uma política pública necessita se tornar uma prática consagrada, incorporando uma cultura institucional possuidora de conceitos adequados a cada situação, metodologias específicas e de sistemas de informações desenvolvidos, visando sustentar a implantação de um sistema contínuo de avaliações de qualidade. Deve-se avaliar não somente os programas, mas, também, os processos avaliativos postos em práticas, objetivando aferir-lhes a qualidade. Ou seja, as avaliações também necessitam ser avaliadas.

De tal modo, este capítulo se destina a realizar um estudo avaliativo em um relatório de avaliação de uma política pública, o Relatório Final da Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos Apoiados Pelo Fundo Amazônia/BNDES (PONS et al., 2019).

O artigo se inicia com uma abordagem conceitual do que é uma meta-avaliação, e a importância em se aferir sua qualidade das avaliações. Em seguida, são definidos o objeto e o objetivo do estudo, a metodologia meta-avaliativa empregada, os resultados alcançados e, por fim, as considerações finais com a apresentação de conclusões e sugestões que poderão contribuir para a implementação de melhorias no processo avaliativo cujo relatório é, aqui, meta-avaliado.

META-AVALIAÇÃO: CONCEITO E IMPORTÂNCIA

Na concepção de Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), avaliação é a determinação de valor e/ou mérito de um objeto de avaliação. “É a identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor, a qualidade, a utilidade, a eficácia ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 35). Na perspectiva de Machado, Chaise e Elliot (2016, p. 2), é também definida como sendo “a determinação sistemática da qualidade ou valor de alguma coisa”.

Assim sendo, “pode-se avaliar programas, projetos, organizações/ instituições, pessoas ou seus desempenhos, políticas ou estratégias, produtos e serviços, processos, orçamentos e editais” (MACHADO; CHAISE; ELLIOT, 2016, p. 2). A avaliação “pode ser entendida como um processo sistemático e permanente, utilizada na identificação de problemas, para corrigir erros e introduzir mudanças” (MACHADO; CHAISE; ELLIOT, 2016, p. 2), visando se alcançar melhorias naquilo que for seu objeto de estudo.

A principal finalidade da avaliação é a de favorecer a tomada de decisões inteligentes, logo, os processos avaliativos também necessitam ter a sua qualidade aferida, pois como afirmaram Worthen,

SUMÁRIO

Sanders e Fitzpatrick (2004), existem avaliações bem conduzidas e avaliações malconduzidas, cujos resultados podem gerar mais malefícios que benefícios aos processos decisórios. Sobre esse aspecto, Gimenes (2007, p. 227) afirma que “os diferentes processos avaliativos não se encerram nas conclusões de seus relatórios ou nas ações realizadas a partir de seus resultados”. Assim, todo processo avaliativo também necessita dar respostas ao seu contratante da avaliação, no sentido de garantir que seus resultados são confiáveis e possuem qualidade. Essas respostas objetivam trazer:

Um olhar amplo e, ao mesmo tempo, específico sobre o desenvolvimento e os resultados da avaliação do programa via seu relatório final, analisar criticamente o que foi encontrado como resposta, ter a preocupação valorativa de especialistas de modo a poder afirmar, a partir do confronto com padrões adotados pela literatura internacional sobre sua consistência e congruência. (ELLIOT; ORLANDO FILHO, 2019, p. 9).

Ressalta-se que a meta-avaliação realizada após o término da avaliação possui um caráter somativo, isto é, o meta-avaliador analisa relatórios prontos, podendo também utilizar bancos de dados coletados, documentação analisada, registros feitos e depoimentos obtidos. Ou seja, todo o material que estiver disponibilizado e que retrate a avaliação desenvolvida (ELLIOT, 2011). Já os processos meta-avaliativos de caráter formativo são aqueles que se desenvolvem durante o andamento da avaliação meta-avaliada, por meio de um acompanhamento contínuo e sistemático, permitindo revisão e aprimoramento do método e dos instrumentos em tempo real, assim como identificação dos problemas e uso dos resultados (DIAS SOBRINHO, 2003). Em ambos os casos, no pensamento de Scriven (2018), os resultados de uma meta-avaliação, seja formativa ou somativa, devem ser considerados como um serviço prestado à avaliação, pois visam gerar melhorias ao processo avaliativo originalmente implementado.

SUMÁRIO

A partir da segunda metade do século XX, os estudos meta-avaliativos vêm sendo foco de interesse dos estudiosos dos processos avaliativos. Para Schwandt (1989) meta-avaliar é a aplicação de um método que certifica a qualidade de uma avaliação, exigindo o emprego de um conjunto de procedimentos, padrões e critérios, estabelecidos por meio de juízos críticos, utilizados em seu julgamento. Ou seja, “emitir uma nova avaliação sobre o estudo avaliativo” (MACHADO; CHAISE; ELLIOT, 2016, p. 3). Já Stufflebeam (2001, p. 185) define a meta-avaliação como:

O processo de delinear, obter e aplicar informação descritiva e de julgamento - sobre a utilidade, a viabilidade, adequação e precisão de uma avaliação e sua natureza sistemática, competente conduta, integridade/ honestidade, respeitabilidade e responsabilidade social - para orientar a avaliação e divulgar publicamente seus pontos fortes e fracos.

Elliot (2011) cita que a meta-avaliação pode ser definida como a verificação da avaliação, baseando-se em diversos critérios, onde o meta-avaliador contratado ao término da avaliação focaliza o relatório produzido. Para Balzan (2000) a necessidade de se meta-avaliar está pautada na necessidade de se melhorar e inovar a própria avaliação.

No conceito de Penna Firme e Letichevsky (2010, p. 185, tradução das autoras), o propósito da meta-avaliação é o de:

Assegurar a qualidade da avaliação que, por sua vez, tem na sua essência: julgar o mérito e a relevância de seu foco de atenção, por meio de um processo de indagação sistemática; o mérito no que se refere às qualidades intrínsecas do objeto; e a relevância no que se refere ao impacto e à repercussão do objeto-foco em questão.

Por sua vez, Barros (2018) determina que para se realizar uma meta-avaliação, é preciso seguir parâmetros e determinar critérios definidos e estruturados que permitem aferir o valor, a ética, a relevância e a utilidade da avaliação executada.

SUMÁRIO

O OBJETO DO ESTUDO:
CARACTERÍSTICAS E OBJETIVOS

O objeto deste estudo meta-avaliativo é o Relatório Final da Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos Apoiados Pelo Fundo Amazônia/BNDES elaborado por Pons et al. (2019). O documento analisou cinco projetos encerrados apoiados pelo Fundo: “Biodiversidade”, “Compostos Bioativos da Amazônia”, “Florestas de Mangue”, “Ilhas de Belém” e “Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia” a fim de avaliar como o apoio do Fundo Amazônia impactou o cenário de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) na região, e suas contribuições para a recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia (PONS et al., 2019).

O Relatório meta-avaliado, apresentou três objetivos que deveriam ser alcançados por meio da avaliação realizada:

1. *estratégicos*: visando focar na aprendizagem institucional do próprio Fundo, contribuindo para a melhoria da qualidade dos projetos e a priorização dos investimentos (ao fornecer subsídios para a tomada de decisões), assim como proporcionar a aprendizagem da instituição executora dos projetos, observar possíveis oportunidades de fortalecimento no tema CT&I, visando à continuidade do apoio do Fundo a projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, verificar o alinhamento dos projetos com o PPCDAm e com os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento;
2. *de impactos e salvaguardas*: com o propósito de auxiliar o Fundo Amazônia na prestação de contas aos seus doadores sobre o tipo de projetos apoiados e seus efeitos, verificar a observância por parte dos projetos apoiados pelo Fundo Amazônia das

SUMÁRIO

salvaguardas de Cancun acordadas no âmbito da UNFCCC (Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas) para ações de REDD+ (Redução de Emissões de gases de efeito estufa, provenientes do Desmatamento e da Degradação florestal, considerando o papel da conservação do estoque de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal), verificar a observância por parte dos projetos apoiados dos critérios transversais de redução da pobreza e equidade de gênero, constatar em que medida os projetos são relevantes, eficientes, eficazes, sustentáveis e geram impactos (critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE); e

3. *específicos dos projetos*: dispondo-se a analisar as fortalezas e fragilidades da intervenção dos projetos e identificar desafios e lições aprendidas assim como recomendações (PONS et al., 2019).

No propósito de cumprir esses objetivos, Pons et al. (2019) estruturaram o referido Relatório da seguinte forma:

- a. Resumo executivo: breve apresentação do Relatório.
- b. Capítulo 1. Antecedentes: descrição do cenário da produção de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).
- c. Capítulo 2. Introdução: expõem os principais objetivos e as perguntas-chave gerais que orientam a avaliação.
- d. Capítulo 3. Metodologia: fases da avaliação, preparação e elaboração de relatório de desenho, missão de campo, elaboração do Relatório, quadro Lógico da Componente 4 “Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos”, quadro Lógico 2010, quadro Lógico 2017, comparando os quadros lógicos de 2010 e 2017 e teoria de mudança.

SUMÁRIO

- e. Capítulo 4. Avaliação de Resultados: impactos, sustentabilidade e relevância, conhecimento sobre o Bioma Amazônia integrando ciência e conhecimento tradicional produzido e difundido, pesquisadores(as) e técnicos(as) fixados(as) na região, integração entre cientistas, governo, setor privado, comunidades tradicionais e moradores locais, captação de recursos e fortalecimento de grupos de pesquisa locais, iniciativas de recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia, negócios envolvendo novos produtos ou processos tecnológicos sustentáveis, políticas públicas melhoradas para a recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia nas esferas federal, estadual e municipal, eficácia, eficiência, arranjos, execução e gestão de projetos.
- f. Capítulo 5. Conclusões.
- g. Capítulo 6. Recomendações e Lições Aprendidas.
- h. Capítulo 7. Anexos: avaliações individuais dos projetos, Projeto Biodiversidade, Projeto Compostos Bioativos da Amazônia, Projeto Florestas de Mangue, Projeto Ilhas de Belém, Projeto Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia, Critérios da OCDE, Salvaguardas de REDD+, Temas Transversais e Questões Avaliativas, Questionário aplicado via plataforma *SurveyMonkey*, Lista de fotos e Lista de entrevistas.

Dessa maneira, além da avaliação individual de efetividade de cada um dos cinco projetos, o relatório também analisou a estratégia do Fundo Amazônia de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) com o objetivo de fornecer recomendações para futuros apoios. De acordo com informações de seu escopo, os projetos tiveram início entre 2012 e 2014 e foram encerrados entre 2015 e 2018. O valor do apoio do Fundo Amazônia variou entre R\$1,1 e R\$4,6 milhões para cada projeto, totalizando R\$ 12 milhões (PONS et. al, 2019).

SUMÁRIO

A estrutura do documento compreende a análise dos quadros lógicos de cada projeto individualmente, e, com base nisso, é elaborada uma teoria de mudança, mostrando a lógica de intervenção que relaciona os resultados, efeitos e impactos para os cinco projetos. Assim, o relatório exibiu a intencionalidade de garantir uma análise mais ampla referente aos impactos dos projetos sobre os efeitos diretos da componente “Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos”, identificando inclusive resultados e efeitos que não estavam previstos (PONS et. al, 2019).

A avaliação foi realizada por uma equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da cooperação técnica entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH* e utilizou os critérios de relevância, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (PONS et. al, 2019).

Observa-se que o Fundo Amazônia tem como objetivo levantar fundos para apoiar ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, além de promover a conservação e o uso sustentável das florestas no Bioma Amazônico. Ele é visto, no exterior, como um modelo de um exemplar de instituição sediado em um país emergente que tem mostrado capacidade de liderar e administrar seu próprio fundo climático de modo inclusivo. Ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social foi confiada a gestão dos fundos, já que era capaz de atender aos altos padrões de transparência e prestação de contas (FORSTATER, 2013).

Segundo Garcia et al. (2019, p. 29), os *stakeholders* presentes no contexto do Fundo Amazônia vêm apresentando articulações pautadas em três objetivos e motivações que se robustecem reciprocamente:

SUMÁRIO

1. Identificar e ampliar a implementação de projetos eficazes a fim de apoiar a implementação da estratégia nacional do Brasil de prevenção do desmatamento;
2. Sinalizar o apoio da comunidade internacional para as políticas brasileiras existentes no que tange ao desenvolvimento sustentável na Amazônia e fortalecer e reforçar os vetores políticos e institucionais que defendem a Amazônia no Brasil;
3. Direcionar recursos, especialmente da comunidade internacional, para abordagens catalisadoras que permitam a transformação econômica em larga escala com vistas ao desenvolvimento sustentável na Amazônia.

Segundo Pons et. al (2019), o propósito da realização da avaliação de efetividade *ex-post* dos projetos foi medir os resultados alcançados, seus efeitos e a sustentabilidade das mudanças geradas pela sua implementação. E, aproveitando a proximidade temática dos cinco projetos, buscou-se produzir uma ampla reflexão sobre a estratégia de apoio do Fundo Amazônia à Ciência, Tecnologia e Inovação contribuindo assim para a recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia. Ressalta-se que a avaliação *ex-post* é executada algum tempo depois de encerradas as atividades, quando se pode verificar seus impactos e a sustentabilidade dos investimentos feitos.

OBJETIVO DO ESTUDO META-AVALIATIVO

Seguindo conceito formulado por Scriven (2018), este estudo teve por objetivo, por meio da realização de uma meta-avaliação somativa, fornecer evidências independentes sobre a qualidade técnica do relatório estudado, objeto deste estudo, representando um serviço

de avaliação cuja finalidade é a de gerar dados que possam melhorar a avaliação principal. Procurou-se aferir a qualidade do objeto de estudo, utilizando como norte metodológico os critérios estabelecidos por Davidson (2005) para se aferir a qualidade de uma avaliação.

METODOLOGIA DA META-AVALIAÇÃO

Elliot (2011, p. 944) afirma que “as abordagens somativas de meta-avaliação ocorrem após o término da avaliação, depois que todo o processo avaliativo já aconteceu e meta-avaliador lida com relatórios prontos”. Na concepção de Yarbrough et al. (2011), uma meta-avaliação somativa focaliza a avaliação já concluída e o seu relatório, onde o avaliador desejará saber o que foi feito e o que não foi feito, além do impacto da avaliação. Complementando, para Stufflebeam (2001), as meta-avaliações somativas auxiliam os interessados a perceber tanto os pontos fortes como as fragilidades da avaliação realizada e ainda o seu mérito e valor.

A metodologia meta-avaliativa utilizada neste estudo teve como base os cinco critérios estabelecidos Davidson (2005), buscando aferir o mérito ou qualidade intrínseca do objeto meta-avaliado. A autora estabeleceu atributos como validade, utilidade, conduta, credibilidade e custos como critérios fundamentais a serem estudados em uma avaliação de forma a, em função de seus resultados, aferir se a mesma bem realizada, possuindo, desta forma mérito e valor.

Conforme afirmou Schwandt (1989), caso o objeto de estudo de uma avaliação for uma outra avaliação, a proposta do estudo deve ser certificar a qualidade do processo avaliativo inicialmente implementado. Com isso, é estabelecido um conjunto de procedimentos, padrões e critérios que possibilitem a formulação

de juízo de valor que possa agregar valor à avaliação original, contribuindo para o seu aperfeiçoamento.

Assim sendo, as avaliações devem produzir conclusões válidas e justificáveis; ser úteis ao cliente e a outros públicos relevantes; conduzidas de maneira ética, legal, profissional e apropriada; ser dignas de crédito para os públicos relevantes; e ser tão anônimas, rápidas, não obstrutivas quanto possível (DAVIDSON, 2005).

O Quadro 1 apresenta as definições de cada critério fundamental que uma avaliação de qualidade deve possuir, estabelecido por Davidson (2005).

Quadro 1 - Descrição dos Critérios Fundamentais de Davidson

Critérios	Descrição
Validade	Recomendações válidas, se existirem, ou seja, há base suficiente para propô-las e permite reconhecer que elas vão funcionar se forem implementadas.
Utilidade	Demonstra que uma avaliação precisa ser útil para aqueles que a encomendaram e/ou que nela têm interesse.
Conduta	Consiste na observação, pelo meta-avaliador, se padrões legais, éticos e profissionais, de adequação cultural e de não impedimento foram respeitados pelo avaliador.
Credibilidade	Dividido em (a) familiaridade com o contexto; (b) independência, imparcialidade, e/ou falta de conflito de interesse; e (c) expertise (especialidade) em avaliação e na matéria sob investigação.
Custos	Uma avaliação sempre inclui diferentes tipos de custo. No caso de avaliações encomendadas, a prestação de contas, a relevância das despesas, o pagamento dos avaliadores e de outros itens fazem parte de uma equação em que se deseja saber se os resultados valem o que custaram. É uma relação custo-benefício que se procura e deve ser equilibrada.

Fonte: Os autores (2020, adaptado de DAVIDSON, 2005).

SUMÁRIO

Para a apresentação dos resultados finais da meta-avaliação foi seguido os seguintes critérios de classificação definidos por Davidson (DAVIDSON, 2005, p. 217):

- a. Conceito A = atinge todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.
- b. Conceito B = atinge a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.
- c. Conceito C = trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.
- d. Conceito D = tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.
- e. Conceito E = perde o ponto totalmente.

Como já citado, a meta-avaliação possui o propósito de, por meio do estabelecimento de critérios sólidos, oferecer o *feedback*, a respeito da qualidade da avaliação original. Um importante critério que pode ser adotado para se manter o foco no processo de se atingir o objetivo traçado pela meta-avaliação é a formulação de uma ou mais questões avaliativas. Para Simões (2015, p. 24), “essas questões avaliativas são a “alma” da avaliação. Não existe boa avaliação sem uma boa pergunta [...]. As perguntas avaliativas são a base para as definições metodológicas que orientarão todo o projeto de avaliação”. Assim sendo, ao final deste estudo meta-avaliativo, pretendeu-se responder a seguinte questão:

Até que ponto a avaliação descrita no Relatório Final da Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos

Econômicos Apoiados Pelo Fundo Amazônia/BNDES encontram-se harmônico, considerando os critérios fundamentais de qualidade da avaliação, estipulados por Davidson (2005)?

Ressalta-se que a obtenção dos conceitos para cada critério considerado no estudo (A, B, C, D e E) foi assentada em juízo de valor subjetivo, estipulados a critério dos autores deste estudo e pautados no comparativo do que o relatório apresenta em seu conteúdo, relacionado aos conceitos disseminados por Davidson (2005).

RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta seção serão apresentados a análise e os resultados da meta-avaliação do Relatório Final da Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos. Optou-se por avaliar o atendimento de cada critério individualmente, o resultado geral da meta-avaliação encontra-se no final desta seção.

Critério de Validade

Para Davidson (2005, p. 208-209), alguns indicadores podem ser usados como norteadores ao atendimento do critério de validade da avaliação:

Cobre todas as fontes relevantes de valor (ex.: necessidades, padrões relevantes, definições de senso comum sobre valor). Cobre compreensivamente processo, resultado e custo. Não inclui critérios irrelevantes ou ilícitos. Inclui análises qualitativas e quantitativas que são apropriadas aos dados coletados. Estabelece claramente como os dados são interpretados. Explicita com clareza a procedência das conclusões avaliativas

SUMÁRIO

(nada de saltos lógicos ou “fumaça no espelho”). Inclui recomendações válidas (se existirem, ou seja, há base suficiente para propô-las e permite reconhecer que elas vão funcionar se forem implementadas).

Nessa linha de raciocínio, Elliot (2011, p. 947) afirma que a “validade da avaliação diz respeito à relação entre as conclusões apresentadas pelo avaliador e sua justificativa.” Dessa maneira, na meta-avaliação, é necessário “verificar as fontes de dados que o avaliador utilizou e as associações feitas entre fatos e valores de modo a constatar o quanto as conclusões se justificam”.

A avaliação realizada por Pons et al. (2019) foi orientada no sentido de seguir os cinco critérios definidos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em 1991: Relevância, Eficácia, Eficiência, Impacto e Sustentabilidade. Além dos critérios da OCDE, foi avaliado em que sentido os projetos financiados promoveram a equidade de gênero e contribuíram para a redução da pobreza (critérios transversais).

A execução da avaliação passou pelas fases de: 1) preparação e elaboração de relatório de desenho, 2) realização da missão de campo, e 3) elaboração do relatório preliminar. Com base no relatório preliminar foi realizada a 4) rodada de consulta, na qual foram validados os resultados da avaliação, e, por fim, 5) elaborado o relatório final de avaliação (PONS et al., 2019).

Além disso, os autores realizaram a avaliação orientada por perguntas-chave gerais (PONS et al., 2019, p. 20):

1. Os projetos conseguiram mobilizar os insumos necessários?
2. Os projetos foram eficientes no uso dos insumos?
3. As ações foram eficazes? Os produtos esperados foram realizados?

SUMÁRIO

4. Os impactos esperados dos produtos realizados foram alcançados?
5. Como esses impactos contribuem para o objetivo de recuperação, conservação e uso sustentável do Bioma Amazônia?
6. Houve impactos não intencionais (positivos e negativos)?
7. Qual a sustentabilidade dos investimentos e do impacto gerado?

Por esse motivo, pode-se constatar que o relatório apresenta dados detalhados e compreensíveis sobre os processos, resultados e custos e cobre todas as fontes relevantes de valor. Assim como, não foi identificado, nenhum indicativo de critérios irrelevantes ou ilícitos.

Os resultados foram apresentados em tabela e gráficos facilitando a compreensão das interpretações. Foram divididos em três categorias conforme os critérios da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico: a) Impactos, sustentabilidade e relevância; b) Eficácia e c) Eficiência. Cada resultado foi acompanhado de considerações técnicas e comparado com as metas estabelecidas no início dos projetos. A seguir, um trecho do relatório que exemplifica a dinâmica da apresentação dos resultados:

As metas dos indicadores acordados nos quadros lógicos no início dos projetos foram alcançadas e em alguns casos superadas (ver Anexos 7.1.1 a 7.1.5). Por outro lado, um olhar mais amplo a partir da teoria de mudança gerada ao longo da avaliação revela que os projetos Biodiversidade, Ilhas de Belém e Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia não alcançaram alguns dos efeitos diretos que eram esperados, uma vez que houve pouca articulação e pouca demanda externa à academia pelas pesquisas desenvolvidas e, por conseguinte, pelos resultados gerados. (PONS et al., 2019, p. 29).

Quanto às recomendações, pode-se inferir que foram objetivas, coerentes e válidas, correspondendo ao objetivo, contexto

e necessidades da avaliação. O Relatório apresenta em sua parte final uma seção específica para as recomendações e lições aprendidas que poderão contribuir para futuros projetos que podem ser apoiados pelo Fundo Amazônia.

Dessa forma, após análise dos indicadores norteadores do critério de validade, considera-se que o critério foi atendido plenamente.

Critério Utilidade

A utilidade de uma avaliação é determinada pela necessidade que seus *stakeholders* possuem em relação aos seus resultados. Dessa forma, a avaliação, assim como seus resultados necessitam ser:

- 1) relevantes para as questões ou decisões dos interessados;
- 2) pontuais, de modo que os resultados estejam disponíveis quando as pessoas interessadas necessitarem tomar decisões, e
- 3) comunicados claramente em linguagem, mídia e canais de comunicação apropriados. (DAVIDSON, 2005, p. 209).

Para Elliot (2011, p. 948) quanto “mais os resultados forem usados pelos participantes ou pelos interessados na avaliação, mais forte se torna o atendimento ao critério de utilidade”. Nesse ponto, Pons et al. (2019) apresentam as suas Recomendações e Lições Aprendidas no item 6 do Relatório. É importante destacar que as recomendações foram separadas para os grupos aos quais se destinam: aos coordenadores do projeto e ao Departamento de Meio Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia/BNDES. Os trechos do Relatório a seguir destacam algumas recomendações que foram sugeridas:

Aos (às) coordenadores (as) do projeto: Envolver representantes dos (as) beneficiários (as) na concepção de projetos e definir estratégias de participação desses (as) durante a sua execução; [...] Ao Departamento de Meio

Ambiente e Gestão do Fundo Amazônia/BNDES: Fornecer capacitações em gestão de projetos, monitoramento de resultados e preenchimento dos relatórios para os(as) executores(as) de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico [...]. (PONS et al., 2019, p. 48).

Além disso, há uma seção destinada às lições aprendidas, que complementam as recomendações, oferecendo maiores detalhes sobre a execução dos projetos e seus resultados, impactos e desafios, como por exemplo:

As obras de infraestrutura e os equipamentos adquiridos têm sua sustentabilidade prejudicada quando não existe estratégia para garantir os recursos de manutenção; O tempo de execução dos projetos deve ser mais longo para que as obras de infraestrutura e os equipamentos adquiridos tenham impacto sobre a pesquisa desenvolvida no projeto e não apenas sobre pesquisas posteriores à sua conclusão [...]. (PONS et al., 2019, p. 50).

Dessa forma, os avaliadores conseguiram organizar e pontuar claramente os resultados da avaliação, oferecendo conteúdo suficiente para ser usado como subsídio para tomadas de decisões pelos *stakeholders*. Em face do exposto, pode-se inferir que o critério de utilidade foi amplamente atendido no relatório meta-avaliado.

Critério de Conduta

O critério de conduta consiste na observação pelo meta-avaliador se os padrões legais éticos e profissionais, de adequação cultural e de não impedimento do próprio processo da avaliação foram respeitados pelo avaliador (DAVIDSON, 2005). Elliot (2011) diz que os padrões de conduta se relacionam, diretamente, com a validade e confiabilidade no tocante aos resultados da avaliação.

Porém, segundo a autora, conduta é um critério mais aplicável ao processo da avaliação do que ao relatório completo e acabado.

Não foi observada no relatório nenhuma indicação de desvio do aspecto de conduta ou de impedimento do próprio processo de avaliação. O conteúdo do Relatório escrito por Pons et al. (2019) expôs os dados e resultados de forma transparente, além disso, os avaliadores seguiram padrões éticos e profissionais observando a legislação e a adequação cultural. Por esses motivos, considera-se que o critério de conduta foi atendido totalmente.

Critério de Credibilidade

“A obtenção de credibilidade para uma avaliação está diretamente relacionada à aceitação, por parte dos interessados, dos resultados e suas fontes, isto é, em que medida merecem crédito” (ELLIOT, 2011, p. 949). De acordo com Davidson (2005, p. 211), os elementos fundamentais de credibilidade de uma avaliação são: “a) familiaridade com o contexto; b) independência, imparcialidade, e/ou falta de conflito de interesse; e c) expertise (especialidade) em avaliação e na matéria sob investigação”.

Um avaliador familiarizado com o contexto conhece bem o projeto ou programa que está sendo avaliado, sua estrutura, organização e normas, ou ainda, conhece o grupo onde o objeto avaliado se insere. Essa familiaridade faz com que a apresentação de resultados seja mais realista e próxima do entendimento dos interessados (ELLIOT, 2011).

Ficou evidente no Relatório a familiaridade dos avaliadores com o objeto avaliado, assim como a *expertise* em avaliação e na matéria sob investigação. É importante pontuar, que além de avaliar

SUMÁRIO

a estratégia do Fundo Amazônia de apoio à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) o relatório avalia individualmente cada um dos cinco projetos que estão relacionado à componente CT&I, indicando um grande entendimento sobre o processo avaliativo.

Os avaliadores fornecem informações detalhadas e específicas sobre o tema, abordando assuntos diversos. Foram discutidos aspectos relacionados ao Fundo Amazônia, à sustentabilidade, à biodiversidade e aos impactos sociais. Por esse motivo, os indicadores familiaridade com o contexto e especialidade em avaliação e na matéria sob investigação foram totalmente atendidos.

Quanto à Independência, imparcialidade, e/ou falta de conflito de interesse:

Independência e imparcialidade são fatores que se tornam mais presentes quando a avaliação é divulgada para públicos externos ou para grupos de interesse (*stakeholders*). São importantes no trato de conflito de interesses que poderiam prejudicar a credibilidade da avaliação. O avaliador não deve ter preferências por qualquer grupo de *stakeholders*, nem apresentar julgamentos tendenciosos. Tais posturas fazem parte de sua atuação como profissional. (ELLIOT 2011, p. 949).

O fato de a avaliação ter sido realizada por uma equipe formada por consultores independentes, sob a coordenação da cooperação técnica entre o BNDES e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH (PONS et al., 2019), garantiu a imparcialidade, não sendo notado nenhum conflito de interesses ao longo do conteúdo do Relatório.

O atendimento à imparcialidade pode ser observado na apresentação do Relatório, onde os autores relatam que “Todas as opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos autores,

não refletindo necessariamente a posição da GIZ e do BNDES” (PONS et al., 2019, p.2).

Diante do exposto, o critério credibilidade foi considerado atendido totalmente já que os três indicadores: a) familiaridade, b) imparcialidade e c) especialidade, foram amplamente encontrados no Relatório meta-avaliado.

Critério de Custos

“No caso de avaliações encomendadas, a prestação de contas, a relevância das despesas, o pagamento dos avaliadores e de outros itens fazem parte de uma equação em que se deseja saber se os resultados valem o que custaram” (ELLIOT, 2011, p. 949-950). Na meta-avaliação deve-se procurar a relação custo-benefício, a qual deve ser equilibrada

Segundo Elliot (2018), a prestação de contas permite identificar os custos referentes à realização da avaliação, viabilizando analisar se os custos da avaliação são viáveis e se justificaram os seus resultados. Além disso, este padrão complementa a prestação de contas, esclarecendo sobre a função dos itens que compõem as despesas, auxiliando os *stakeholders* na elaboração de um planejamento financeiro adequado e eficaz para as futuras avaliações que pretendam contratar.

O Relatório não menciona os custos da avaliação, o pagamento dos avaliadores e a relevância das despesas. Por outro lado, fez menção às despesas operacionais relacionadas aos custos administrativos da execução dos projetos que foram avaliados, buscando mensurar a qualidade dos produtos e serviços em relação aos recursos investidos nos projetos, comprovando se o recurso

financeiro foi investido da forma mais econômica e se os resultados foram alcançados satisfatoriamente.

Portanto, como não há no Relatório qualquer alusão aos custos do processo avaliativo realizado, o critério de custos foi considerado como não atendido. Este e os demais critérios estão apresentados no Quadro 2 com seus respectivos julgamentos desta meta-avaliação, de acordo com os critérios de classificação definidos por Davidson (2005).

O Quadro 2 apresenta um demonstrativo geral dos resultados obtidos por cada Critério Fundamental de Davidson, considerando o estudo realizado no Relatório Meta-avaliado.

Quadro 2 – Resultado Geral da Meta-avaliação

Critérios		Julgamento (A-E)
1 – Validade		A
2 – Utilidade		A
3 – Conduta		A
4 – Credibilidade	Familiaridade	A
	Imparcialidade	A
	Especialidade	A
5 – Custos		E

Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio dos resultados apresentados, o Relatório Final da Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos Apoiados Pelo Fundo Amazônia/BNDES (PONS et

SUMÁRIO

al., 2019), atende plenamente aos critérios de Validade, Utilidade, Conduta e Credibilidade.

A única exceção, portanto, foi o não atendimento ao critério de custos, já que o Relatório em nenhum momento descreve os gastos efetuados com os avaliadores e com a avaliação propriamente dita. Dessa forma, recomenda-se, no sentido de propor possíveis melhorias em futuras avaliações, que sejam incluídos os custos despendidos com a avaliação. Com a sua apresentação no relatório, torna-se possível identificar a relação custo-benefício da avaliação, ou seja, a efetividade dos custos da avaliação.

A discriminação dos custos de uma avaliação é uma importante informação que ajuda a apurar a eficiência de processo avaliativo e definir se a relação custo-benefício foi vantajosa no processo de auxílio não só à alta administração, como também às gerências de níveis intermediários de uma organização.

Toda avaliação representa um custo a mais para seus contratantes e sua definição permite um melhor conhecimento das relações entre custo de sua implementação e qualidade dos resultados alcançados, ou seja, do que foi obtido como insumo da avaliação. O custo serve, também, como uma importante ferramenta da avaliação, possibilitando se obter indicadores de desempenho e impacto, que por sua vez, mensuram se os resultados obtidos foram adequados às necessidades do programa.

Finalizando, de forma geral, o Relatório de avaliação, contemplou plenamente quatro dos cinco critérios estabelecidos por Davidson (2005) e utilizados na metodologia desta meta-avaliação. A *expertise* em avaliação dos autores ficou demonstrada ao longo de todo o conteúdo do Relatório.

Ademais, em quatro dos critérios considerados, o Relatório demonstrou atender com excelência a finalidade a que se destina, tendo sido estruturado de forma clara e objetiva, sugerindo recomendações válidas que poderão ser utilizadas pelos *stakeholders* para a tomada de decisões.

Como única recomendação deste estudo, sugere-se à equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da cooperação técnica entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável, por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH*, que nas próximas avaliações que implementarem façam constar em seus relatórios as informações relacionadas aos custos para realização do processo avaliativo, pois aspectos como esse contribuem para evidenciar o nível de responsabilização presente no contexto da avaliação, aumentando a credibilidade dos avaliadores e de seus contratantes.

A VALIDAÇÃO DA META AVALIAÇÃO REALIZADA

Em um momento que o país debate a situação da Amazônia brasileira, discutindo os desafios em encontrar um modelo adequado para seu desenvolvimento sustentável, procurando mostrar às comunidades internacionais possuir o conhecimento de aspectos ligados às suas potencialidades e vulnerabilidade, de forma a assegurar a soberania na região, a temática deste estudo não poderia ter maior relevância.

Dessa forma, o capítulo aqui analisado, intitulado “Relatório de Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES: um estudo meta-

SUMÁRIO

avaliativo”, encontra-se no cerne de um tema de grande relevância da geopolítica nacional e internacional, o que justifica sua discussão nos contextos acadêmicos. Quanto a esse título, em que pese um pouco extenso, é adequado e esclarecedor quanto ao conteúdo do estudo, representando um “cartão de visitas” em relação ao que irá ser descortinado no desenvolvimento do trabalho.

Considerando o olhar atento de suas autoras, o estudo nos revelou um processo meta-avaliativo sobre os resultados da avaliação de efetividade *ex-post* de projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, relacionados a aspectos sobre Ciência, Inovação, Biodiversidade, Compostos Bioativos da Amazônia, entre outros pontos relacionados às Políticas Públicas da Região Amazônica. A avaliação foi realizada por uma conceituada equipe formada por consultores independentes sob a coordenação da cooperação técnica entre o BNDES e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH (PONS et al. 2019).

O estudo foi desenvolvido por meio de uma linguagem técnico-acadêmica correta, com suas seções, parágrafos e citações, colocados e desenvolvidos, possuindo uma sequência lógica, o que possibilita ao leitor compreender com clareza aquilo que se procurou expor. Possui em seu texto introdutório a apresentação de uma análise a respeito das políticas públicas, oferecendo um olhar que privilegiou alguns aspectos a elas relacionados como: pressões sociais, interesses colidentes ou comuns, disputas de poder, prestações de contas e instituições, entre outros. Enfatizou-se a relevância de sua avaliação, abordando seus conceitos, sua importância social e suas propostas. Em seguida, foi apresentado o conceito de que toda avaliação deve ser checada (STUFFLEBEAM, 1981), envolvendo padrões éticos e legais (JOINT COMMITTEE ON STANDARD FOR EDUCATION EVALUATION, 1994) e, também, analisada conforme as concepções, valores e fundamentos metodológicos subjacentes (KEMMIS, 1989).

SUMÁRIO

Em sequência, foi introduzido o conceito de meta-avaliação como a aferição do valor e do mérito de uma avaliação, concebido por Michel Scriven no final da década de 1960. Nesse ponto, a meta-avaliação foi apresentada como um exercício de crítica e reflexão dos processos avaliativos, se tornando um caminho promissor para se aferir a qualidade de uma avaliação. A seguir, na apresentação do objeto de estudo, o Relatório de Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Apoiados pelo Fundo Amazônia/BNDES foi apresentado com um detalhamento adequado ao seu conhecimento e compreensão.

Com relação à adequação dos procedimentos metodológicos à proposta descrita no capítulo, na metodologia eleita para nortear o estudo, foram contemplados os cinco critérios fundamentais estabelecidos por Davidson (2005) no capítulo dedicado à avaliação de avaliações, na obra de sua autoria *Evaluation methodology basics*. Nele, a autora expõe os cinco critérios, salientando os seus objetivos de orientar a meta-avaliação, buscando seu mérito ou qualidade intrínseca (ELLIOT, 2011). Nesse ponto, cabe ressaltar que os detalhes metodológicos da aplicação desses critérios não se esgotaram na seção dedicada à metodologia. Durante a apresentação dos resultados, para cada critério considerado, houve a preocupação de se acrescentar fundamentos importantes sobre os mesmos, segundo pensamentos formulados por sua idealizadora.

Quanto à relevância da fundamentação teórica/conceitual para o desenvolvimento do estudo, as autoras tiveram o zelo de contemplar uma gama diversificada de autores, clássicos e atuais, de todos os temas tratados no estudo. A apresentação dos conceitos emitidos no estudo foi sustentada de forma precisa em pensamentos formulados por estudiosos dos temas abordados, possuidores de conceituação relevante em seus campos de estudo acadêmico. Nesse ponto, observa-se que as autoras tiveram o cuidado de não

SUMÁRIO

pecar nem por excesso, tampouco por insuficiência de referências e citações. Em alguns pontos do estudo, elas deliberaram livremente com pensamentos próprios, contribuindo, dessa forma, para geração de novos conhecimentos sobre os assuntos abordados no capítulo.

Considerando não ter sido possível realizar a meta-avaliação de todo universo contextualizado pela avaliação, sendo contemplado no estudo somente o conteúdo do relatório, em um processo de meta-avaliação somativa, a apresentação dos resultados e suas respectivas análises foram conduzidas de forma a que, para cada critério de Davidson, fosse destacado o trecho do relatório que lhe dizia respeito. Esse método, expor o resultado de determinado ponto abordado pelo estudo seguido de sua análise, permitiu às autoras construir seus juízos de valor a respeito daquilo que observaram no objeto meta-avaliado.

No que concerne à importância do estudo para os seus *stakeholders*, se pode destacar que seus resultados, gerados por uma avaliação de uma avaliação de política pública, são os insumos de uma prática que agrega transparência tanto ao órgão avaliador quanto política originalmente avaliada, ou seja, à própria administração pública.

Ficou constatado que a avaliação meta-avaliada possuiu boa qualidade, tendo quatro dos cinco critérios fundamentais de Davidson sido contemplados em sua plenitude em seu relatório. No entanto, o quinto critério, referente aos custos da avaliação não constou em seu escopo. Nesse aspecto, é de fundamental importância a constatação de que os processos avaliativos contribuem para tornar mais eficientes os gastos dos governos o que, em última instância, honra os cidadãos pagadores de impostos. Assim, como recomendação mais relevante, as avaliadoras indicaram ao órgão avaliador que “nas próximas avaliações que implementarem façam constar em seus relatórios as informações relacionadas aos custos

SUMÁRIO

para realização do processo avaliativo”, pois esse aspecto aumenta tanto a sua credibilidade quanto dos contratantes da avaliação.

Por fim, considerando que a meta-avaliação é um referencial para a análise de avaliações, trabalhos como este, desenvolvido no recatado contexto de uma Instituição de Ensino Superior, nos conduz ao pensamento de que meta-avaliar, em sua essência, se trata de algo mais profundo. É uma concepção e, ao mesmo tempo, uma perspectiva, que, por meio da utilização de determinada metodologia, se consegue aferir a qualidade de uma avaliação. Ao percorrer os caminhos traçados nos diferentes modelos de se meta-avaliar, nos é dada a oportunidade de encontrar diversas visões e compreensões de seu conceito, concorrendo para melhor conhecer seus fundamentos e suas diferentes áreas de aplicação.

REFERÊNCIAS

BALZAN, N. C.; DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação institucional: teoria e experiência*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BARROS, L. F. R, B; ELLIOT, L. G. Meta-Avaliação do Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 8: Programa Saúde da Família. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], p. 197-224, out. 2018.

DAVIDSON, E. J. *Evaluation methodology basics*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.

DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior*. São Paulo: Cortez.2005.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice- Hall. 1984.

ELLIOT, L. G. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. em educ.* Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-963, out./dez. 2011.

SUMÁRIO

ELLIOT, L. G., ORLANDO FILHO, O. (Orgs.). *Meta avaliações de políticas públicas do governo: o que revelam os relatórios de avaliação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

ELLIOT, L. G.; CORTÊS, L. M. S.; SOUSA, F. S. Relatório Final de Avaliação do Programa Professores para o Futuro (Finlândia): um estudo meta-avaliativo. *Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro. Edição Especial, n. 2, p. 99-128. 2018.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FORSTATER, M.; NAKHOODA, S.; WATSON, C. *Entendendo a eficácia do financiamento climático: o Fundo Amazônia*. ODI 203 Blackfriars Road, Londres SE1 8NJ. Abr. 2013. Acesso em: 11 fev. 2020. Disponível em: <https://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/8570.pdf>.

FUNDO AMAZÔNIA. *Projetos*. Acesso em 11 fev. 2020. Disponível em: <<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/monitoramento-e-avaliacao/avaliacoes-externas/>>.

GIMENES, N. A. S. Estudo meta-avaliativo do processo de autoavaliação em uma instituição de educação superior no Brasil. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 18, n. 37, maio/ago. 2007.

JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION. *The program evaluation standards* (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage, 1994.

KEMMIS, S., Seven principles for programmer evaluation in curriculum development and innovation. In HOUSE, E. R. *New directions in educational evaluation*. 2a. ed. p. 117-140. London: The Falmer Press, 1989

MACHADO, T. R.; CHAISE, R. M.; ELLIOT, L. G. A meta-avaliação como instrumento de qualidade nas Políticas Públicas: o Programa Segundo Tempo. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], p. 1-20, jul. 2016.

ORLANDO FILHO, Ovidio, OLIVEIRA, Regina Adelaide Carvalhal de. O relatório de avaliação do programa apoio à alimentação escolar na educação básica: um estudo meta-avaliativo. In ELLIOT, L. G., ORLANDO FILHO, O. (Orgs.). *Meta avaliações de políticas públicas do governo: o que revelam os relatórios de avaliação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

PENNA FIRME, T., LETICHEVSKY, A. C. O Desenvolvimento da Capacidade de Avaliação no Século XXI: enfrentando o desafio através da Meta-Avaliação. *Revista Meta: Avaliação*, [S.l.], v. 2, n. 5, p. 180-195, mai 2010.

SUMÁRIO

PONS, E. G. et al. *Relatório Final da Avaliação de Efetividade de Projetos de Desenvolvimento Científico e Tecnológico da Componente de Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos Apoiados Pelo Fundo Amazônia/ BNDES*. Dez, 2019. Acesso em: 10 fev. 2020. Disponível em: <http://www.fundoamazonia.gov.br/export/sites/default/pt/.galleries/documentos/monitoramento-avaliacao/relatorio-efetividade-projetos/Relatorio-Final-de-Avaliacao-Projetos-CTIs.pdf>

SCHWANDT, T. A. The politics of verifying trustworthiness in evaluation auditing. *American Journal of Evaluation*. 1989. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249773105_The_Politics_of_Verifying_Trustworthiness_in_Evaluation_Auditing. Acesso em 20 de mai. 2020.

SCRIVEN, M. *Avaliação: um guia de conceitos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2028.

SCRIVEN, M. The methodology of evaluation. In: STAKE, R. E. (Ed.), Curriculum evaluation. *American Education Research Association Monograph Series on Evaluation*. Chicago, n. 1, p. 39-83, 1967.

SIMÕES, Armando A. *Avaliação de programas e políticas públicas*. Brasília/DF: ENAP, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Ovidio/Desktop/AVALIACAO-DE-PROGRAMAS-E-POLITICAS-PUBLICAS-003.pdf>. Acesso em: 20 de mai.2020.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Rev. Sociologias*, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Porto Alegre, 2006.

STUFFLEBEAM, D. L. Metaevaluation concepts, standards and uses. In BERK, R.A. *Educational evaluation methodology: the state of the art*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1981.

STUFFLEBEAM, D. L. The metaevaluation imperative. *American Journal of Evaluation*, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. São Paulo: Editora Gente, 2004.

YARBROUGH, Donald Burt. et al. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluations users*. 3. Ed. Califórnia: Sage, 2011.

2

Laura Ferreira do Rego Barros
Andréa Göpfert Garcia
Ligia Gomes Elliot

Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda: um estudo meta-avaliativo

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.756.44-78

AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A IMPORTÂNCIA DA META-AVALIAÇÃO

A realização de uma avaliação é processo fundamental para a geração de conhecimento, permitindo a formulação de juízos de valor a respeito de determinado objeto. Ou seja, a avaliação é um importante suporte que os decisores possuem para tomar decisões fundamentadas e úteis, visando a melhoria do objeto avaliado. Assim, avaliação é um processo a serviço da tomada de decisão (STUFFLEBEAM; MADDAUS; KELLAGHAN, 2006). Quando o objeto do estudo avaliativo é um programa de uma determinada política pública, possui o propósito de assegurar o nível de qualidade desejado para a política de forma geral. Assim, os insumos gerados pelos resultados da avaliação do programa se tornam bons subsídios para a tomada de decisões inteligentes em relação à política a qual ele integra (SCRIVEN, 2018).

Em relação às políticas públicas, a realização de uma avaliação pode possuir um diversificado leque de intencionalidades como, por exemplo: apoio ao processo decisório; responsabilização dos entes públicos pelos resultados da política e prestação pública de contas sobre o que foi realizado com os recursos públicos; melhoria de práticas e procedimentos; melhor compreensão dos problemas de natureza social; contribuição para identificar soluções possíveis para melhoria do programa, por meio da identificação de soluções plausíveis; compreensão dos atores presentes nos contextos do programa avaliado, conhecendo melhor os indivíduos afetados por seus resultados; e geração de melhorias à sociedade (YARBROUGH et al. 2011).

Considerando o fato de a avaliação auxiliar na tomada de decisões em relação a uma política pública, Barros e Elliot (2018, p. 198) expressam que:

SUMÁRIO

A avaliação proporciona uma fonte de informações para aprimorar um determinado objeto de estudo como, por exemplo, uma política pública ou um programa, considerando a sua importância e as expectativas da sua eficiência e relevância. As políticas públicas no Brasil são formuladas para atingir metas de atuação do governo no sentido de implementar ações governamentais necessárias à gestão do Estado, em nível federal, estadual e municipal.

Em relação às políticas públicas, Souza (2006) afirma que elas podem ser conceituadas como o campo do conhecimento que busca, simultaneamente, pôr o governo em ação e/ou analisar essa ação, propondo, quando necessários, mudanças no rumo ou curso das ações implementadas inicialmente. Considera-se, assim, fundamental que a política seja avaliada, no sentido de garantir a qualidade e a lisura de sua implementação e desenvolvimento, além de afiançar que todos os envolvidos em seu contexto e os afetados pelos seus resultados sejam beneficiados. Para isso, sua implementação deve levar em consideração os princípios básicos de competência, integridade/honestidade, respeito e responsabilidade.

Logo, a avaliação visa aferir se a política foi bem implementada, se os investimentos foram utilizados de forma correta e que o retorno aos públicos alvo tenha sido satisfatório, perpassando pelos princípios da gestão pública responsável, como consta no Guia Prático de Análise *ex post* do Governo:

A implementação eficiente das políticas e dos programas, focada em garantir o máximo retorno possível à sociedade, deve ser objetivo permanente do gestor público. A própria Constituição Federal elenca a eficiência como um dos princípios a serem seguidos pela administração pública em sua atuação. (BRASIL, 2018, p. 2).

No entanto, é prudente se considerar o pensamento formulado por Stufflebeam (1981, p. 147) de que uma “boa avaliação requer que o próprio processo de avaliação seja avaliado”, ou seja, toda avaliação

SUMÁRIO

deve ser checada, sendo estipulados critérios e estabelecidos padrões para a realização do processo meta-avaliativo. Tudo no sentido de aferir se a avaliação é política e tecnicamente adequada, obedece a padrões éticos e legais, além de possuir a necessária utilidade aos interessados e indivíduos afetados pelo processo avaliativo (STUFFLEBEAM, 1981).

De acordo com Berends e Roberts (2003 apud ELLIOT, 2011, p. 943) existem duas razões para que se proceda uma meta-avaliação: a primeira é: “possibilitar a verificação da aplicação de um código de comportamento adequado durante todo o estudo, ou seja, a ética adotada pelos avaliadores, se ela existe e como foi praticada”. Já a segunda concebe a meta-avaliação como sendo:

Uma prática de reflexão sobre todos os procedimentos utilizados na avaliação, dando oportunidade à incorporação de novos conhecimentos por parte não só dos meta-avaliadores, como também dos avaliadores, quando tomam ciência da análise realizada. (BERENDS; ROBERTS, 2003 apud ELLIOT, 2011, p. 943).

Na concepção de Grego (1997, p. 95), assim como as avaliações visam responder às questões avaliativas, as meta-avaliações propõem-se responder a questões que nortearão o processo meta-avaliativo. Entre elas, a autora expõe:

A quem serve a avaliação? Qual sua função social? A que objetivos visam atender? Que objetos são tomados como foco de análise da avaliação? Que metodologia e procedimentos são utilizados e que pressupostos e formas de conhecimento da realidade as orientam? Qual a concepção da realidade implícita? O processo de avaliação é adequado aos valores e princípios assumidos pelas comunidades [avaliadas]? Como avaliar a adequação da(s) metodologia(s) às funções e objetivos propostos?

Dessa forma, o processo de se realizar uma meta-avaliação torna-se um exercício de reflexão a respeito da avaliação estudada,

oferecendo aos idealizadores e gestores da avaliação um ou mais caminhos para o seu aperfeiçoamento, por meio de apresentação de conclusões e recomendações úteis. Assim, o conceito da meta-avaliação, de aferir o mérito e valor de uma avaliação, contribui diretamente para o seu aprimoramento e, de forma indireta, também para a melhoria do objeto, política ou programa originalmente avaliado.

CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Preocupado com a necessidade de ampliar as políticas de inclusão social no país, especificamente por meio de programas com foco na condição financeira dos brasileiros, o Governo Federal instituiu, em 22 de dezembro de 2010, por meio do Decreto nº 7.397, a Estratégia Nacional de Educação Financeira, que tem “a finalidade de promover a educação financeira e previdenciária e contribuir para o fortalecimento da cidadania, a eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores” (BRASIL, 2010).

O Comitê Nacional de Educação Financeira, vinculado ao Ministério da Fazenda, constituído no âmbito da Estratégia Nacional de Educação Financeira, é formado por oito órgãos e entidades de Governo: Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Ministério da Justiça, Ministério do Trabalho e da Previdência Social e Ministério da Educação e Ministério da Fazenda.

Também fazem parte do Comitê quatro organizações da sociedade civil, a saber: Associação Brasileira das entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais, Confederação Nacional das

SUMÁRIO

Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e vida, Saúde Suplementar e Capitalização, Federação Brasileira de Bancos e uma organização chamada B3, que é uma das principais empresas de infraestrutura de mercado financeiro, com atuação em ambiente de bolsa.

O Comitê Nacional de Educação Financeira elaborou o Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, em parceria com a Associação de Educação Financeira, que é uma organização sem fins lucrativos que coordena e executa ações da Estratégia Nacional de Educação Financeira. Para avaliação de impacto do Programa, a Associação de Educação Financeira-Brasil contratou a empresa METAS Sociais. Essa organização é composta, em sua maioria, por economistas, membros da diretoria do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Ministério da Educação, e com participações no Ministério da Fazenda.

Em seu *site*, a empresa METAS Sociais informa que “desenvolve estudos baseados em pesquisas científicas, entrevistas, experiências nacionais e internacionais, dados e análises econométricas.” Entre esses estudos, pode-se citar “as avaliações de impacto econômico e social, experimentais ou quase experimentais” que são classificados pela Metas Sociais como “os melhores indicativos do atingimento dos objetivos do investimento social. É também especialista em desenvolver metodologias para criação de índices para monitoramento de qualidade e definição de metas” (METAS SOCIAIS, 2019).

O Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda foi criado com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade econômica e elevar as condições de vida da população de baixa renda no Brasil. Para isso, pretendeu levar conhecimentos básicos de organização e planejamento da vida financeira às populações

SUMÁRIO

adultas mais carentes, sua grande maioria de baixa escolaridade e muitas vezes com déficit cognitivo (METAS SOCIAIS, 2017, p. 4).

Levantamentos feitos pelo Ministério do Desenvolvimento Social e pelo Instituto Nacional de Seguridade Social apontam que 92,5% dos responsáveis pela retirada do benefício do Programa Bolsa Família, são mulheres e que do quantitativo de idosos com aposentadoria previdenciária, 69,8% recebem até um salário mínimo (ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL, [201?]). Com esses dados, os públicos alvos escolhidos para o programa de Educação Financeira, após as fases preliminares, foram mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família e aposentados de baixa renda, com até dois salários mínimos de aposentadoria, selecionados nas cinco regiões brasileiras.

O Programa contou com o apoio do *Citi Foundation*, uma fundação do *Citi Group* que trabalha na promoção do progresso econômico e da melhoria de vida de populações de baixa renda em comunidades ao redor do mundo e do Fundo Multilateral de Investimento, um membro do grupo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Seu trabalho consiste em dar suporte ao crescimento econômico para a redução de pobreza na América Latina e Caribe (GUIA DO INSTRUTOR EU E MINHA APOSENTADORIA, 2016).

O Programa foi composto por três Oficinas de Educação Financeira, que utilizaram uma abordagem lúdica para que as beneficiárias e os aposentados conseguissem aprender a se planejar e se organizar para garantir as necessidades de suas famílias, atualmente e no futuro. Essas oficinas têm enfoque em três eixos: a) criação de reservas, onde trata-se da necessidade de conseguir reservar algum dinheiro para os imprevistos; b) o planejamento financeiro que orienta os beneficiários para a gestão do orçamento doméstico e c) controle de dívidas que esclarece os participantes sobre gastos indevidos e mau uso do dinheiro.

SUMÁRIO

Ao seu final, o órgão avaliador do programa, a empresa Metas Sociais, elaborou um Relatório final do processo avaliativo: o Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, sendo o documento que este estudo se propôs a meta-avaliar. O documento se encontra disponível na *Internet*, em sítio do órgão avaliador, sendo organizado em 13 seções.

Em sua introdução encontram-se as principais informações do programa, segue-se uma seção com os indicadores de impacto definidos para o programa, as matrizes de referência para elaboração dos itens e os instrumentos utilizados na coleta dos dados e os procedimentos de aleatorização e da pesquisa de campo. A seguir apresentam-se os dois campos de coleta de dados (*baseline* e avaliação somativa), bem como o questionário qualitativo. As estatísticas descritivas são apresentadas na seção oito, apontando os dados utilizados nas inscrições, a *baseline* e a avaliação de impacto. A metodologia e os resultados da Avaliação de Impacto Social são apresentados na seção nove e as considerações finais constam da seção dez. Os apêndices trazem os formulários utilizados no Programa e, fechando o Relatório, são apresentadas as referências bibliográficas.

METODOLOGIA UTILIZADA
NA META-AVALIAÇÃO

O estudo meta-avaliativo teve como objeto o Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda (METAS SOCIAIS, 2017). Os autores optaram por meta-avaliar este Relatório por ele expor uma avaliação concretizada em um programa de grande relevância social, implementado em nível nacional, em que o grupo social afetado por

SUMÁRIO

seus resultados é formado por indivíduos de baixa renda. O Relatório buscou apresentar os achados do processo realizado, sendo o documento no qual se procurou reproduzir, de forma detalhada, a avaliação depois dela ter sido encerrada.

Portanto, esta meta avaliação tem caráter somativo, definido por Elliot (2011, p. 943) como “a verificação da qualidade da própria avaliação à luz de diversos critérios, quando o meta-avaliador contratado ao término da avaliação focaliza o Relatório produzido [...]”. A metodologia escolhida para nortear o estudo foi a adoção da Lista Chave de Verificação da Avaliação, adaptação de Elliot (2007 apud ELLIOT, 2011) da versão original *Key Evaluation Checklist*, de Michael Scriven (SCRIVEN, 2015). Sua primeira publicação foi em 2007 e a revisão mais recente, feita em 2015, se encontra disponível no *site* do próprio Michael Scriven (SCRIVEN, 2015).

Scriven (2015) aponta que o *checklist* pode ser utilizado para avaliar diversos produtos ou atividades, tais como organizações e unidades organizacionais, hotéis, restaurantes, empresas, serviços, políticas, procedimentos, até padrões de comportamento, como desempenho. O autor destaca que, com cautela, a lista pode ser utilizada por outros, além dos avaliadores profissionais, para realizarem tarefas profissionais relacionadas à avaliação dentro das situações listadas acima.

A Lista Chave de Verificação da Avaliação é composta por quatro componentes que se desdobram em 18 pontos de verificação. O primeiro deles denominado de Preliminares (Quadro 1), contempla três pontos essenciais para um Relatório de avaliação, mas que não apresentam grande relevância para a execução das etapas da avaliação em si: Sumário Executivo, Prefácio e Metodologia. Esses pontos, no entanto, auxiliam na descrição do contexto e as principais conclusões da avaliação.

Quadro 1 – Componente Preliminares da Lista
Chave de Verificação da Avaliação

	Ponto de verificação	Julgamento (A-E)	Justificativa do Julgamento
Preliminares	I. Sumário Executivo		
	II. Prefácio		
	III. Metodologia		

Fonte: Os autores (2020, adaptado de ELLIOT, 2011).

De acordo com Scriven (2015), o *Sumário Executivo*, deve apresentar os resultados da avaliação de forma resumida, não uma descrição do processo desenvolvido, mas dos achados. Essa seção é importante por ser o produto do processo realizado, que interessa aos clientes e deve ser pensado de modo a ser apresentado adequadamente para todos os *stakeholders* do contexto da avaliação.

Observa-se que *stakeholders* é um termo que significa indivíduos e organizações que podem ser afetadas por um projeto ou organização, de forma direta ou indireta, positiva ou negativamente. Foi criado pelo filósofo estadunidense Robert Edward Freeman e, em uma tradução livre, significa “partes interessadas” em português.

O *Prefácio* deve responder algumas questões fundamentais como, quem é o cliente, os responsáveis que oficialmente solicitaram a avaliação e quem são os interessados principais no processo da avaliação e na divulgação dos resultados.

O último ponto do componente Preliminares, a *Metodologia*, deve apresentar o desenho da avaliação, como explica Elliot (2011), “os procedimentos utilizados, o que inclui o desenho e a abordagem adotados pela avaliação [...] o que é necessário para desenvolver as etapas metodológicas da avaliação e como foram desenvolvidas.” (p. 945).

Quadro 2 – Componente Fundamentos da Lista
Chave de Verificação da Avaliação

Ponto de verificação		Julgamento (A-E)	Justificativa do Julgamento
Fundamentos	1. Antecedentes e Contexto		
	2. Descrições e Definições		
	3. Consumidores		
	4. Recursos		
	5. Valores		

Fonte: Os autores (2020, adaptado de ELLIOT, 2011).

O componente *Fundamentos* (Quadro 2) possui cinco pontos de verificação que abordam os requisitos indispensáveis para realizar a avaliação. Esses elementos estabelecem a fundamentação para as etapas subsequentes do processo. *Antecedentes e Contexto* é o primeiro ponto de verificação deste componente, que deve relatar detalhadamente o cenário do programa em relação à sua criação e o seu desenvolvimento; identificar os *stakeholders* principais e quais os seus possíveis interesses na avaliação; descrever políticas e/ou legislações associadas ao programa ou que possam impactá-lo diretamente; o contexto cultural no qual o programa está inserido e os resultados e impactos de avaliações anteriores (SCRIVEN, 2015).

Os demais pontos de verificação são: as *Descrições e Definições* que devem incluir o registro da descrição oficial do programa, os seus componentes, contexto e ambiente e os objetivos; os *Consumidores*, que compreende todos os usuários e beneficiários, de modo direto ou indireto, que podem ser impactados pelos efeitos resultantes dos serviços ou produtos do programa; os *Recursos*, item que abrange aspectos relacionados aos recursos financeiros, humanos e de bens intelectuais, sociais e relacionais do programa. Destaca-se que o recurso a ser analisado aqui considera não apenas o que foi utilizado, mas o disponível para aplicação e se foi empregado de forma eficiente e eficaz. Por fim, os *Valores* é o último ponto de

verificação do componente Fundamentos. Assim, os valores principais relevantes às avaliações de programas normalmente coincidem com as necessidades e os objetivos do programa sendo avaliado (SCRIVEN, 2015). Elliot (2011), os lista como, “valores relativos a requisitos legais, éticos, profissionais, valores culturais, históricos, tradicionais, científicos, tecnológicos, políticos, econômicos [...] (p. 946).

Quadro 3 – Componente Sub Avaliações da Lista
Chave de Verificação da Avaliação

Ponto de verificação		Julgamento (A-E)	Justificativa do Julgamento
Sub Avaliações	6. Processo		
	7. Resultados		
	8. Custos		
	9. Comparações		
	10. Exportabilidade		

Fonte: Os autores (2020, adaptado de ELLIOT, 2011).

O componente *Sub Avaliações* (Quadro 3) é composto dos pontos de verificação: Processo, Resultados, Custo, Comparações e Exportabilidade. São os componentes centrais que abarcam do processo da avaliação até a sua capacidade de transportado ou reproduzido para ser aplicado em outros programas.

O primeiro ponto de verificação, *Processo*, envolve a avaliação de tudo que acontece ou se aplica antes que os resultados efetivos surjam. Abrange da visão, do planejamento e operacional do programa, até o desenvolvimento e a justificativa que proporcionam mérito ao desenho do programa. Em seguida, analisam-se os *Resultados* da avaliação. Essa etapa consiste em verificar se os fins justificam os meios utilizados para alcançá-los. Para atingir esse objetivo, é necessário identificar todos os efeitos do programa nos beneficiários, diretos e indiretos, e no ambiente no qual o programa foi desenvolvido. Os efeitos devem incluir os efeitos intencionais e

não intencionais, positivos e negativos, imediatos e de curto e longo prazo. Com relação aos *Custos* de um programa, ou da avaliação, estes envolvem custos monetários e não monetários. Os custos não monetários podem envolver espaço, tempo, vidas, estresse, capital político, social ou pessoal, e custos ambientais de longo prazo. Deve-se analisar os custos e benefícios não intencionais assim como os resultados pretendidos. As *Comparações* em relação ao programa devem ser consideradas quando há outros meios que podem fornecer diferentes maneiras de se chegar a resultados iguais ou semelhantes a partir de recursos parecidos, especialmente se despendem menos recursos (SCRIVEN, 2015).

Quanto ao último ponto de verificação das Sub Avaliações, a *Exportabilidade*, Elliot (2011, p. 946) descreve como sendo “a capacidade de os componentes da avaliação terem valia para uma futura utilização em outro local”.

Quadro 4 – Componente Conclusões da Lista
Chave de Verificação da Avaliação

Ponto de verificação		Julgamento (A-E)	Justificativa do Julgamento
Conclusões	11. Síntese		
	12. Recomendações e Explicações		
	13. Responsabilidade e Justificativa		
	14. Relatório e Apoio		
	15. Meta-avaliação		

Fonte: Os autores (2020, adaptado de ELLIOT, 2011).

O Quarto componente, *Conclusões* (Quadro 4), compreende os últimos cinco pontos de verificação que finalizam a avaliação. O primeiro, *Síntese*, requer que todos os aspectos da avaliação sejam sintetizados, de forma fácil de se compreender, para apresentar um perfil avaliativo geral aos *stakeholders* principais da avaliação. As *Recomendações e Explicações* correspondem a um ponto essencial

SUMÁRIO

para um processo avaliativo, pois uma avaliação sem recomendações não concluiu plenamente o seu propósito. Essas devem ser feitas com o objetivo de levar a melhorias ao programa, podendo ser a respeito de qualquer etapa do processo desenvolvido, sendo claras e úteis para os responsáveis do programa. O ponto de verificação *Responsabilidade e Justificativa* diz respeito a quem deve ser responsabilizado e o porquê. Essa verificação deve ser muito bem justificada quando for possível e apropriado de identificar (SCRIVEN, 2015).

O *Relatório e Apoio* é o ponto de verificação sobre “Relatórios e o tipo de apoio dado à divulgação dos resultados [que] aborda os formatos e os destinatários dos Relatórios.” (ELLIOT, 2011, p. 946). Finalmente, a Lista Chave de Verificação concluiu os pontos de verificação com a *Meta-avaliação*, a avaliação da avaliação, que deve ser conduzida de forma independente, para identificar os pontos fortes e as limitações da avaliação, com a finalidade de apresentar um controle da qualidade do processo conduzido anteriormente (SCRIVEN, 2015).

Os critérios utilizados para julgamento dos componentes estabelecidos por Scriven (2007) na Lista Chave de Verificação são os cinco níveis desenvolvidos por Davidson (2005 apud ELLIOT, 2011, p. 217), a saber:

- A. Atinge todos os aspetos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa.
- B. Atinge a maioria dos aspetos relativos a este ponto, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro.
- C. Trata do ponto, mas perde alguns aspetos cruciais, ou perde vários aspetos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro.

SUMÁRIO

- D. Tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente.
- E. Perde o ponto totalmente.

Considerando os níveis de classificação estabelecidos por Davidson (2005), os juízos de valor emitidos no estudo, analisados em cada ponto de verificação do *checklist* possuem caráter qualitativo/ subjetivo, tendo seu entendimento pautado nos olhares críticos dos autores desta meta-avaliação. No entanto, cabe destacar que os resultados de julgamento de cada ponto de verificação são originados em evidências retiradas do documento avaliado, após serem estudadas e analisadas detalhadamente. Nesse aspecto, que pode ser colocado como uma limitação do estudo, deve-se esclarecer que a meta-avaliação teve como objeto estudado somente o Relatório do Programa avaliado originalmente e outras informações a respeito do programa avaliado e sua avaliação, obtidas por meio de diferentes sítios da *Internet*. Portanto, não foram realizados quaisquer contatos com os atores presentes no contexto da avaliação.

RESULTADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para analisar cada Ponto de Verificação da Lista Chave de Verificação da Avaliação foi necessário buscar evidências no Relatório que justificassem o nível de julgamento avaliado. O Sumário Executivo, primeiro ponto do nível Preliminares, deve apresentar de forma resumida, os resultados da avaliação, que serão analisados detalhadamente nos cinco pontos do nível Conclusões.

Foi observado que o Relatório não apresenta uma seção denominada *Sumário Executivo*. No final da Introdução, em seu primeiro parágrafo, os autores informam sobre quais indicadores de impacto

SUMÁRIO

houve efeito e apenas uma frase sobre os resultados afirmando isso: “Os resultados são de impacto significativo sobre indicadores de impacto de ambos os grupos.” (METAS SOCIAIS, 2017, p. 5).

Dessa forma, ao julgar o nível de atendimento deste ponto de verificação, considerou-se que não há informações expressivas nesta seção para determinar o Sumário Executivo como um ponto plenamente atendido. O nível de julgamento deste ponto foi determinado como *D*, tendo em vista que o Relatório apresentou nesta seção apenas uma menção implícita dos resultados.

O ponto de verificação, *Prefácio*, foi classificado como *B*, devido à falta de informação de alguns itens no Relatório, apesar de os mesmos terem sido encontrados em outros documentos relacionados ao programa e à avaliação. O Relatório deixa implícito nas seções 1 e 2 (Introdução e Indicadores de impacto), que a Associação de Educação Financeira do Brasil é a responsável pelo desenvolvimento do programa. No entanto, a informação da obrigatoriedade da realização de uma avaliação foi encontrada no *site* da própria Associação de Educação Financeira (2010) compondo as diretrizes da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), conforme a seguir exposto:

A ENEF foi instituída como proposta de política de Estado, de caráter permanente, com necessidade de ação conjunta, pública e privada, por meio de gestão centralizada e execução descentralizada. De acordo com o Art.2º do seu decreto, tem como diretrizes: [...] VII – avaliação e revisão periódicas permanentes. (ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL, 2010, não paginado).

No Relatório é possível encontrar a justificativa da realização da avaliação, conforme pode-se constatar no texto a seguir:

Para atingir seu objetivo maior também é preciso que [...] se transforme em política pública de amplo alcance. Por este motivo e por ter como população alvo da política aproximadamente 42 milhões de brasileiros (28,3 milhões de aposentados de baixa

SUMÁRIO

renda e 13,6 milhões de BBFs) considerou-se imprescindível a realização de uma avaliação de impacto social em uma fase piloto. (METAS SOCIAIS, 2017, p. 4).

Os principais *stakeholders* da avaliação são apresentados na seção 1. Introdução, como a própria Associação de Educação Financeira-Brasil, quem solicitou a avaliação e os participantes do programa, os aposentados de baixa renda e as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Compreende-se, por se tratar de um programa em nível nacional como descrito na citação do próprio Relatório, que os interessados podem conter, além dos participantes envolvidos diretamente, toda a população brasileira que pode se beneficiar dos resultados da avaliação.

A *Metodologia* da avaliação aparece em três momentos no Relatório. Primeiro, foi descrita de forma sucinta na seção 5, Aleatorização e Pesquisa de Campo – Desenho da avaliação (p. 17 - 19), depois mais detalhadamente na seção 9 Avaliação de Impacto Social – metodologia (p. 31 - 33), e finalmente, no APÊNDICE B – Apêndice metodológico da Avaliação de Impacto, há uma explicação de cada etapa do processo, inclusive do tratamento estatístico aplicado (p. 77 - 82). No Relatório os autores explicam que:

Para avaliar o Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, da AEF-Brasil, foi escolhida a melhor metodologia disponível: o experimento aleatório. Além disso, foram escolhidos 15 municípios distribuídos nas 5 regiões brasileira, a fim de se ter uma representatividade regional, além de contemplar áreas ribeirinhas e rurais. As metodologias de avaliação de impacto de programas sociais são baseadas em fundamentos teóricos de experimentos clínicos, em que se comparam dois grupos: um que recebe a intervenção (ou o grupo de tratamento) e um que não a recebe (grupo de controle ou de comparação). (METAS SOCIAIS, 2017, p. 17).

SUMÁRIO

Devido ao nível de descrição das etapas metodológicas desenvolvidas, julgou-se o ponto de verificação Metodologia como A, ou seja, totalmente atendido.

O ponto de verificação, *Antecedentes e Contexto* foi considerado parcialmente atendido, sendo atribuído o nível de julgamento C, em virtude da pouca informação disponível no Relatório sobre alguns critérios essenciais. O programa é rapidamente apresentado na seção 1- Introdução, em um parágrafo, no qual são mencionados o seu objetivo, a sua finalidade e os dois públicos-alvo:

O Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda foi criado com a finalidade de reduzir a vulnerabilidade econômica e elevar as condições de vida da população de baixa renda no Brasil. Para isso, pretende levar conhecimentos básicos de organização e planejamento da vida financeira de forma adequada ao estilo de vida e principais dificuldades das populações adultas mais carentes, que são majoritariamente de baixa escolaridade e, em muitos casos, com déficit cognitivo. O programa apresenta-se em dois formatos para atender a dois públicos específicos detectados nas fases preliminares realizadas pela AEF Brasil no desenvolvimento das tecnologias sociais: (i) mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (BBF) e; (ii) aposentados de baixa renda (com até 2 salários mínimos de aposentadoria). (METAS SOCIAIS, 2017, p. 4).

O Relatório cita os *stakeholders* principais e uma pequena descrição sobre a criação do programa, porém não identifica as políticas ou legislações associadas à criação e manutenção do programa. Essa informação foi encontrada no *site* da Estratégia Nacional de Educação Financeira, dentro das informações sobre ENEF – legislação (BRASIL, 2017). Também descreve brevemente o programa nas páginas 4, 18 e 19. Não há uma descrição da razão da existência do programa, do contexto e ambiente ou dos recursos disponíveis, apenas dos principais interessados. O processo avaliativo e as etapas metodológicas são relatadas a partir do desenho da avaliação, como é exemplificado no texto:

SUMÁRIO

Para avaliar o Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, da AEF-Brasil, foi escolhida a melhor metodologia disponível: o experimento aleatório. Além disso, foram escolhidos 15 municípios distribuídos nas 5 regiões brasileira, a fim de se ter uma representatividade regional, além de contemplar áreas ribeirinhas e rurais. (METAS SOCIAIS, 2017, p. 17).

O objetivo do projeto de avaliação é apresentado no primeiro parágrafo da introdução do Relatório, como se segue:

O objetivo deste projeto foi de desenvolver a metodologia e executar a avaliação experimental de impacto do Projeto de Educação Financeira para adultos de baixa renda, desenvolvido pela AEF-Brasil. Adicionalmente também foi realizada uma análise qualitativa da tecnologia e do formato utilizado no piloto do programa. (METAS SOCIAIS, 2017, p. 4).

Diante as informações encontradas no Relatório, julgou-se que a maior parte dos critérios foram atendidos, porém alguns aspectos foram descritos insuficientemente, sendo necessário recorrer ao *site* do programa para obter algumas informações. Assim, o nível de julgamento para o ponto de verificação *Descrições e Definições* foi *B*.

O próximo ponto, *Consumidores*, foi atendido e alcançou a maior parte dos aspectos necessários, sendo-lhe atribuído o conceito *B*. Os principais interessados são primeiro descritos na p. 4, na Introdução e depois em mais detalhes no desenho da avaliação (p.17-19). Como visto nos pontos de verificação anteriores, as informações mais detalhadas foram encontradas no *site* (BRASIL, 2019), no qual está retratado o perfil dos aposentados e das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família que compõem o público-alvo do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda. Os beneficiários indiretos ou as pessoas que podem ser impactadas pelos resultados do Programa não foram contemplados no Relatório.

Os *Recursos* necessários e dispendidos para a realização da avaliação são pouco mencionados no Relatório. O componente

SUMÁRIO

financeiro para a execução da avaliação não foi encontrado no Relatório, tampouco no *site* do programa (BRASIL, 2019). O recurso humano que fez parte do processo avaliativo é apresentado em alguns momentos, se dirigindo aos agentes locais que auxiliaram na aplicação dos instrumentos nas diferentes fases da avaliação, como exemplificado no texto extraído do Relatório:

Também é importante destacar a atuação de muitos agentes dos CRAS, CREAS ou CCIs que, independente do pouco apoio ou estrutura disponível no município se mostraram extremamente eficientes, preparados e envolvidos com suas comunidades. (METAS SOCIAIS, 2017, p. 23).

A partir dessa ausência de informações sobre os recursos utilizados para a avaliação, considerou-se que o ponto de verificação foi minimamente atendido, sendo julgado como *D*.

O próximo ponto de verificação, *Valores*, foi julgado como nível *B* de atendimento. Dentre os “valores relativos a requisitos legais, éticos, profissionais, valores culturais, históricos, tradicionais, científicos, tecnológicos, políticos, econômicos [...] (ELLIOT, 2011, p. 946), apenas alguns aspectos foram observados no Relatório. Pôde-se notar os valores científicos pela descrição do processo metodológico no Desenho da avaliação (p. 17-19), depois mais detalhadamente na seção de metodologia (p. 31-33) e no APÊNDICE B – Apêndice metodológico da Avaliação de Impacto, (p. 77 - 82). Em relação aos valores éticos, percebe-se a preocupação do relator na apresentação com o cuidado com o público-alvo do programa, tanto sobre o anonimato do processo, quanto a cautela no desenvolvimento dos instrumentos e a orientação aos participantes, como a seguir exemplificado:

O público de adultos de baixa renda tem características especiais que exigiram especial atenção na elaboração dos instrumentos, já que muitas vezes tem baixa ou nenhuma escolaridade, déficit cognitivo e de atenção, dificuldades de audição e leitura, entre outras. Tomou-se, então, cuidado

SUMÁRIO

com os termos utilizados, a apresentação das questões preferencialmente de forma lúdica e representações por desenhos e foram criadas as condições adequadas para que aqueles que não pudessem preencher o questionário sozinhos tivessem o apoio dos aplicadores. Assim com a preocupação com as particularidades do público foco do programa, a questão do anonimato no questionário também foi uma importante medida adotada para elevar a qualidade das informações coletadas. (METAS SOCIAIS, 2017, p. 12).

Já os valores relativos a requisitos legais e políticos foram encontrados apenas no *site* do Vida e Dinheiro, que possui duas seções sobre governança e legislação a respeito dos programas desenvolvidos pela Estratégia Nacional de Educação Financeira. Os valores profissionais dos avaliadores não são apresentados no Relatório ou no *site* da empresa Metas Sociais. Porém, há a descrição da formação e atuação de cada profissional que compõem a equipe especializada.

O *Processo da avaliação* é claramente descrito no Relatório de Avaliação. A escolha da abordagem metodológica é descrita e justificada, conforme segue:

Para avaliar o Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, da AEF-Brasil, foi escolhida a melhor metodologia disponível: o experimento aleatório. [...] As metodologias de avaliação de impacto de programas sociais são baseadas em fundamentos teóricos de experimentos clínicos, em que se comparam dois grupos: um que recebe a intervenção (ou o grupo de tratamento) e um que não a recebe (grupo de controle ou de comparação). (METAS SOCIAIS, 2017, p. 17).

A construção dos instrumentos é descrita na seção 4. Instrumentos da Avaliação e o processo de seleção dos grupos de intervenção e controle na página 19. As etapas de coleta de dados e pareamento de grupos são relatadas na seção 6. Avaliação Inicial – Baseline, a partir de demográficos, gráficos e imagens e na seção 7.

SUMÁRIO

Avaliação Somativa e Questionário Qualitativo. Em razão da descrição profunda dos processos desenvolvidos ao longo da avaliação, julgou-se o ponto de verificação Processo como tendo a classificação A.

Em seguida, os *Resultados* da avaliação são explicados minuciosamente, a partir de quadros e tabelas de fácil compreensão (p. 34 – p. 40). Os achados foram revelados e analisados separadamente para cada público-alvo, os aposentados de baixa renda e as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. O impacto de cada indicador foi mensurado e depois avaliado, levando à conclusão que “Os resultados da análise qualitativa confirmam que o programa está adequado ao público ao qual foi direcionado.” (METAS SOCIAIS, 2017, p. 42). Assim como o ponto de verificação anterior, os Resultados apresentados no Relatório de avaliação foram julgados como plenamente atendidos, ou seja, com a classificação A.

Os *Custos* relacionados ao desenvolvimento do programa e do processo avaliativo não foram informados no Relatório ou no *site* da Estratégia Nacional de Educação Financeira, Vida e Dinheiro. Na seção 5, subitem Desenho da Avaliação, há apenas uma menção ao custo elevado relativo à implementação do programa e por isso a necessidade da avaliação experimental, como exposto seguir: “O grande alcance pretendido para o programa, com público alvo de cerca de 15% da população brasileira e consequentemente um alto investimento, são fatores determinantes para a escolha da avaliação experimental.” (METAS SOCIAIS, 2017, p. 18). Logo, em razão da falta de informação disponível a respeito dos custos relativos ao programa e a avaliação realizada, essa menção não foi considerada suficiente para atender minimamente os aspectos exigidos, sendo, então, julgado como tendo a classificação E.

O Relatório não apresenta *Comparações* entre a avaliação experimental realizada e outros programas que possam ser mais efetivos para atingir o mesmo objetivo. Entende-se que esse ponto de

SUMÁRIO

verificação não pode ser julgado como insuficiente ou não atendido devido a esse programa ser o primeiro do seu tipo, em nível nacional, e sendo a avaliação presente no Relatório avaliado, uma avaliação implementada em fase piloto. Dessa forma, não há outros programas, fases anteriores ou avaliações antecedentes para comparações. Compreendeu-se que em relação à Comparações, o julgamento correto seria que esse aspecto *não se aplica* ao Relatório sendo avaliado.

Em relação à capacidade de *Exportabilidade* da avaliação executada, julgou-se o critério como A, plenamente atendido. A metodologia empregada de experimento aleatório, por meio de grupos de intervenção e controle é um processo altamente exportável, possível de ser adaptado para diversos tipos de programas com aspectos semelhantes a este.

O ponto de verificação *Síntese* foi considerado também como plenamente atendido e classificado como A. O Relatório de avaliação é, de forma geral, sintético, contendo apenas 42 páginas na sua totalidade, sem considerar os apêndices de metodologia e instrumentos construídos. As considerações finais foram apresentadas de forma resumida, em duas páginas (p. 41 – p. 42) e os resultados foram concisos, mas suficientes.

Os aspectos pertinentes às *Recomendações e Explicações* relativas ao processo avaliativo não foram apresentados no Relatório, mas se encontram em documentos à parte, disponíveis no *site* Vida e Dinheiro (BRASIL, 2019). A última seção do Relatório retrata apenas uma análise conclusiva diante os resultados da avaliação e não aponta recomendações ou menciona o Guia de Recomendações (BRASIL, 2018). Embora a conclusão da avaliação seja bastante positiva, considera-se que, por se tratar de uma avaliação experimental implementada em fase piloto de um programa nacional, recomendações são essenciais para garantir o aprimoramento na continuidade do desenvolvimento do programa. Concluiu-se que,

SUMÁRIO

embora as recomendações não estejam informadas no Relatório, o documento específico para estas está disponível no mesmo local que o Relatório e por isso, o ponto de verificação foi julgado como A. Destaca-se apenas que o Relatório poderia indicar a existência das informações detalhadas no documento a parte, denominado Guia de Recomendações.

O ponto de verificação *Responsabilidade e Justificativa* não foi encontrado no Relatório. Contudo, por se tratar de um programa desenvolvido a partir de uma política pública do governo federal, entende-se que a responsabilidade fica implícita na legislação que rege a implementação do programa e a exigência da avaliação, respectivamente: Deliberação CONEF Nº 11, de 19 de fevereiro de 2013 (BRASIL, 2013) e o Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010). Isto posto, o aspecto foi considerado como parcialmente cumprido, sendo atribuído o conceito C.

Os aspectos relativos ao *Relatório e apoio* foram plenamente cumpridos, assim foram julgados como A. O Relatório de Avaliação cumpre o seu papel de informar os *stakeholders* sobre a avaliação realizada, de modo compreensível ao público-alvo e interessados e está disponível em PDF na página da Estratégia Nacional de Educação Financeira (BRASIL, 2019). Além do Relatório, encontra-se no mesmo local, documentos com infográficos sobre a avaliação de impacto realizada, guias de recomendações e guias do instrutor para cada público-alvo. Todos os documentos desenvolvidos na avaliação estão disponibilizados, o que visa a transparência do processo.

O último ponto de verificação, *Meta-avaliação*, foi considerado como não se aplica, pois, o processo de meta-avaliação não foi realizado por força da não exigência da legislação reguladora do assunto. O Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010), que determina a realização de avaliações periódicos dos

SUMÁRIO

programas da Estratégia Nacional de Educação Financeira, não contempla a execução de meta-avaliações dessas avaliações.

De modo a sintetizar os resultados obtidos nesta meta-avaliação, o Quadro 5 apresenta os níveis de julgamento dos pontos de verificação da Lista Chave de Verificação da Avaliação aplicados neste estudo.

Quadro 5 – Resultado Geral da Meta-avaliação

	Ponto de Verificação	Julgamento
Preliminares	Sumário Executivo	D
	Prefácio	B
	Metodologia	A
Fundamentos	Antecedentes e Contexto	C
	Descrições e Definições	B
	Consumidores	B
	Recursos	D
	Valores	B
Sub Avaliações	Processo	A
	Resultados	A
	Custos	E
	Comparações	NA
	Exportabilidade	A
Conclusões	Síntese	A
	Recomendações e Explicações	A
	Responsabilidade e Justificativa	C
	Relatório e Apoio	A
	Meta-avaliação	NA

Fonte: Os autores (2020).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Com referência aos resultados da meta-avaliação obtidos do estudo, destaca-se o fato de que o Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda (METAS SOCIAIS, 2017) atendeu com nível de julgamento A sete dos 18 pontos de verificação da Lista Chave de Verificação. Esses sete pontos (Metodologia; Processo; Resultados; Exportabilidade; Síntese; Recomendações e Explicações; Relatório e Apoio), que alcançaram o maior nível de julgamento, são componentes essenciais para um relatório de avaliação de qualidade.

Os pontos de verificação Prefácio, Descrições e Definições, Consumidores e Valores, foram julgados como nível B, o que indica ter contemplado a maioria dos aspectos relativos a este ponto. Ao considerar os dois níveis de julgamento, A e B, 11 dos 18 pontos de verificação da Lista Chave de Verificação obtiveram um nível de atendimento satisfatório, o que reforça a qualidade do documento elaborado pelos avaliadores que realizaram o processo de avaliação.

Os pontos de verificação *Comparações e Meta-avaliação* não foram julgados, sendo considerados como *não se aplica (NA)*, por esse programa ser o primeiro do seu tipo, em nível nacional e sendo a avaliação presente no Relatório avaliado, uma avaliação implementada em fase piloto, não há outros programas, fases anteriores ou avaliações antecedentes para proceder a comparações.

No tocante aos pontos de verificação julgados como C, D ou E, os autores apresentam algumas recomendações, com o objetivo de cumprir o que indicam os componentes da Lista Chave de Verificação e contribuir com melhorias para o Relatório.

SUMÁRIO

Alguns aspectos essenciais dos pontos de verificação *Antecedentes e Contexto* e *Responsabilidade e Justificativa*, julgados como C, não foram descritos suficientemente. Para atender ao ponto de verificação *Antecedentes e Contexto*, sugere-se incluir na introdução do relatório uma breve explicação das políticas ou legislações associadas à criação e manutenção do programa que constam no *site* da Estratégia Nacional de Educação Financeira, assim como um esclarecimento sobre o motivo da existência do programa e o seu contexto.

Em relação ao ponto de verificação *Responsabilidade e Justificativa*, considera-se que a informação sobre a legislação que rege a implementação do programa e a exigência da avaliação (Deliberação CONEF Nº 11 (BRASIL, 2013); Decreto nº 7.397 (BRASIL, 2010) poderia ser mencionada no relatório a fim de dar respaldo aos responsáveis pela elaboração e execução do programa e da avaliação.

Os pontos de verificação *Sumário Executivo* e *Recursos* receberam julgamento D, o que significa ter alguns elementos que tratam implicitamente o ponto, mas de modo deficiente. No que se refere ao *Sumário Executivo*, recomenda-se que uma apresentação resumida dos resultados da avaliação seja inserida no final da Introdução, complementando a frase que aponta os resultados significativos sobre os indicadores da avaliação.

O ponto de verificação *Recursos* atendeu minimamente em relação aos recursos humanos, apontando os agentes locais que auxiliaram na aplicação dos instrumentos nas diferentes fases da avaliação. Dessa forma, sugere-se que os responsáveis pela elaboração do Relatório incluam maiores informações sobre os recursos humanos envolvidos na aplicação do programa e o processo da avaliação, assim como os recursos financeiros disponibilizados para a execução da avaliação e a eficiência e eficácia da sua empregabilidade, se possível.

SUMÁRIO

O último ponto, *Custos*, julgado como *E*, não foi contemplado no Relatório. Sugere-se que os *Custos* relacionados ao programa e o processo de avaliação sejam incluídos no relatório ou como um apêndice, como feito com as recomendações, se possível. Compreende-se que ao se tratar de um programa implementado pelo Governo, os avaliadores podem não ter acesso ou permissão para divulgar essas informações.

Quanto ao ponto de verificação *Meta-avaliação*, embora se saiba que a meta-avaliação de programas ainda não é uma etapa contemplada nas legislações que os regem, enfatiza-se aqui a importância de um processo meta-avaliativo para garantir a qualidade da avaliação do programa já realizada.

A meta-avaliação do Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, desenvolvida neste estudo, visa contribuir para a melhoria desse Relatório, expondo já a sua qualidade e relevância diante dos níveis de julgamento alcançados, apresentados anteriormente.

Considera-se esse estudo de valor expressivo tanto para o Relatório que foi avaliado, quanto para a Metas Sociais, empresa responsável pela avaliação e que realiza constantemente atividades dessa natureza.

A VALIDAÇÃO DA META AVALIAÇÃO REALIZADA

O Capítulo 2 da presente publicação nos oferece um estudo de natureza meta avaliativo sobre um relatório de avaliação de programa destinado a população de baixa renda, patrocinado por órgãos governamentais do sistema financeiro.

SUMÁRIO

A leitura e posterior análise do texto ressaltam, inicialmente, que a temática abordada no Capítulo 2, que focaliza o Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda: um estudo meta-avaliativo, possui sua relevância justificada:

- a. na área das políticas públicas nacionais por tratar de ação que busca o retorno da aplicação de programa social à sociedade, de modo a revelar “a eficiência como um dos princípios a serem seguidos pela administração pública em sua atuação.” (BRASIL, 2018, p. 2);
- b. na área da avaliação, pois o relatório avalia o quanto a política pública alcançou seus propósitos junto ao público participante do programa, sem dúvida uma finalidade da avaliação; e
- c. na metodologia da meta avaliação, ao aplicar um quadro de referência consolidado em seus princípios e critérios, que possibilita efetuar o julgamento da avaliação realizada assentado em bases sólidas.

O texto revela clareza, sendo objetivo em suas explanações, ao longo do capítulo, não dando margem a dúvidas sobre o que está sendo tratado. Essa é uma de suas qualidades.

A situação que o capítulo expõe, assim como os seus objetivos, são expostos na seção *Caracterização do objeto de estudo*. O suporte legal ao Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda, o credenciamento da empresa que desenvolveu a avaliação, e ainda o apoio de fundações de suporte ao crescimento econômico para a redução de pobreza na América Latina e Caribe (GUIA DO INSTRUTOR EU E MINHA APOSENTADORIA, 2016), assim como as estratégias de envolvimento e aprendizagem dos beneficiários e aposentados na área de educação financeira, fizeram parte da

SUMÁRIO

descrição do objeto avaliado pelo Relatório. Permitiram, assim, que o leitor conhecesse características do objeto, ou seja, do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda.

Os objetivos da meta avaliação constam da seção sobre a metodologia específica, caracterizando sua natureza somativa, ou seja, de acontecer ao final da avaliação, refletindo as características do relatório produzido. Aqui, o leitor pode conhecer a finalidade principal de avaliações somativas.

É na seção sobre a metodologia do estudo que a fundamentação teórica/conceitual da meta avaliação foi claramente apresentada. A meta avaliação se valeu da Lista Chave de Verificação da Avaliação (*Key Evaluation Checklist*) proposta por Michael Scriven (2015), um renomado, respeitado e produtivo autor da área da avaliação. A Lista Chave, além de ter uma vasta gama de aplicações, concorre com a área oferecendo a concepção da avaliação desdobrada em quatro componentes fundamentais – Preliminares, Fundamentos, Subavaliações e Conclusões – e estes, em 18 pontos de verificação, que permitem radiografar o âmago da avaliação realizada. Sua descrição possibilita conhecer a Lista e seus propósitos, verificar o que foi atendido, ou não, ter noção do que não o foi, em diversos níveis de atendimento aos pontos de verificação da Lista Chave, desenvolvidos por Davidson (2005). Os níveis de atendimento dimensionam o quanto cada ponto de verificação foi alcançado, indo de A, quando atinge “todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa” ao E, que significa que o ponto de verificação não foi atingido.

Assim, além da adequação da fundamentação teórica/conceitual para se proceder a uma meta avaliação, a seção revela a importância dessa fundamentação, pautada em critérios que orientam os juízos de valor a serem emitidos pela meta avaliação. Considerando que essa emissão de julgamento feita pelos autores da meta avaliação possui

SUMÁRIO

natureza qualitativa, é de extrema relevância a utilização de critérios e de evidências que mostrem o atendimento, pleno ou não desses critérios, como foi feito no estudo meta avaliativo e se pode constatar na seção de Resultados.

Na seção Resultados e Análise dos Resultados encontram-se os procedimentos e seus resultados da análise realizada de cada ponto de verificação da Lista Chave confrontado com o teor do Relatório. A análise de dados, além de ser apropriada, ao buscar evidências que justificassem a avaliação dos pontos de verificação que o texto do Relatório apresentava, é bastante clara pois traz exemplos de suas afirmações ou aponta as lacunas deixadas pelo próprio Relatório. Sempre que possível, por ser verdadeiro e evidenciado, a análise aponta o que foi minimamente atendido. Além disso, o Quadro 5 sintetiza o resultado geral da meta avaliação, indicando o nível de julgamento alcançado, em cada um dos pontos de verificação. Esclarece, pois, os resultados obtidos pela meta avaliação.

Existe estreita coerência das conclusões do estudo aos resultados apresentados, como se pode encontrar na seção Conclusões e Recomendações. Nela, os pontos de verificação julgados como essenciais para representar a qualidade de um relatório de avaliação atingiram o nível mais alto, *A*, enquanto os pontos que mostraram um julgamento satisfatório, receberam *B*. Esse raciocínio para a aplicação dos critérios de julgamento e atribuição de nível, de acordo com Davidson (2015), se estendeu aos demais níveis, a saber, *C*, quando as evidências não representavam todos os aspectos cruciais, ou importantes; *D*, quando o relatório foi deficiente ao tratar do ponto avaliado; e *E*, quando não houve evidências para julgar o ponto de verificação.

Certamente os resultados da meta avaliação, ao contribuírem para o aperfeiçoamento de relatórios sobre programas de políticas públicas, têm sua importância atestada tanto nessa área, pois podem

SUMÁRIO

melhorar os próximos relatórios do mesmo programa ou de outros, quanto na área da meta avaliação. Aqui está a possibilidade de aplicação da proposta meta avaliativa descrita no capítulo, a outros estudos de teor semelhante.

Finalizando a presente análise, pode-se afirmar que o título do capítulo é não só adequado como esclarecedor do que foi feito, um estudo meta avaliativo de um relatório de programa social. Claro, não ocasiona equívocos quanto ao que foi abordado.

As referências bibliográficas são pertinentes ao tema e, por todos os aspectos analisados, é inquestionável a contribuição que o Capítulo 2 - Relatório de Avaliação Experimental de Impacto Social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda: um estudo meta-avaliativo - representa para a área da avaliação. Suas características de qualidade servem de referência a outros estudos semelhantes e atribuem validade à meta avaliação apresentada no presente capítulo.

Se a meta avaliação valida uma avaliação realizada ou um relatório de uma avaliação feita, a apreciação da meta avaliação lhe confere validade ao utilizar suporte teórico e procedimentos consagrados pela área, consolidando conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. *Aposentados com renda de até 2 salários mínimos*. São Paulo: Programas e Projetos de Educação Financeira de Adultos, [201?]. Disponível em: <https://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/programa-de-educacao-financeira-de-adultos/aposentados-com-renda-de-ate-2-salarios-minimos/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

ASSOCIAÇÃO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BRASIL. *Educação financeira*. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.aefbrasil.org.br/index.php/educacao-financeira/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

SUMÁRIO

BARROS, L. F.; ELLIOT, L. G. Meta-Avaliação do Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo Nº 8: programa saúde da família. *Meta: Avaliação*. Rio de Janeiro, Edição Especial, n. 2, p. 197-224, 2018. Disponível em: <https://www.aefbrasil.org.br/index.php/programas-e-projetos/programa-de-educacao-financeira-de-adultos/omulheres-beneficiarias-do-programa-bolsa-familia/>. Acesso em: 13 fev. 2020.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação Financeira. *Legislação*. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/legislacao-2/>. Acesso em: 9 fev. 2020.

BRASIL. Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de educação Financeira – ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 23 dez. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm. Acesso em: 9 fev. 2020.

BRASIL. Departamento de Educação Financeira. Comitê Nacional de Educação Financeira. Deliberação nº 10, de 19 de fevereiro de 2013. Convalida ato do Presidente do Comitê Nacional de Educação Financeira (CONEF), que prorroga o prazo de duração do Grupo de Trabalho instituído pela Deliberação CONEF nº 8, de 18 de abril de 2012. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 21 fev. 2013. Seção 1, n. 35. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/04/05-08-2014-CONEF-Deliberacao_11.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. *Avaliação de políticas públicas: guia prático de análise ex post*. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/conselhos-e-orgaos-colegiados/cmap/publicacoes/guias/avaliacao_de_politicas_publicas_expost.pdf. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. *Para adultos*. Brasília, DF: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União, 2019. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/parcerias-e-patrocinios/para-adultos/>. Acesso em: 14 fev. 2020.

BRASIL. Políticas Públicas Mais Humanas. *Guias de recomendações para o setor público*. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/10/Anexo-XV-GuiaRecomendacoes_SetorPublico.pdf. Acesso em: 13 fev. 2020.

DAVIDSON, J. *Evaluation methodology basics*. Thousands Oaks, Califórnia: Sage, 2005.

SUMÁRIO

ELLIOT, L. G. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, out. / dez. 2011.

GREGO, S. M. D. A avaliação institucional dos cursos de graduação: a meta-avaliação como referencial de análise e reflexão. In: SGUISSARDI, V. (Org.). *Avaliação universitária em questão: reforma do estado e da educação superior*. Campinas, SP: Editora Autores Associados, 1997.

GUIA DO INSTRUTOR EU E MINHA APOSENTADORIA. *Organizando a vida financeira*. Brasília, DF: ENEF; CONEF, 2016. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/11/SAIDA_MIOLO_Guia_do_INSTRUTOR_06.04-1.pdf. Acesso em: 9 fev. 2020.

METAS SOCIAIS. *Avaliação experimental de impacto social do Programa de Educação Financeira para Adultos de Baixa Renda: Relatório final*. Campinas, SP, 2017. Disponível em: https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/01/Produto-5-Relat%C3%B3rio-Final_v2.pdf. Acesso em: 9 fev. 2019.

METAS SOCIAIS. *Todo suporte para seu investimento social*. Campinas, SP, 2019. Disponível em: www.metassociais.com.br. Acesso em: 10 fev. 2020.

SCRIVEN, M. *Avaliação: um guia de conceitos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SCRIVEN, M. *Key evaluation checklist*. Kalamazoo, MI: The Evaluation Center, 2007. Disponível em: <https://wmich.edu/evaluation/checklists>. Acesso em: 10 fev. 2020.

SCRIVEN, M. *Key evaluation checklist (KEC)*. Michigan: The Evaluation Center, 2015. Disponível em: <http://michaelscriven.info/papersandpublications.html>. Acesso em: 13 fev. 2020.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, dez. 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222006000200003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 fev. 2020.

STUFFLEBEAM, D. L. Metaevaluation: concepts, standards, and use. In: BERK, R. A. *Educational evaluation methodology: the state of the art*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1981.

SUMÁRIO

STUFFLEBEAM, D. L.; MADAUS, G. F.; KELLAGHAN, T. *Evaluation models: viewpoints on educational and human services evaluation*. Boston: Kluwer Academic Publishers, 2006.

YARBROUGH, D. L. B. et al. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3. ed. Califórnia: Sage, 2011.

3

Glaucilene Mariano Sales
Michelle Ribeiro Lage de Amorim
Elaine Rodrigues Perdigão

Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras: a meta-avaliação como fator de medida de sua qualidade

PROGRAMAS SOCIAIS: AVALIAÇÃO E META-AVALIAÇÃO

A avaliação sistematizada e formal é essencial ao desenvolvimento de qualquer programa ou projeto, tendo em vista sua finalidade de determinar valor, mérito ou qualidade do objeto avaliado, mediante a “identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis” (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 35). Por meio das práticas avaliativas, é possível verificar pontos fortes e fracos, objetivando a tomada de decisões no que diz respeito à recomendação da continuidade do programa, do seu encerramento ou de alterações.

Considerando que “política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos” (PETERS, 1986 apud SOUZA, 2006, p. 24), a avaliação dos programas destinados a atender as demandas sociais identificadas, ainda que sejam executados por organizações sociais civis, é tarefa inerente voltada à verificação da relevância, efetividade, eficiência e eficácia de tais projetos, além de servir à prestação de contas à sociedade.

Assim, no concernente aos programas e projetos sociais, a avaliação é entendida como:

Um levantamento consistente, sistemático e replicável de dados, informações e conhecimentos para aprimoramento da intervenção programática, versando sobre: as características essenciais do contexto de atuação; os públicos-alvo; o desenho; os arranjos de implementação; os custos de operação; os resultados de curto prazo; os impactos sociais e de mais longo prazo de um programa. (JANNUZZI, 2014, p. 26).

Além da realização de processos avaliativos dos projetos e programas de políticas públicas, considera-se também recomendável

SUMÁRIO

que sejam aferidas a qualidade de suas avaliações. Ou seja, a avaliação realizada no programa original também necessita ser analisada, pois esse aspecto “representa uma obrigação ética, bem como científica, quando envolve o bem-estar de outras pessoas” (SCRIVEN, 2018, p. 361).

Esse processo de se avaliar uma avaliação é definido por Scriven (2018) como sendo uma meta-avaliação. O processo meta-avaliativo investiga se a avaliação atende aos seus propósitos. Assim, são notórias as suas vantagens, pois além de verificar se o processo realizado possui mérito e valor, é possível constatar se houve uma conduta ética adequada por parte dos avaliadores, contribuindo para conferir ainda mais valor à avaliação ou sugerindo melhorias.

Segundo Elliot (2011, p. 960), “em diversas instâncias, a necessidade de meta-avaliar uma avaliação, seu relatório ou o próprio processo avaliativo é a forma de atestar-lhe a qualidade ou de evidenciar pontos que ainda precisam ser” aperfeiçoados. Nesse sentido, Berends e Roberts (2003 apud ELLIOT, 2011) apresentam a meta-avaliação como um processo reflexivo sobre os procedimentos adotados na avaliação que oportuniza a incorporação de novos conhecimentos por parte dos meta-avaliadores. Além disso, a análise do processo avaliativo pode auxiliar na condução de outras avaliações a partir do momento que descortina as práticas adotadas.

A meta-avaliação conduzida neste estudo consistiu em verificar a qualidade de uma avaliação de um programa social conduzida à luz de diversos critérios, sendo focalizado seu relatório final, elaborado após seu encerramento. Dessa forma, foi realizada uma meta-avaliação somativa (ELLIOT, 2011). Nela, os meta-avaliadores utilizaram também outros registros além do relatório final, como bancos de dados, material de apoio e artigos. Stufflebeam (2001b) salienta que a meta-avaliação somativa possibilita aos *stakeholders*, isto é, aos interessados no

SUMÁRIO

processo, a percepção de pontos fortes e aqueles que necessitam de melhoria na avaliação.

Acrescenta-se que os responsáveis por este estudo meta-avaliativo não integraram a organização responsável pela condução do Programa Praler - Prazeres da Leitura e, tampouco, o instituto responsável pela avaliação realizada. Dessa forma, não houve qualquer relacionamento e, conseqüentemente, comprometimento dos meta-avaliadores com os principais atores do contexto da avaliação, sendo mantida “em relação ao programa, uma distância estrutural cuja finalidade é reduzir conflitos de interesses e limitar as tendências [...]” (YARBROUGH et al., 2011, p. 13).

Nesse sentido, para conduzir a meta-avaliação da forma mais objetiva e imparcial possível, foi necessário adotar critérios pautados em padrões, ou diretrizes norteadoras, acadêmica e tecnicamente aceitos e adotados nesse campo de atuação acadêmico-profissional. Tais critérios, como por exemplo, as Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe (RODRIGUEZ BILELLA et al., 2016), elaborados, tendo como base os padrões de avaliação do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (YARBROUGH et al., 2011), possuem grandes potencialidades para nortearem avaliadores e meta-avaliadores no planejamento, implementação e execução de avaliações e meta-avaliações de qualidade e com elevado grau de credibilidade.

A prática de avaliações na América Latina e Caribe, iniciada entre as décadas de 1980 e 1990, teve como países pioneiros o México, o Chile, a Costa Rica e a Colômbia, pois eram os únicos países da região com experiências em avaliação. Na época, esses países realizaram diversas avaliações nacionais e alguns, como a Colômbia, por exemplo, possuía um sistema nacional de testes que era utilizado, principalmente, para seleção na admissão à educação superior, tendo, portanto, experiência na implementação de avaliações. Já o Brasil é

SUMÁRIO

um dos países que iniciaram tardiamente a prática de avaliação, estabelecendo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) somente em 1990, com as amostragens sendo realizadas em 1993 e 1995 para três séries de educação fundamental, informou Wolff (1997). No entanto, as amostragens para a avaliação nacional continuaram a ser praticadas nos biênios seguintes, por meio de aplicação censitária instituída para todas as escolas públicas de educação fundamental do país, em séries determinadas, a partir de 2005 com a realização da primeira Prova Brasil (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2019).

Dessa forma, a disseminação tardia da avaliação entre os países da região e as particularidades socioculturais e econômicas existentes geraram a necessidade de estabelecer princípios que atendessem tais especificidades e orientassem a realização de avaliações nos países da América Latina e Caribe, promovendo o desenvolvimento da cultura avaliativa.

OBJETIVO E QUESTÃO AVALIATIVA

O objetivo do presente estudo foi realizar uma meta-avaliação do Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras, com foco no Programa Praler - Prazeres da Leitura. Para tanto, o estudo foi norteado pela seguinte questão avaliativa:

Em que medida o Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras, no que se refere ao Programa Praler - Prazeres da Leitura, atende às dimensões Avaliação Rigorosa; e Relevância e Utilidade das Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe?

Cabe destacar que a definição de uma questão avaliativa é uma etapa fundamental em uma avaliação, pois ela define o

próprio foco da avaliação que é, ao mesmo tempo, relacionado ao objeto avaliado e ao método empregado em seu desenvolvimento (STUFFLEBEAM, 2001a).

O RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DA SP LEITURAS: CONTEXTUALIZAÇÃO

A avaliação examinada no presente estudo foi conduzida pelo Instituto Fonte para o Desenvolvimento Social, situado em São Paulo e criado em 2002 a partir da fusão de duas organizações da sociedade civil sem fins lucrativos: o Instituto Christophorus e o F.O.N.T.E. – Fomento Nacional para o Terceiro Setor. No *site* do Instituto Fonte (2018) destaca-se a seguinte informação: “trabalhamos pelo desenvolvimento social e humano, atuando com consultorias, produção de conteúdos, como publicações ou pesquisas, e com a formação de gestores e profissionais de desenvolvimento”

Dessa forma, ressalta-se a experiência da instituição em avaliações, sejam de programas, projetos ou políticas sociais, relacionadas à sua atuação no ramo da consultoria às empresas e organizações que visam, sobretudo, o desenvolvimento social. De acordo com informações do *site* do instituto, a metodologia adotada é a consultoria de processos, sendo “orientada pelas questões que levam as pessoas a solicitar ajuda. A abordagem não oferece respostas prontas, mas apoia grupos a encontrá-las. O diferencial desse modelo de consultoria, portanto, é trazer o processo do cliente para o centro da intervenção”. Os consultores que atuam nas avaliações possuem diversas formações profissionais e utilizam abordagens e métodos variados (INSTITUTO FONTE, 2018).

SUMÁRIO

A organização social sem fins lucrativos demandante da avaliação realizada pelo Instituto Fonte, a SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura, foi criada em maio de 2010 constituindo-se em uma instituição de natureza cultural. Segundo informações do seu *site*, a organização é “engajada em ações relacionadas à propagação do gosto pela leitura em todos os segmentos da população, aos mais variados públicos, com atenção especial a pessoas com deficiência” (INSTITUTO FONTE, 2018).

A instituição atende às políticas culturais do Estado de São Paulo, realizando ações diretas e indiretas, e tem um contrato de gestão firmado com a Secretaria de Estado da Cultura, desde 2011, sua principal fonte de financiamento (INSTITUTO FONTE, 2012). Em análise à versão atualizada do contrato (2016-2020), verifica-se que o documento estipula as metas e obrigações da SP Leituras no que diz respeito ao gerenciamento e execução das atividades junto à Biblioteca de São Paulo, Biblioteca Parque Villa-Lobos e Programa de Leitura do Estado.

A partir das demandas iniciais levantadas pela instituição, em 2012 a SP Leituras solicitou ao Instituto Fonte uma consultoria para promover seu processo avaliativo. Desde então, anualmente avaliações são realizadas para monitorar e julgar o valor das atividades desenvolvidas. Conforme estipulado no contrato de gestão (2016-2020), o plano de trabalho da SP Leituras é alicerçado em um modelo de gestão baseado na organização do aprendizado. A instituição reconhece a relevância da avaliação para tal propósito, não apenas medindo a satisfação dos usuários, mas atuando como meio de comunicação com diversos públicos e equipes de trabalho. As avaliações, nesse contexto, destinam-se ao teste, redesenho e/ou desenho de programas, subsidiando os planos de trabalho anuais (INSTITUTO FONTE, 2018).

SUMÁRIO

Em 2018 o Instituto Fonte conduziu a avaliação mais recente das atividades da SP Leituras e elaborou o relatório objeto deste estudo. O documento abarca a avaliação da qualidade de três linhas de ação promovidas pela referida organização, com relação ao desenvolvimento da leitura em pessoas com vulnerabilidade social. O principal objetivo da avaliação foi reunir dados e reflexões avaliativas sobre os programas referentes à Leitura no Estado de São Paulo (INSTITUTO FONTE, 2018).

Cabe mencionar que este estudo meta-avaliativo terá como foco o Programa Praler - Prazeres da Leitura, pela sua relevância na promoção à leitura e pelo seu direcionamento às populações menos atendidas por atividades culturais, buscando suprir uma lacuna identificada, promovendo a inclusão social.

O Praler – Prazeres da Leitura é um programa criado no ano de 2008, ainda fora do âmbito da gestão da SP Leituras, a fim de incentivar e desenvolver o gosto pela leitura em populações socialmente vulneráveis. “Suas atividades são voltadas às pessoas abrigadas em espaços como asilos, hospitais, orfanatos, albergues, casas de saúde e presídios, além de organizações dedicadas à educação não formal” informam Ruprecht *et al.* (2019, p. 1). O programa mostra a estas pessoas que a leitura não é apenas uma atividade importante para o estudo e o trabalho, mas é também um direito do cidadão

Ruprecht *et al.* (2019) salientam que o objetivo do programa é que os livros e a leitura apoiem processos individuais de recuperação e de resgate da autoestima das pessoas abrigadas em espaços de atendimento social. Uma vez realizada a ação, a ideia é deixar na instituição atendida um aprendizado sobre o uso da leitura para a promoção social e cultural. Nesse sentido, além de intervir diretamente junto ao público das instituições parceiras, o programa tem procurado apresentar ferramentas para incorporação da promoção da leitura nas ações de promoção social de tais organizações.

SUMÁRIO

Some-se à importância do Programa Praler o fato de o relatório da SP Leituras de 2018 possuir uma estrutura muito similar quanto aos tópicos apresentados, e, por isso, optou-se por meta-avaliar apenas uma das atividades do documento, evitando que a análise ficasse extensa e repetitiva.

A composição do documento é a seguinte: introdução; I. Biblioteca de São Paulo e Villa-Lobos (com três subitens: 1. Contexto em 2018; 2. A coleta de informações em 2018; 3. Achados); II. Praler - Prazeres da Leitura; III. SisEB - Sistema Estadual de Bibliotecas (com três subitens: 1. Contexto em 2018; 2. A coleta de dados em 2018; 3. Achados).

Na Introdução, é realizada a contextualização da avaliação realizada em 2018, esclarecendo e sintetizando como o processo foi conduzido no âmbito das bibliotecas, do Programa Praler e do SisEB, apresentando também os resultados da avaliação e realizando algumas recomendações. Além disso, é apresentado o objetivo do processo de avaliação para o ano de 2019.

No capítulo destinado ao Praler - Prazeres da Leitura, na seção 1 é realizada a contextualização das atividades do programa em 2018, que visaram à continuidade da parceria com o curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André. O relatório apresenta o depoimento da professora Marilena Nakano, idealizadora da articulação com a SP Leituras, que em 2016 percebeu a necessidade dos alunos em pedagogia de se aproximarem “com a dimensão da cultura e, mais especificamente, da leitura e literatura” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 52). Para tanto, Nakano procurou uma integração com a SP Leituras, em que seus alunos visitam algumas vezes a Biblioteca de São Paulo e a Biblioteca do Parque Villa-Lobos.

SUMÁRIO

A partir desse primeiro contato, o relatório apresenta como foi desenvolvido o conceito de “biblioteca viva” e informa que o ano de 2018 representa “um amadurecimento deste caminho mais estratégico do Praler [...] construindo projetos de forma compartilhada com as instituições parceiras” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 53). Foram instaladas bibliotecas vivas e espaços de leitura nos territórios já articulados pela Fundação Santo André e formou-se uma rede de conexão desses espaços, a “Rede Beija-Flor de Pequenas Bibliotecas Vivas”.

Na seção 2 do capítulo, são apresentadas as fontes, os instrumentos/estratégias e os quantitativos referentes à coleta de informações em 2018. Na seção 3, Achados, foi apresentado no item 3.1 o perfil do público participante do programa. No item 3.2, foram relatadas as estratégias desenvolvidas no âmbito do Praler e discutida sua qualidade.

Em seguida, na seção 3.3, dinamização institucional/impacto institucional, discutem-se possibilidades para incentivar processos contínuos de promoção à leitura nas instituições parceiras. Finalmente, em seu item 3.4, o relatório trata da formação de comportamentos leitores no âmbito do Programa Praler.

METODOLOGIA DA META-AVALIAÇÃO

As Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe foram elaboradas a partir da iniciativa da Rede de Monitoramento, Avaliação e Sistematização da América Latina e do Caribe (ReLAC), em colaboração com o Projeto Fomento das Capacidades em Avaliação (FOCEVAL), o Ministério de Planejamento e Política Econômica da Costa Rica (MIDEPLAN) e o Instituto Alemão de Avaliação da Cooperação para o Desenvolvimento (DEval) (RODRIGUES BILELLA et al, 2016).

SUMÁRIO

A região da América Latina e do Caribe caracteriza-se por demandas crescentes de avaliações, movidas por uma realidade de diversidade social, cultural, linguística e grandes desigualdades sociais. Segundo Orlando Filho (2019), as diretrizes foram elaboradas com um caráter orientador, visando incentivar a realização de processos avaliativos na região. Seu objetivo é se constituir em mais uma importante ferramenta para quem realiza, contrata, supervisiona os processos avaliativos, ou são afetados pelos seus resultados. Elas estabelecem referências de qualidade para aumentar a confiança, utilidade, ética e adequação cultural das avaliações.

Rodriguez Bilella *et al.* (2016), autores das diretrizes, estabeleceram tais padrões por meio um grupo de trabalho interinstitucional que contou com a colaboração de especialistas convidados de vários países. Para tanto, entre os anos de 2014 e 2015, houve uma série de reuniões e consultas visando à formulação e publicação do documento final.

Nesse processo, foi realizado um estado da arte sobre o tema em questão e, após a reunião e discussão dos materiais, a formulação das diretrizes se inspirou nos padrões para avaliação de outras associações, sociedades e redes regionais e nacionais de avaliação. Tais instituições já haviam formulado suas dimensões com base nos seguintes padrões definidos pelo *Program Evaluation Standards do Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*: Utilidade, Viabilidade, Correção e Precisão.

Dessa forma, as Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe foram elaboradas a partir, principalmente, dos Padrões para Avaliação de Programas criados pelo *Joint Committee*. Ressalta-se, entretanto, a utilização da versão de 1994 como referência, a qual se encontra desatualizada, sobretudo, considerando a inclusão de outra categoria no ano de 2011: a responsabilização (YARBROUGH *et al.*, 2011).

SUMÁRIO

As Diretrizes presentes no documento final foram agrupadas em três áreas (vida social, cultural e econômica da sociedade) e em cinco dimensões, a saber:

- Dimensão 1: avaliação rigorosa
- Dimensão 2: avaliabilidade adequada
- Dimensão 3: avaliação conduzida com princípios éticos e jurídicos
- Dimensão 4: compreensão cultural adequada
- Dimensão 5: relevância e utilidade

Dentre as Diretrizes da América Latina e do Caribe, para a realização da meta-avaliação do Relatório da SP Leituras, serão utilizadas aquelas contidas nas Dimensões *Avaliação Rigorosa*; e *Relevância e Utilidade*. A escolha dessas dimensões deu-se pelas características do Programa avaliado pelo Instituto Fonte, pelo fato de o Relatório examinado tratar de alguns pontos que vão ao encontro das diretrizes e por tais dimensões serem essenciais ao desenvolvimento adequado de avaliações.

De acordo com Rodriguez Bilella *et al.* (2016, p. 12), a Dimensão 1: avaliação rigorosa se refere a “procedimentos que permitem determinar com precisão e exatidão os feitos observados que são objeto de análise, o que permite mostrar evidências das afirmações que se formula no informe da avaliação”. Já as diretrizes da Dimensão 5: relevância e utilidade dão suporte às avaliações para atender às:

Necessidades de informação e conhecimento dos usuários, ao mesmo tempo em que as partes interessadas se apropriem dela. A aplicação das diretrizes dessa dimensão aumenta a probabilidade de os participantes valorizarem os processos e produtos da avaliação, reconhecendo-os como significativos para satisfazer as suas necessidades. (RODRIGUEZ BILELLA *et al.*, 2016, p. 28).

SUMÁRIO

As diretrizes que compõem cada dimensão serão definidas na etapa de análise de resultados, na qual será realizada, fundamentalmente, o confronto das informações contidas no Relatório meta-avaliado com as Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe. No cotejamento dos dados, a fim de julgar os resultados obtidos na meta-avaliação será utilizada uma escala Likert de três níveis, a saber: atende, atende parcialmente e não atende (BARROS; ELLIOT, 2018).

Conforme estabelecido por Davidson (2005), serão consideradas as seguintes definições para análise do relatório: *Atende* - o relatório alcança todos os aspectos principais deste ponto e os expressa de forma clara e concisa. *Atende parcialmente* - o relatório alcança a maioria dos aspectos relativos a este ponto, mas não cobre alguns deles ou não os esclarece totalmente. *Não atende* - o relatório não contempla a diretriz.

Como critério para classificação de cada diretriz considerou-se a formulação de juízos de valor, baseados na leitura dos textos constantes no relatório avaliado. Buscou-se identificar trechos e aspectos que pudessem evidenciar a aplicação das Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe definidos por Rodriguez Bilella *et al.* (2016). Assim sendo, os julgamentos formulados no estudo têm caráter qualitativo e subjetivo, sendo construídos em função da interpretação da realidade, fundamentada na visão crítica dos autores deste estudo.

Como limitação ao estudo, deve-se ressaltar que como pessoas com perspectivas culturais, crenças e valores próprios, os meta-avaliadores podem trazer um caráter subjetivo ao processo quando realizam seu juízo de valor. Além disso, pode-se citar a ausência de contato com os relatórios parciais, com os avaliadores dos programas e com os participantes da avaliação, o que poderia ter contribuído para a ampliação do conhecimento referente ao contexto analisado. Dessa

forma, a presente meta-avaliação foi pautada exclusivamente pelas informações presentes no relatório, e, por isso, alguns julgamentos podem estar sujeitos a discussões e contrapontos.

RESULTADOS DA META-AVALIAÇÃO

Para uma compreensão mais adequada, serão apresentados os resultados encontrados por meio da análise de cada uma das diretrizes das dimensões *Avaliação Rigorosa / Relevância e Utilidade* a partir das considerações retiradas do relatório meta-avaliado.

Resultados referentes à Dimensão Avaliação Rigorosa

A dimensão Avaliação Rigorosa possui oito diretrizes, a saber: contextualizar a avaliação; descrição detalhada do objeto de avaliação; perguntas avaliativas relevantes; metodologia válida e confiável; níveis de participação adequados dos atores envolvidos; conclusões relevantes; recomendações úteis e factíveis; relatórios e comunicação pública efetiva.

Tais princípios buscam garantir a contextualização e validade da avaliação. Além disso, preconizam a aplicação de uma metodologia rigorosa e de qualidade em relação ao desenho, planejamento e execução da avaliação, com adoção de técnicas e ferramentas adequadas para as fases de coleta, análise e interpretação dos dados. Para Rodriguez Bilella *et al.* (2016, p. 12), “uma avaliação de qualidade deve ser precisa em seus resultados e oferecer, de maneira oportuna, proposições, conclusões e recomendações úteis para a tomada de decisões”.

Contextualizar a avaliação

A diretriz em questão estabelece que:

A avaliação deve explicitar a problemática na qual se desenvolveu o programa ou projeto a ser avaliado. Isto implica caracterizar e compreender de forma detalhada o contexto social, cultural, político e econômico, assim como os fatores externos que incidem nessa intervenção. Esta contextualização também implica uma compreensão dos critérios locais ou regionais em relação à demanda de avaliação, das necessidades de informação a respeito do objeto avaliado, das regulações institucionais quanto à prestação de contas, transparência e enfoques de avaliação, entre outros aspectos que fazem da avaliação uma ferramenta adaptada e situada local ou regionalmente. (RODRIGUEZ BILELLA *et al.*, 2016, p. 14).

No capítulo II do relatório de avaliação da qualidade da SP Leituras, destinado ao Programa Praler, há uma seção sobre o contexto da iniciativa em 2018 na qual são explicitadas as condições nas quais surgiu a principal parceria do programa, com o colegiado de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Centro Universitário Fundação Santo André. São apresentadas a cronologia do processo de estabelecimento da parceria entre as instituições, com início em 2016, bem como algumas atividades realizadas no ano de 2018.

O relatório apresenta como um dos principais questionamentos gerados na SP Leituras o aspecto da escala do Programa Praler, isto é, reflete-se a respeito de sua finalidade. Nesse sentido, informa que em 2018 “não pensa-se de forma pontual, para suprir necessidades de determinados espaços ou instituições, [...] mas a partir de uma lógica de Rede” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 54). Isso significa que a parceria com instituições sólidas, como a Fundação Santo André, possibilita que a mediação de leitura seja levada a contextos menos tradicionais.

Apesar de ter apresentado a problemática que envolveu o Programa Praler no ano de 2018 e algumas das necessidades de informação dos *stakeholders* quanto às atividades desenvolvidas, o relatório não caracterizou detalhadamente todo o contexto implicado na avaliação e não informou com clareza todos os aspectos necessários à compreensão de como a avaliação adaptou-se às demandas locais. Por isso, considera-se que o relatório meta-avaliado *atende parcialmente* à Diretriz *Contextualizar a avaliação*.

Descrição detalhada do objeto de avaliação

Rodriguez Bilella *et al.* (2016, p. 14) estabelecem que “as ações, produtos e propósitos do objeto a ser avaliado devem estar clara e suficientemente detalhadas, assim como a teoria da mudança que o faz possível”.

Nesse sentido, já na introdução e síntese do relatório, são apresentadas as principais ações desenvolvidas a fim de dar continuidade à parceria com a Fundação Santo André e alcançar as metas de instalar bibliotecas vivas e formar uma rede de conexão dos espaços de leitura estabelecidos. Para promover a ancoragem das pequenas bibliotecas nos territórios onde se situam, o Praler colaborou para a efetivação de algumas programações culturais que contam com a participação de atores locais (INSTITUTO FONTE, 2018).

O relatório apresenta os resultados alcançados no ano, destacando que um dos principais, “o que chamamos de dinamização ou impacto institucional no escopo deste programa – deixar marcas perenes nas instituições parceiras no que diz respeito ao trabalho de fomento à leitura – pôde ser estendido da FAFIL para toda a Rede” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 7).

SUMÁRIO

De acordo com Dugand e Brandão (2017), no campo da avaliação, a Teoria da Mudança se origina na década de 1950, tendo como principais autores Huey Chen, Peter Rossi, Michael Quinn Patton e Carol Weiss. “Consiste na representação de uma cadeia de resultados na qual se definem os insumos, produtos, indicadores, suposições, resultados e impactos de uma intervenção (HEIDER, 2016; ROGERS, 2014 apud DUGAND; BRANDÃO, 2017, p. 118).

Apesar de o relatório contar com uma seção dedicada à achados, como a dinamização e o impacto institucional, não houve um detalhamento de todos os fatores necessários às mudanças pretendidas e nem como elas foram de fato alcançadas. Isto é, não foi explicitada de forma clara como se deu a reflexão sobre como os resultados se relacionam com possíveis insumos, indicadores e suposições. Além disso, nem todas as ações e produtos do programa foram suficientemente detalhados, o que contribui para se considerar que o relatório meta-avaliado *atende parcialmente* à Diretriz *Descrição detalhada do objeto de avaliação*.

Perguntas avaliativas relevantes

A fim de atender tal diretriz, recomenda-se que os propósitos e perguntas avaliativas sejam detalhados de forma tal que fiquem suficientemente claros e pertinentes para os principais atores da avaliação (RODRIGUEZ BILELLA *et al.*, 2016). No decorrer do texto, o relatório apresenta alguns questionamentos do programa ao longo dos anos como o relativo à sua escala, contudo, as perguntas que conduziram a avaliação de 2018 não são apresentadas explicitamente.

Considerando a aplicação de questionário para contemplar questões sobre os impactos do público participante do programa no que diz respeito a sua relação com a leitura, uma pergunta direcionada à avaliação do impacto social seria pertinente, embora tal

SUMÁRIO

questionamento não tenha sido apresentado de forma clara. Inclusive, até a elaboração do relatório, os dados de impacto não haviam sido coletados e sistematizados. São expostas, ainda, informações sobre a satisfação do público com as estratégias desenvolvidas, embora tais questões não tenham sido apresentadas claramente.

É relatado também que a dinamização/impacto institucional “através da leitura está diretamente relacionada à capacidade ou não do programa de incentivar autonomia nas instituições parceiras, de modo que estas continuem o processo de fomento à leitura por conta própria”. Novamente, não é apresentada uma questão avaliativa referente ao tema.

Conforme o exposto, algumas temáticas apresentadas no relatório parecem ter guiado a avaliação realizada. Contudo, por não haver questões avaliativas claramente definidas no documento, considera-se que o relatório *não atende* à Diretriz *Perguntas avaliativas relevantes*.

Metodologia válida e confiável

Em uma avaliação sistemática, “o desenho da avaliação (incluindo os procedimentos de coleta de dados e técnicas de análises) deve ser apropriado para os propósitos da mesma, assim como rigoroso o processo de produção e construção dos resultados de avaliação” (RODRIGUEZ BILELLA *et al.*, 2016, p. 14).

Na seção 2 do capítulo, são elencadas as fontes e as técnicas (com o respectivo quantitativo) utilizadas para a coleta de informações em 2018. De acordo com o documento, foram consultados quatro relatórios trimestrais da SP Leituras, aplicados questionários de satisfação com os participantes das oficinas, 3 questionários com as instituições participantes, 37 questionários de linha de base sobre o

SUMÁRIO

impacto das atividades e conduzidas treze entrevistas sobre escuta com os facilitadores do Praler. Além disso, foi conduzida uma avaliação qualitativa a partir de materiais disponibilizados pela professora Marilena Nakano, da Faculdade Santo André.

Contudo, nenhum questionário ou roteiro de entrevista é apresentado no relatório, assim como não é informada claramente qual a metodologia utilizada. Dessa forma, não se pode julgar efetivamente se o desenho da avaliação foi apropriado e tampouco se o processo de construção de resultados foi realizado adequadamente, apesar de terem sido apresentadas as técnicas utilizadas nas coletas de dados. Assim, considera-se que o relatório *atende parcialmente* à Diretriz *Metodologia válida e confiável*.

Níveis de participação adequados dos atores envolvidos

Para Rodriguez Bilella *et al.*, (2016, p. 15), tanto no desenho quanto na execução da avaliação é relevante que as opiniões dos principais atores envolvidos com o programa ou a intervenção sejam consideradas, ainda que sejam contrárias aos processos ou resultados encontrados. Assim, pode ser conduzido um processo reflexivo sobre essas diferentes perspectivas.

Segundo o relatório, em 2018 a SP Leituras passou por um processo de desenvolvimento institucional que englobou, desde reuniões de Planejamento Estratégico até os “espaços do processo de avaliação: as reuniões com as equipes, coletas de informações e seminários ‘Parar pra Pensar’” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 7).

Além disso, durante a execução da avaliação foram ouvidos diferentes públicos, seja por meio de questionários ou entrevistas, como as instituições envolvidas nas atividades do programa, os facilitadores do Praler e os participantes das oficinas, isto é,

os estudantes de pedagogia, seus professores, as lideranças comunitárias locais e os bibliotecários.

Assim, ainda que algumas informações não tenham sido apresentadas de forma tão detalhada, considera-se que o Relatório meta-avaliado *atende* à Diretriz *Níveis de participação adequados dos atores envolvidos*.

Conclusões relevantes

Tal diretriz estabelece que “as conclusões da avaliação devem ser claras e completamente documentadas, derivadas dos achados e orientadas pelas perguntas avaliativas originalmente propostas. Devem ser consistentes com os propósitos da avaliação” (RODRIGUEZ BILELLA, 2016, p. 15).

Apesar de não apresentar uma seção final de conclusões, o relatório expõe suas considerações no decorrer dos achados. Afirma que “o segundo maior índice de público se concentra na faixa dos 26-30 anos, também demonstrando que este ano o Praler esteve bastante direcionado à formação de adultos, entre estudantes universitários, seus professores, lideranças comunitárias locais e bibliotecários” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 56). Já sobre a qualidade das estratégias desenvolvidas, por exemplo, informa que:

Todas as oficinas realizadas no Praler este ano, foram vividas como um grande processo com um objetivo comum: implementar uma rede de pequenas bibliotecas vivas na cidade de Santo André. [...] Houve uma maior articulação de temas tratados e estratégias, pensados para dar conta de um planejamento único e abrangente. (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 59).

Contudo, apesar de as conclusões do relatório derivarem-se dos achados e serem consistentes com o principal propósito da avaliação,

SUMÁRIO

o de reunir reflexões sobre o Programa Praler, não se pode afirmar que foram orientadas pelas perguntas avaliativas, pois essas não foram claramente apresentadas. Por isso, acredita-se que o relatório *atende parcialmente* à Diretriz *Conclusões relevantes*.

Recomendações úteis e factíveis

As recomendações de melhoria devem se basear nos resultados da avaliação, sendo úteis, executáveis e com alta probabilidade de serem implementadas. Para tal, é necessário alcançar níveis de participação adequados dos atores envolvidos (RODRIGUEZ BILELLA, 2016).

O relatório da SP Leituras destaca que, após muitas conversas e reflexões, concluiu-se que em 2018 o Praler atingiu um novo status no qual se pensa a partir de uma lógica de Rede, onde uma instituição sólida possibilita que o programa leve a mediação de leitura para contextos menos tradicionais, o que poderá garantir que o impacto institucional em tais contextos seja consistente. Assim, o relatório sugere que esse impacto seja considerado não apenas na FAFIL, mas também nas instituições comunitárias alcançadas pelo programa, “e, neste sentido, em 2019 as avaliações de impacto do Praler poderiam dar conta também desta dimensão” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 54).

No relatório também é sugerido que alguns riscos sejam evitados, como deixar em segundo plano o objetivo de levar a mediação para contextos menos tradicionais e permitir que o investimento na parceria específica com a FAFIL torne-se simples comodismo. Além disso, recomenda-se que em 2019 sejam conduzidos estudos para verificar como as bibliotecas que fazem parte da Rede contribuem para a formação de comportamentos leitores.

SUMÁRIO

Por todo o exposto, e considerando a participação efetiva dos interessados na avaliação, considera-se que o relatório *atende* à Diretriz *Recomendações úteis e factíveis*.

Relatórios e comunicação pública efetiva

A diretriz em questão estipula que os resultados da avaliação devem ser comunicados de forma precisa e oportuna, sem preconceitos ou erros na interpretação. É recomendável que os avaliadores expressem as limitações da evidência e delimitem adequadamente o contexto no qual se aplica seus julgamentos. Ademais, “a avaliação deve difundir seus resultados em um relatório ou informe de acesso público, manifestando uma especial preocupação com a devolução e entrega de informação aos atores envolvidos com o objeto de avaliação. O relatório da avaliação deve estar aberto ao escrutínio público [...]” (RODRIGUEZ BILELLA, 2016, p. 15).

Nesse sentido, o processo avaliativo e seus resultados são comunicados ao público em geral, com adequada delimitação do contexto do Programa Praler em 2018, por meio do relatório de avaliação da qualidade da SP Leituras, disponível para acesso na *internet*. Para facilitar a compreensão, ressalta-se que já na introdução do relatório procurou-se apresentar sínteses das reflexões realizadas. Todavia, os participantes em condições de vulnerabilidade social, moradores das comunidades onde as atividades foram desenvolvidas, não necessariamente tem acesso à *internet* e, portanto, condições para acessar o relatório. Nesse sentido, por não ser informado se houve uma comunicação efetiva a esse público interessado, considera-se que o documento *atende parcialmente* à Diretriz *Relatórios e comunicação pública efetiva*.

Resultados referentes à Dimensão Relevância e Utilidade

A avaliação relevante é aquela capaz de aportar de maneira eficiente a tomada de decisão, a prestação de contas e a deliberação pública. Deste modo, as necessidades de informação e conhecimento dos usuários precisam ser atendidas. A utilidade e relevância garantem que a avaliação supra essas necessidades.

A Dimensão Relevância e Utilidade engloba sete diretrizes (Participação Efetiva e Consciente; Propósitos Acordados mutuamente; Valores explícitos; Informações relevante, pertinente e oportuna; Resultados Úteis; Comunicação e Relatórios Pontuais e Apropriados; Interesse pelas Consequências e Incidência).

A aplicação das diretrizes dessa dimensão aumenta a probabilidade de os participantes valorizarem os processos e produtos da avaliação, reconhecendo-os como significativos para satisfazer as suas necessidades (RODRIGUEZ BILELLA, *et al.*, 2016, p. 28).

Participação efetiva e consciente

A principal função dessa diretriz é garantir a participação efetiva de todos os envolvidos na avaliação. Deve contemplar, tanto na fase de planejamento quanto na fase da execução, a atenção às perspectivas de todos os atores pertencentes ao objeto avaliado.

No Relatório meta-avaliado, a partir da coleta de informações são apresentados os participantes das oficinas, os facilitadores do Praler, as Instituições que fizeram parte do processo do programa e o perfil do público. “Em 2018, a equipe do Praler decidiu implementar um questionário para estabelecer uma linha de base que desse conta, principalmente, de questões de perfil do público participante e impactos da participação no programa no que diz respeito à sua relação com

a leitura”. (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 55). Então é percebido o envolvimento de todos os interessados na Avaliação. Contudo, a Diretriz *Participação efetiva e consciente é atendida parcialmente* pois, apesar de envolver todos os grupos na avaliação, a fase do planejamento não foi contemplada com todos os públicos alvos do programa.

Propósitos acordados mutuamente

O objetivo e propósitos da avaliação devem ser explícitos, claros, documentados e aceitos. Uma avaliação confusa, ou expressa de modo genérico, traz dúvidas aos interessados. Contudo, o avaliador precisa contribuir de forma transparente e direta sobre a finalidade da avaliação a todos os envolvidos.

A avaliação do Programa Praler buscou responder questões quanto ao crescimento do Programa e mostrar como as novas parcerias têm contribuído ao projeto. Todavia, não há informações no Relatório da avaliação quanto à aceitação dos pontos avaliados por parte dos envolvidos do Programa, ou seja, algumas informações não estão explícitas. Observa-se então, que a Diretriz *Propósitos acordados mutuamente não é atendida*.

Valores Explícitos

A diretriz Valores Explícitos traz para as avaliações, quando for preciso, a explicitação das bases de valores compreendidos no sentido moral do avaliador, nas quais ele se apoia para julgar e para expressar o seu ponto de vista.

No Relatório do Programa Praler, alguns pontos a partir do olhar do avaliador são identificados, quando é mencionado que: “[...] é importante dizer que o Praler tem gerado questionamentos produtivos na SP Leituras ao longo dos anos” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 54).

SUMÁRIO

Isto significa que o avaliador explicitou o seu valor compreendido no sentido moral de que o projeto é positivo e gera produtividade na organização SP Leituras. Outro ponto de vista dos avaliadores é identificado no trecho: “nesta prática, a circulação do conhecimento, premissa de qualquer biblioteca, se transforma em algo que deva ser cuidado por todos [...]” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 54). Pode-se então dizer que esta diretriz, *Valores Explícitos*, é atendida na Avaliação realizada pelo Instituto Fonte.

Informação relevante, pertinente e oportuna

Segundo Rodriguez Bilella *et al.* (2016, p. 30) “a avaliação deve ser útil para as necessidades dos grupos interessados, identificados e emergentes [...]”. A informação deve estar disponível de forma objetiva e acessível para todos os grupos envolvidos na avaliação no momento em que sejam solicitadas, atendendo à utilidade da avaliação e às necessidades dos envolvidos.

A identificação das informações no relatório do Programa Praler foi realizada de forma clara e objetiva. Contudo, não é dito no relatório se as informações foram oportunas para todos os grupos envolvidos, e na meta-avaliação realizada verificou-se que, apesar de o relatório estar disponível no *site* da SP Leituras, o acesso pode não se dar por todos os envolvidos no programa por motivos inerentes às dificuldades ao uso da *internet* por determinado grupo, principalmente os beneficiados pelo programa. Neste caso, a Diretriz *Informação relevante, pertinente e oportuna* foi atingida parcialmente.

Resultados úteis

Uma avaliação deve conter os resultados e espera-se que esses sejam úteis para os que tomam decisões, para o público

beneficiado e para todas as pessoas interessadas na avaliação. Rodriguez Bilella *et al.* (2016, p. 31) afirma que, “as avaliações devem construir descrições e juízos que animem e ajudem os participantes a redescobrir, reinterpretar ou revisar sua percepção, atitude e/ou comportamento sobre o objeto da avaliação”.

O relatório de avaliação do Programa Praler traz de forma clara esta Diretriz. Entre algumas afirmações observadas no relatório, destaca-se a seguinte: “[...] das reflexões feitas e das sinalizações existentes, iniciou-se um processo de discussão sobre uma programação cultural mais permanente em cada pequena biblioteca” (INSTITUTO FONTE, 2018, p. 66), mostrando o resultado de uma avaliação que trouxe tais levantamentos para o melhoramento do objeto avaliado. Portanto, a Diretriz *Resultados Úteis* foi *atendida*.

Comunicação e relatórios pontuais e apropriados

Esta diretriz traz a comunicação como quesito imprescindível em todo o processo da avaliação. E como diz Rodriguez Bilella *et al.* (2016, p. 31) “[...] a comunicação é uma dimensão relevante que se inicia no primeiro dia da avaliação, transcendendo à instância final de disseminação ou difusão de resultados”.

No relatório meta-avaliado, não foram encontradas evidências de que a comunicação se deu em todo o processo com os indivíduos envolvidos, por isso, não se pode afirmar que esta diretriz foi contemplada totalmente. Apesar de serem apresentados no relatório, de forma clara, o modo como foi feita a coleta de dados e seus resultados, informando sobre os grupos envolvidos, pode-se dizer que a Diretriz *Comunicação e relatórios pontuais e apropriados* foi *atingida parcialmente*.

Interesse pelas consequências e incidência

O objetivo principal de uma avaliação é checar os pontos positivos e negativos de um programa ou um projeto, a fim de incidir na melhoria para a qualidade de vida das pessoas, o que promove o uso consciente e pertinente de seus resultados. Para tanto, Rodriguez Bilella *et al.* afirmam que:

Se durante a avaliação se descobrem potenciais atos ilegais que põem ou possam pôr em risco as pessoas envolvidas na avaliação ou no programa, o avaliador deve atuar com responsabilidade legal e ética para minimizar os possíveis efeitos negativos dos mesmos. (RODRIGUEZ BILELLA, 2016, p. 31).

Baseado nas informações expostas no relatório da avaliação realizada pelo Instituto Fonte ao Programa Praler, não foi apresentado atos ilegais, todas as pessoas envolvidas no programa não foram colocadas em situações de risco. O Instituto Fonte mostrou a partir dos seus avaliadores, um trabalho ético e responsável. Podemos dizer então, que a Diretriz *Interesse pelas consequências e incidência* foi atingida.

Finalizando a apresentação dos resultados e das respectivas análises meta-avaliativas concretizadas por meio do estudo realizado no relatório de avaliação da qualidade da SP Leituras, com foco no Programa Praler - Prazeres da Leitura, produzido pelo Instituto Fonte, foram verificados alguns pontos positivos e outros que necessitam ser aprimorados, de acordo com as Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe, considerando duas de suas dimensões, Avaliação Rigorosa e Relevância e Utilidade.

Os resultados obtidos quanto ao nível de atendimento de cada Diretriz são apresentados no Quadro 1:

Quadro 1 – Resultados do nível de atendimento das Diretrizes

Dimensão Avaliação Rigorosa	
Diretrizes	Nível de Atendimento
Contextualizar a avaliação	Atende Parcialmente
Descrição detalhada do objeto de avaliação	Atende Parcialmente
Perguntas avaliativas relevantes	Não Atende
Metodologia válida e confiável	Atende Parcialmente
Níveis de participação adequados dos atores envolvidos	Atende
Conclusões relevantes	Atende Parcialmente
Recomendações úteis e factíveis	Atende
Relatórios e comunicação pública efetiva	Atende Parcialmente
Dimensão Relevância e Utilidade	
Diretrizes	Nível de Atendimento
Participação efetiva e consciente	Atende Parcialmente
Propósitos acordados mutuamente	Não Atende
Valores Explícitos	Atende
Informação relevante, pertinente e oportuna	Atende Parcialmente
Resultados úteis	Atende
Comunicação e relatórios pontuais e apropriados	Atende Parcialmente
Interesse pelas consequências e incidência	Atende

Fonte: As autoras (2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificou-se que das oito diretrizes da Dimensão Avaliação Rigorosa, duas foram atendidas, cinco foram atendidas parcialmente e uma não foi atendida. Já dentre as sete diretrizes da Dimensão Relevância e Utilidade, três foram atendidas, três foram atendidas parcialmente e uma não foi atendida. Já em relação ao total de 15 Diretrizes avaliadas, cinco foram atendidas (33,33%), oito foram atendidas parcialmente (53,33%) e duas (13,33%) não foram atendidas. Ao analisar tais dados, em resposta à questão avaliativa “em que medida o Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras, no que se refere ao Programa Praler - Prazeres da Leitura, atende às dimensões Avaliação Rigorosa; e Relevância e Utilidade das Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe?”, concluiu-se que:

- a. O Relatório atende parcialmente à Dimensão Avaliação Rigorosa;
- b. O Relatório também atende parcialmente aos aspectos relacionados à Dimensão Relevância e Utilidade.

De tal modo, como um todo, o Relatório atende parcialmente às Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe, considerando as Dimensões Avaliação Rigorosa e Relevância e Utilidade.

Ao considerar as diretrizes atendidas, verifica-se no relatório a preocupação no tratamento de pontos essenciais a qualquer avaliação de qualidade, como o envolvimento dos interessados na avaliação e a explicitação dos valores que conduziram os avaliadores. Também há de se destacar a promoção de resultados e recomendações consideradas úteis e exequíveis a fim de melhorar o Programa Praler, mostrando, ainda, uma preocupação pelas consequências e incidência dos resultados do processo avaliativo.

SUMÁRIO

Por outro lado, ressalta-se que determinadas diretrizes importantes à avaliação não foram plenamente atendidas, como o uso de metodologia válida e confiável e comunicação e relatórios pontuais e apropriados. Além disso, não foram encontradas perguntas avaliativas e propósitos mutuamente acordados.

No entanto, apesar do não atendimento de algumas diretrizes, considera-se que a avaliação foi adequadamente conduzida por ter sido realizada por instituição idônea e com grande experiência no campo, o Instituto Fonte.

Destaca-se que o juízo de valor emitido pode estar sujeito a outras interpretações, pois o estudo foi conduzido com uma única referência, sem que fosse possível a realização de outras investigações a respeito da avaliação considerada, incluindo aí contatos com os diferentes atores presentes no contexto do processo avaliativo.

No entanto, esse fato não representa um fator de não legitimação da meta-avaliação realizada, mas, apenas uma delimitação que é aceitável nos processos meta-avaliativos de caráter somativo (ELLIOT, 2011).

RECOMENDAÇÕES

No sentido de contribuir com a elaboração de outros relatórios nos próximos processos avaliativos conduzidos pelo órgão responsável pela avaliação meta-avaliada neste estudo e considerando o conteúdo das diretrizes que conduziram a presente meta-avaliação, foram sugeridas as seguintes recomendações gerais:

1. Incluir no planejamento das próximas avaliações todos os interessados no Programa Praler, inclusive representantes de pais de alunos beneficiados pelas atividades;

SUMÁRIO

2. Apresentar o objeto avaliado com maior riqueza de detalhes, incluindo detalhes mais completos sobre o contexto e os processos implementados na avaliação, inclusive se seus propósitos foram plenamente aceitos pelos envolvidos e de que forma as informações são oportunas aos mesmos. Esse fato contribuirá para uma maior clareza das informações necessárias ao atendimento das necessidades dos interessados e para o aumento da transparência em todo transcorrer da avaliação;
3. Definir de forma clara as perguntas avaliativas e a metodologia norteadoras da avaliação;
4. Disponibilizar uma versão impressa do relatório para acesso pleno por parte de todos os interessados, inclusive os das comunidades que, de alguma forma puderem ser afetadas pela avaliação e possuem dificuldades de acesso à *internet*.

Finalizando, cabe ressaltar a importância da realização de avaliações dessa natureza, pois processos avaliativos como esse conduzido pelo Instituto Fonte possuem a força de contribuir para a melhoria de programas sociais, gerando dados e informações que acabam por beneficiar todos os atores envolvidos no contexto do programa, incluindo aqueles afetados pelos seus resultados.

A VALIDAÇÃO DA META AVALIAÇÃO REALIZADA

Ao realizar a meta-avaliação do relatório final do Programa Praler – Prazeres da Leitura, as autoras Glaucilene Mariano Sales e Michelle Ribeiro Lage de Amorim lançam luz sobre alguns caminhos tomados pela avaliação do Programa destinado ao fomento da prática de leitura entre pessoas em situação de vulnerabilidade social. A temática não poderia ser mais oportuna. O hábito de leitura entre os

SUMÁRIO

brasileiros é pauta para programas sociais e políticas públicas, já que o país é detentor de baixos indicadores de leitura quando comparado a outros países da América Latina.

De acordo com o último levantamento realizado pelo Instituto Pró-livro (2016), apesar do aumento de consumidores de livros, que passou de 50% para 56% no período de 2011 a 2015, o brasileiro lê menos na medida em que avança de faixa etária e, ainda, a maior quantidade de leitura não reverberou na qualidade da mesma. É fato que esse quadro da leitura no Brasil gera um intenso debate entre educadores e gestores. Nesse sentido, estudos avaliativos que versam sobre a temática poderão, sem dúvida, orientar ações e programas para o desenvolvimento da prática de leitura entre cidadãos brasileiros.

No capítulo sobre a meta-avaliação do Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras, as autoras retomam os caminhos tomados pela avaliação inicial, atentando para os critérios adotados e avançam em pontos que podem ser aprimorados. O leitor é apresentado a um texto claro e objetivo que permite acompanhar de forma linear as etapas do processo meta-avaliativo.

O objeto do estudo, logo apresentado no texto, consiste em uma avaliação realizada pelo Instituto Fonte, em 2018, em atendimento à solicitação da SP Leituras – Associação Paulista de Bibliotecas e Leitura – que realiza políticas culturais em parceria com o Estado de São Paulo. Verifica-se, portanto, a suficiência na apresentação da situação que suscitou a meta-avaliação, assim como seu objetivo, o de avaliar o Relatório de avaliação produzido pelo Instituto Fonte.

No que diz respeito à fundamentação teórica, sua adequação e relevância, destaca-se a adoção das Diretrizes da América Latina e do Caribe. Buscou-se ajustar as características do Programa avaliado aos parâmetros de análise essenciais para a condução de um estudo meta-avaliativo. E para responder à questão avaliativa – Em que

SUMÁRIO

medida o Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras, no que se refere ao Programa Praler - Prazeres da Leitura, atende às dimensões Avaliação Rigorosa; Relevância e Utilidade das Diretrizes para Avaliação para a América Latina e o Caribe? – foram examinadas as informações contidas no Relatório meta-avaliado confrontando-as com as Diretrizes e referidas dimensões. Observa-se que o procedimento é realizado adequadamente.

As autoras privilegiam a análise recorrendo estrategicamente à fonte inicial – no caso o Relatório final do Programa Praler – descrevendo trechos e tecendo reflexões a partir deste documento. As autoras, contudo, advertem sobre os limites da meta-avaliação centrada exclusivamente no Relatório, o que, no caso, não representa demérito algum, uma vez que o rigor metodológico empregado é evidente no transcorrer da análise. Ainda assim, é mérito das autoras reconhecerem a delimitação e o alcance da meta-avaliação proposta.

O capítulo avança para a apresentação dos resultados, mantendo a clareza e a consistência da argumentação. Para o julgamento dos resultados obtidos, procede-se a adoção dos padrões Atende, Atende Parcialmente e Não atende, seguindo os critérios de análise propostos por Davidson (2005) e que estão corretamente ilustrados no Quadro de Resultados do nível de atendimento das Diretrizes. É realizado o exercício meticuloso de avaliar cada uma das três dimensões, bem como as diretrizes associadas. Pode-se afirmar que a análise dos resultados é realizada de forma adequada pelas autoras.

Dentre as 15 Diretrizes avaliadas, cinco foram atendidas, oito foram atendidas parcialmente e duas não foram atendidas, permitindo responder à questão avaliativa inicialmente proposta de forma precisa. Nota-se que as conclusões do estudo são coerentes aos resultados obtidos. Cabe ressaltar que a avaliação inicial, conforme as autoras apontam, foi devidamente conduzida pelo Instituto Fonte ainda que algumas diretrizes não tenham sido atendidas.

SUMÁRIO

Na seção final do capítulo, mais especificamente nas *Considerações finais e Recomendações*, o leitor pode identificar um mapeamento consistente dos pontos que merecem atenção no Relatório de Avaliação e que podem servir para a elaboração de outros relatórios em processos avaliativos futuros. Não há dúvidas de que a presente meta-avaliação pode se constituir como referência para estudos que tratem sobre avaliação de programas sociais e políticas públicas com foco na inclusão social.

No Relatório de Avaliação da Qualidade da SP Leituras: a meta-avaliação como fator de medida de sua qualidade são esclarecidos os pontos que podem ser considerados pelos interessados do Programa avaliado e pela instituição avaliadora com vista ao aprimoramento das ações empreendidas pela SP leituras. Por tais razões, é seguro afirmar que o estudo possibilita a aplicação da proposta descrita. Afora isso, o estudo, cujo título adequadamente chama a atenção para a qualidade e é preciso no tema tratado, é igualmente valioso para aqueles que estão interessados em implementar programas de avaliação ao desvendar rotas e caminhos para a condução de um projeto meta-avaliativo com qualidade.

O capítulo constitui-se como uma verificação precisa, ancorada em sólidas referências teóricas do campo da avaliação e das políticas públicas, confirmando a pertinência das referências utilizadas. Destacam-se autores como Yarbrough et al. (2011), Stufflebeam (2001a), Scriven (2018), dentre outros expoentes. O trabalho realizado dialoga com conceitos e práticas centrais do campo da avaliação.

Em suma, a meta-avaliação realizada pelas autoras Glaucilene Mariano Sales e Michelle Ribeiro Lage de Amorim, não apenas fornece aos interessados importantes informações sobre os desdobramentos do Programa, como também orienta o leitor que está se iniciando no campo da avaliação um percurso didático, o que certamente contribuirá para outros estudos na área.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA-SP LEITURAS.

Quem somos. Disponível em: <https://spleituras.org.br/quem-somos/>.

Acesso em: 29 nov. 2019.

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE BIBLIOTECAS E LEITURA-SP LEITURAS.

Relatório Anual. São Paulo: [s. n.], 2018. Disponível em: <https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2019/08/Relatorio2018-final-X.pdf>.

Acesso em: 02 dez. 2019.

BARROS, Laura Ferreira do Rego; ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação do relatório de avaliação da execução de programas de governo nº 8: programa saúde da família. *Revista Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, Edição Especial nº 2, p. 197-224, 2018. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1933/pdf>. Acesso em: 05 dez. 2019.

DAVIDSON, E. J. *Evaluation methodology basics*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.

DUGAND, Adriana Gaviria; BRANDÃO, André Augusto Pereira. A Teoria da mudança como ferramenta avaliativa do desenho dos programas sociais: o caso das ações estruturantes para comunidades quilombolas. *Revista Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 110-140, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1214/pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

ELLIOT, Ligia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/11.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2019.

INSTITUTO FONTE. *Avaliação da qualidade - SP Leituras*. OTERO, Martina Rillo; MUSSI, Joana Zatz (coord.). São Paulo: Instituto Fonte, 2018. Disponível em: https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Relato%CC%81rio-Avaliac%CC%A7a%CC%83o-da-Qualidade-SP-Leituras_2018_IF.pdf. Acesso em: 15 nov. 2019.

INSTITUTO FONTE. *Avaliação externa das ações realizadas em 2012*. OTERO, Martina Rillo; MUSSI, Joana Zatz (coord.). São Paulo: Instituto Fonte, 2012. Disponível em: <https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2015/07/Relato%CC%81rio-Avaliac%CC%A7a%CC%83o-da-Qualidade-2012.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SUMÁRIO

INSTITUTO FONTE. *Quem somos*. Disponível em: <http://new.institutofonte.org.br/quem-somos/#oinstitutofonte>. Acesso em: 29 nov. 2019.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. *Retratos da Leitura no Brasil*, 4ª edição, Instituto Pró-livro; IBOPE Inteligência, 2016.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Avaliação de programas sociais: conceitos e referências de quem a realiza. *Estudos em avaliação educacional*, São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1925/1925.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

ORLANDO FILHO, Ovidio. *Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. 2019. 43 slides/notas de aula.

RODRIGUEZ BILELLA, Pablo D. *et al. Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Akian Gráfica Editora S.A, 2016. Disponível em: <https://www.pucsp.br/catedraignacysachs/downloads/diretrizes-para-avaliao-para-amrica-latinaeo-caribe.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2019.

RUPRECHT, Pierre André. *et al. Praler - Prazeres da Leitura. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 28. 2019. Anais [...]. Vitória: FEBAB, 2019. Disponível em: <https://portal.febab.org.br/anais/article/viewFile/2195/2196>. Acesso em: 13 dez. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. *Contrato de Gestão nº 03/2016*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 01 abr. 2016. Disponível em: <https://spleituras.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Contrato-de-Gest%C3%A3o-03.2016.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2019.

SISTEMA ESTADUAL DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DE SÃO PAULO. *Programas*. São Paulo: [s.d]. Disponível em: <http://siseb.sp.gov.br/programas/#praler>. Acesso em: 02 dez. 2019.

SCRIVEN, M. *Avaliação: um guia de conceitos*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 10 dez. 2019.

STUFFLEBEAM, D. L. Evaluation models. *New directions for evaluation*, San Francisco, n. 89, p. 7-98, 2001a.

SUMÁRIO

STUFFLEBEAM, D. L. The metaevaluation imperative. *American Journal of Evaluation*, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001b.

WOLFF, Laurence. Avaliações educacionais - uma atualização a partir de 1991 e implicações para a América Latina. In: BOMENY, Helena (org.). *Avaliação e Determinação de Padrões na Educação Latino-Americana – Realidades & Desafios*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas: concepções e práticas*. Tradução Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente, 2004.

YARBROUGH, Donald Burt. *et al. The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3. ed. Califórnia: Sage, 2011.

4

Renata da Silva Lemos Manhães
Simone Teixeira Barreiro
Lúcia Regina Goulart Vilarinho

O Relatório de Avaliação do Programa Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro como objeto de uma meta-avaliação

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.756.116-144

A IMPORTÂNCIA DA META-AVALIAÇÃO: O QUE PENSAM OS ESPECIALISTAS

Quando discutido no campo acadêmico, o conceito de política pública adquire diferentes significados. Estudiosos como Laswell (1936), Dye (1984), Peters (1986), Lynn (1980) e Mead (1995), por exemplo, apresentaram durante décadas, diferentes posicionamentos sobre o assunto, situação sintetizada por Souza (2006) ao afirmar não existir uma única forma, tampouco uma melhor forma, para definir exatamente o seu significado.

Os inúmeros desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, relacionados principalmente com questões cujas responsabilidades são do poder público, são as causas que levam à criação de políticas públicas, materializadas por meio de programas, projetos e serviços legalmente embasados, visando, principalmente, equacionar/eliminar problemas de ordem social. Tão importante quanto criar alternativas para o enfrentamento de problemas sociais, é determinar o valor e o mérito das respostas que esses projetos, programas e serviços, implementados pelo poder público, oferecem à sociedade.

É nesse contexto que a avaliação se torna uma ferramenta imprescindível, pois como afirmaram Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p. 56) “a avaliação não é apenas valiosa, mas também essencial para qualquer sistema ou sociedade eficiente”, porque ela demonstra, com base em critérios pré-definidos, a qualidade do objeto avaliado. Assim sendo, em se tratando de programas e projetos de políticas públicas, avaliar significa analisar até que ponto o governo está agindo de forma eficaz e responsável em suas ações.

Elliot (2011, p. 941) assegura que “dada a importância de seus resultados, projetos, programas e serviços dirigidos a diferentes

SUMÁRIO

segmentos da sociedade têm sido acompanhados por avaliações que buscam revelar se houve o alcance da desejada qualidade". Porém, avaliar não é um processo simples. Gimenes (2007, p. 227) afirma que "os diferentes processos avaliativos não se encerram nas conclusões de seus relatórios ou nas ações realizadas a partir de seus resultados". Por se tratar de um processo complexo, devem levar em conta uma série de procedimentos, critérios e metodologia adequada para que seja bem conduzido e produza resultados que permitam melhorar e tomar decisões acertadas sobre aquilo que está sendo avaliado, não importando a sua natureza.

Com relação à avaliação de políticas públicas, Orlando Filho e Oliveira (2019, p. 152) asseveram que "essa é a forma que o estado tem para intervir onde é necessário, atacando o problema propriamente dito, dando uma resposta aos anseios da sociedade e procurando proporcionar à população uma vida melhor e mais digna".

Embora a avaliação de políticas públicas seja importante por diversos aspectos, seus resultados também podem ser contestados pois, como afirma Scriven (2018, p. 361), avaliar uma avaliação "representa uma obrigação ética, bem como científica, quando envolve o bem-estar de outras pessoas". O mesmo autor define essa avaliação da avaliação como meta-avaliação, executada para atestar e assegurar a qualidade do processo da avaliação e a pertinência de seus resultados e poder colaborar para a melhoria ou aperfeiçoamento do objeto avaliado. Elliot (2011) corrobora esse pensamento, afirmando que a meta-avaliação é a verificação do nível de qualidade da própria avaliação à luz de diversos critérios.

Discorrendo sobre meta-avaliar avaliações de programas de políticas públicas, Ribeiro, Carabajal e Orlando Filho (2019, p. 14) destacam que:

A meta-avaliação coopera para a melhoria e o aperfeiçoamento das políticas e ações institucionais por meio de um acompanhamento e também revisão permanente e sistemática do objeto que está sendo avaliado. Sendo assim, uma meta-avaliação tem como objetivo assegurar o mérito e o valor do processo avaliativo.

Reforçando essa conceituação sobre a realização de processos meta-avaliativos Stufflebeam (1974 apud ALMEIDA, 2016, p. 17) afirma que:

Uma boa avaliação requer que seu próprio esforço seja avaliado. Muitas coisas podem sair, e frequentemente saem errado em sua realização. Portanto, é necessário checar problemas como vieses, erros técnicos, dificuldades administrativas e uso inadequado.

Já Berends e Roberts (2003 apud ELLIOT, 2011, p. 943)

destacam duas razões para se proceder a uma meta-avaliação. Uma é possibilitar a verificação da aplicação de um código de comportamento adequado durante todo o estudo, ou seja, a ética adotada pelos avaliadores, se ela existe e como foi praticada. [A] outra concebe a meta-avaliação como uma prática de reflexão sobre todos os procedimentos utilizados na avaliação, dando oportunidade à incorporação de novos conhecimentos por parte não só dos meta-avaliadores, como também dos avaliadores, quando tomam ciência da análise realizada.

Segundo Dias Sobrinho e Balzan (2000 apud MISSIO, ALVES, HILDENBRAND, 2018, p. 81), “a necessidade de se avaliar está pautada na necessidade de se desenvolver a qualidade daquilo que se avalia; e, a necessidade de se meta-avaliar está pautada na necessidade de se melhorar e inovar a própria avaliação”. Goulart (2018, p. 77) ainda afirma que a meta-avaliação “é uma reflexão sobre todo o processo até um dado momento desenvolvido e configura-se, também, como elo de ligação do já realizado com o que deve ser empreendido futuramente

na instituição”. Essa perspectiva apresenta as duas funções da meta-avaliação: formativa e somativa.

A abordagem somativa, segundo C. Souza (2019, p. 81), “é realizada a partir de dados já finalizados como por exemplo, relatórios, documentações, registros, entre outros, pretendendo qualificar uma avaliação já concluída”. Portanto, esse tipo de avaliação busca avaliar a qualidade das atividades avaliativas após a conclusão de todo o processo, verificando em que medida ela atende a critérios e padrões estabelecidos. Já a função formativa:

É realizada durante o desenvolvimento das atividades avaliativas, por meio de um acompanhamento sistemático, possibilitando revisão e aperfeiçoamento do método e dos instrumentos em tempo real, assim como identificação dos problemas e utilização dos resultados. (GOULART, 2018, p. 79).

Existem muitos modelos clássicos de para se implementar uma meta-avaliação. Muitos estudiosos interessados no tema e reconhecendo sua importância, têm elaborado e testado metodologias que permitam, por meio de critérios bem definidos, julgar uma avaliação realizada. Os mais adotados em estudos científicos são os Padrões do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, o *Checklist* de Stufflebeam, os Critérios de Davidson, a Lista Chave de Verificação de Avaliação de Scriven e, mais recentemente, as Diretrizes para Avaliação para América Latina e o Caribe.

O OBJETO DO ESTUDO META-AVALIATIVO

O objeto dessa meta-avaliação é o relatório que resultou da avaliação da execução do Programa de Governo “2027 – Cultura: Dimensão essencial do Desenvolvimento”. Seu foco específico está nas atividades de Preservação e de Fiscalização do patrimônio cultural

SUMÁRIO

brasileiro, contempladas nos Planos Orçamentários da Ação 20ZH - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, e realizadas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O IPHAN foi criado com a finalidade de preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. Nesse sentido, compete à Instituição o tombamento de bens - cujo objetivo é preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo sua destruição e/ou descaracterização - e a fiscalização dos bens tombados - com o intuito de averiguar sua manutenção e evitar sua destruição ou mutilação.

O Relatório foi fruto de uma avaliação coordenada pela Controladoria Geral da União que, atendendo ao art. 74 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), buscou por meio de ações de controle, avaliar o cumprimento da execução do citado programa de governo, ou seja, avaliar se os recursos estavam sendo destinados de maneira efetiva para cumprir as atividades para as quais foram propostas.

O documento é composto de um Sumário Executivo que apresenta o objetivo do Programa e a finalidade da ação 20ZH, descrevendo resumidamente os procedimentos relacionados ao tombamento dos bens e o aspecto essencial da abordagem dessa análise, dada sua relevância social que leva em conta o fortalecimento de identidades e a garantia do direito à memória, além dos recursos envolvidos para a Ação 20ZH, no âmbito do IPHAN, ao longo do período de 2013 a 2017.

Embora a Constituição considere os bens materiais e imateriais como Patrimônio Cultural Brasileiro, a avaliação esteve direcionada aos bens de natureza material edificados. Nesse sentido, cabe destacar as abrangências de do Patrimônio Cultural Brasileiro, segundo citou Porta (2012, p.28):

SUMÁRIO

O patrimônio cultural brasileiro abrange edificações (isoladas ou em conjuntos), cidades, sítios e coleções arqueológicas, objetos e elementos integrados a edificações, acervos de museus, coleções de arte, acervos arquivísticos e bibliográficos, paisagens, saberes e ofícios tradicionais, formas de expressão, celebrações, lugares que abrigam práticas culturais coletivas.

Desse modo, foram desenvolvidas na avaliação realizada questões estratégicas que embasaram as três linhas de atuação para fins de avaliar a execução do Programa/Ação, sendo elas: o monitoramento, a situação dos bens tombados e a fiscalização desses bens. De acordo com o relatório (2019, 201?), “tais ações visaram obter informações e evidências para responder às questões estratégicas discriminadas”.

Definidas as linhas de atuação, partiu-se para as etapas seguintes, constituídas, respectivamente, por: auditorias no Órgão Central e em 26 Superintendências do IPHAN; fiscalização em 131 bens selecionados por amostragem não estatística, e distribuídos pelos entes federativos. O escopo se deu sobre os Planos de Fiscalização de cada Superintendência do IPHAN nas capitais federativas, exceto Brasília/DF, no período de 2014 a 2015, resultando em 26 ações de controle. Ao seu final, o relatório apresentou as respostas das questões estratégicas delineadas para a avaliação e as recomendações referentes ao tratamento dos problemas encontrados em 84 dos bens.

As características mais detalhadas sobre o Relatório avaliado são apresentadas na seção referente aos resultados e suas respectivas análises deste estudo meta-avaliativo.

OBJETIVO E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

Este estudo possuiu o objetivo de avaliar uma avaliação já concluída, tendo como objeto de investigação o seu relatório final, o Relatório de avaliação da Execução de Programa de Governo Nº 90 - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, cujas ações são executadas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sendo, portanto, um estudo de caráter somativo.

Stufflebeam (2001, p.184) afirma que tipo de meta-avaliação auxilia os interessados a perceber tanto os pontos fortes como as fragilidades da avaliação realizada e ainda o seu mérito e valor". Elliot (2011, p. 943) considera que a meta-avaliação somativa representa a "verificação da qualidade da própria avaliação à luz de diversos critérios, quando o meta-avaliador contratado ao término da avaliação focaliza o Relatório produzido". Segundo a mesma autora:

Nesse tipo de abordagem, o meta-avaliador lida com Relatórios prontos e pode também utilizar bancos de dados coletados, documentação analisada, registros feitos, depoimentos, enfim todo o material disponível que diz respeito e retrate a avaliação desenvolvida. (ELLIOT, 2011, p. 943).

Já Penna Firme e Letichevsky (2002, p. 292) esclarecem que esse tipo de meta-avaliação "irá julgar, por excelência, o mérito e a relevância da avaliação na sua conclusão, sempre à luz dos *standards* de avaliação" e, também, "o que se pretende é indagar e julgar se a avaliação em foco satisfaz os critérios de uma verdadeira avaliação". Concluindo, Yarbrough et al. (2011) afirmam que esse tipo de meta-avaliação representa um julgamento de qualidade realizado em um programa já concluído.

Pretende-se, assim, por meio deste estudo meta-avaliativo, realizar análises e produzir recomendações "que visem à melhoria da

qualidade da avaliação e, como consequência, o melhor aproveitamento dos resultados alcançados” (SOUZA, 2018, p. 26).

METODOLOGIA META-AVALIATIVA

Este estudo meta-avaliativo será norteado por meio da aplicação da Lista Chave de Verificação de Avaliação do Scriven, no sentido de se aferir a qualidade da avaliação expressa no Relatório objeto do estudo em função dos critérios estabelecidos no citado instrumento. A Lista foi desenvolvida por Scriven (2007) e é utilizada para vários contextos avaliativos e meta-avaliativos. De acordo com Elliot (2011, p. 944) “na meta-avaliação, a Lista de Verificação serve para orientar cada ponto de verificação do relatório de avaliação”, abordando quatro componentes principais de uma avaliação e de seu relatório: Preliminares, Fundamentos, Subavaliações e Conclusões. Esses componentes encontram-se divididos em 15 pontos de verificação conforme mostrados na Figura 1.

A Lista possui pontos de julgamentos que vai do A ao E, para cada item de verificação, definidos por Davidson (2005 apud ELLIOT, 2011, p. 945). O nível A significa que o ponto atingiu todos os aspectos e os expressa de forma clara e concisa. O nível B demonstra que o ponto atinge a maioria dos aspectos relativos a ele, mas não cobre um ou dois deles, ou trata dos ingredientes principais, mas não é 100% claro. Já o nível C trata do ponto, mas perde alguns aspectos cruciais, ou perde vários aspectos importantes, ou é um tanto desorganizado ou pouco claro. O nível D tem um ou dois elementos que parecem tratar implicitamente do ponto, mas o tratamento é deficiente. O nível de julgamento E significa perda o total do ponto de verificação. No caso do ponto de verificação não se relacionar com quaisquer aspectos do Relatório avaliado, a classificação do mesmo é *Não Avaliado*.

Cada juízo de valor emitido em relação às classificações dos pontos de verificação terá caráter subjetivo. Portanto, todo julgamento efetuado encontra-se limitado pelo olhar crítico dos autores deste estudo, estando, assim, sujeitos à diferentes interpretações e possíveis discussões.

Figura 1 - Lista Chave de Verificação de Avaliação de Scriven

Ponto de Verificação		Julgamento (A-E)	Justificativa do julgamento
Preliminares	I. Sumário Executivo		
	II. Prefácio		
	III. Metodologia		
Fundamentos	Antecedentes e Contexto		
	Descrições e Definições		
	Consumidores		
	Recursos		
	Valores		
Subavaliações	Processo		
	Resultados		
	Custos		
	Comparações		
Conclusões	Exportabilidade		
	Síntese		
	Recomendações e Explicações		
	Responsabilidade e Justificativa		
	Relatório e Apoio		
	Meta-avaliação		

Fonte: SCRIVEN (2007).

SUMÁRIO

Cada um dos quatro componentes, e seus respectivos 15 pontos de verificação, encontram-se relacionados a seguir, considerando os aspectos que devem ser contemplados no julgamento de cada um deles:

Componente Preliminares

- I. Sumário Executivo: “Deve trazer uma visão geral dos resultados de forma sintética, em poucas páginas, uma ou duas.” Segundo Scriven (2007 apud ELLIOT, 2011, p. 944), “a finalidade dessa primeira parte ainda não é investigar, mas possivelmente resumir os resultados da avaliação relativos aos pontos 11 a 15 da Lista Chave de Verificação de Avaliação.”
- II. Prefácio: Comunica quem solicitou a avaliação e seus motivos essenciais, “quais as questões avaliativas e quais os interessados ou públicos que aguardam os resultados da avaliação e/ou deles necessitam” (ELLIOT, 2011, p. 945).
- III. Metodologia: Reúne os procedimentos da avaliação, seu desenho e abordagem avaliativa, entre outros, revelando o que é preciso para realizar a avaliação e a maneira como foram desenvolvidas, além do que, embora necessário, não pode ser incluído.

Componente Fundamentos

1. Antecedentes e Contexto: Referem-se ao objeto da avaliação e onde ele se insere, quer seja um projeto, programa, material, serviço prestado, entre outros.
2. Descrição e Definições: É a descrição do objeto propriamente dito.

SUMÁRIO

3. Consumidores: Identifica os principais interessados no estudo.
4. Recursos: Identifica os recursos destinados ao objeto a atingir suas finalidades.
5. Valores: Revela os valores adotados pelo avaliador em relação ao padrão da própria avaliação “relativos a requisitos legais, éticos, profissionais, valores culturais, históricos, tradicionais, científicos, tecnológicos, políticos, econômicos, o que não esgota a lista de possibilidades” (SCRIVEN, 2007, apud ELLIOT, 2011, p. 946).
6. Processo: Focaliza a forma que a avaliação foi desenvolvida, em seus diversos aspectos.

Componente Subavaliações

1. Resultados: Traz os resultados ou impactos da avaliação.
2. Custos: Apresenta os custos que são elemento-chave na determinação de valor.
3. Comparações: Compara o programa com outro mais efetivo.
4. Exportabilidade: Aborda a capacidade de aplicação dos componentes para uma futura utilização em outro local.

Componente Conclusões

1. Síntese: Apresenta um texto sintético que descreve como foi realizada a avaliação.
2. Recomendações e Explicações: É considerado um ponto opcional pois as avaliações podem não conter informações desse tipo.

3. Responsabilidade e Justificativa: É considerado um ponto opcional pois as avaliações podem não conter informações desse tipo.
4. Relatório e Apoio: Refere-se a relatórios e ao tipo de apoio dado à divulgação dos resultados. Aborda os formatos e os destinatários dos relatórios.
5. Meta-avaliação: Apresenta a realização de meta-avaliação zelando pelo atendimento a alguns dos padrões do Joint Committee: Utilidade, Viabilidade, Adequação e Precisão.

RESULTADOS E JUSTIFICATIVA

Os resultados do estudo estão apresentados nesta seção. Cada ponto de verificação foi avaliado em relação ao conteúdo do relatório no sentido de se aferir se o mesmo foi ou não contemplado. Por sua vez, cada ponto de verificação contemplado foi analisado, comentado e emitido seu respectivo julgamento. O método de apresentação dos resultados seguiu a ordem apresentada na Lista Chave de Verificação de Scriven.

Resultados referentes ao componente Preliminares

- I. Sumário Executivo: o Relatório possui em seu escopo uma seção que permite ao leitor ter uma visão geral e clara da avaliação. Portanto, considera-se que o Sumário Executivo se encontra contemplado no documento, tendo, assim o conceito A.
- II. Prefácio: É informado no Relatório que a avaliação faz parte de ações de controle constitucionalmente dispostas para assistir o Presidente da República no desempenho de suas

SUMÁRIO

atribuições. A razão de sua elaboração é fazer cumprir a legislação brasileira que determina a realização de ações de controle com o objetivo de avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União. Ressalta-se que no Relatório são discriminadas três questões estratégicas (como são denominadas no texto) desdobradas em sub questões, atendendo a esse aspecto satisfatoriamente. No entanto, não ficou claro quais interessados ou públicos esperavam os resultados da avaliação, entendeu-se, por meio da leitura do texto, que o maior interessado foi o próprio governo e a CGU a quem competiu essa avaliação. Assim sendo, para esse ponto de verificação foi dado o conceito *B*.

- III. Metodologia: O Relatório mostra de forma pouca detalhada as etapas de atuação que buscaram responder às questões formuladas. As etapas de atuação da avaliação foram: avaliação do monitoramento/normatização, operado pelo IPHAN/Órgão Central; Verificação do estado de conservação de bens edificados tombados; verificação do planejamento da atividade de fiscalização pelas Superintendências do Instituto, no ano de 2014, do patrimônio edificado. No entanto, não foi explicitada a abordagem utilizada para a coleta de dados. Constam no documento: (i) o local selecionado para fazer as coletas para a primeira etapa da atuação; (ii) o período abordado na primeira etapa; (iii) a amostra selecionada para a segunda etapa; e (iv) o escopo e o período para a última etapa. Sendo assim, esse ponto de verificação foi classificado com conceito *B*.

Resultados referentes ao componente Fundamentos

1. Antecedentes e Contexto: O conteúdo do Relatório apresenta de forma clara as razões da implementação do programa avaliado.

SUMÁRIO

Foi explicitado adequadamente as características tanto do programa quanto de seu contexto. Portanto, esse ponto de verificação foi classificado com conceito A.

2. Antecedentes e Contexto: O Relatório descreve o Programa, porém de modo mais específico a Ação 20ZH a ele atrelada, mostrando as etapas de procedimentos que buscam atender objetivos de preservação do patrimônio cultural, tais como tombamento, monitoramento e fiscalização, todas de responsabilidade do IPHAN. O texto aponta que a Ação tem como finalidade a “realização de projetos e atividades que contribuam direta ou indiretamente para a preservação de bens e acervos culturais, incluindo o desenvolvimento de estudos, pesquisas, normas, monitoramento, fiscalização e acompanhamento, além de eventos que contribuam para a preservação do patrimônio cultural brasileiro” (p. 6). Assim, esse ponto de verificação foi classificado com conceito A.
3. Consumidores: O próprio governo é o maior consumidor dessa avaliação pois, conforme citado anteriormente, as ações são para oferecer assistência à Presidência da República. Pode-se inferir, que em se tratando de questões relacionadas a patrimônio e cultura, a sociedade é interessada e consumidora das políticas referentes a essas questões. O texto fala que as ações de tombamento (uma das etapas de preservação do patrimônio cultural) possuem relevância social, visando “fortalecer identidades, garantindo à sociedade como um todo o direito à memória, além de se constituir em núcleo central da missão deste Órgão” (p.19). Ou seja, esse ponto de verificação atende também ao interesse da sociedade em geral, sendo, desse modo, classificado como A.
4. Recursos: O Relatório atende parcialmente a este ponto de verificação, pois apresenta apenas os recursos financeiros

SUMÁRIO

utilizados, sem mencionar outros, como: os recursos materiais e humanos disponíveis para a manutenção do objeto e ajudá-lo a se manter eficiente e eficaz em seus propósitos. Assim, esse ponto de verificação foi classificado com conceito *B*.

5. Valores: O Relatório não aborda esse ponto explicitamente, porém mostram os embasamentos legais e culturais, ao citar vários artigos da Constituição Federal de 1988, além de decretos relacionados com a preservação de patrimônio cultural. Assim, esse ponto de verificação foi classificado com conceito *B*.

Resultados referentes ao componente Subavaliações

1. Processo: Apresenta as seguintes etapas de ação: (a) avaliação do monitoramento/normatização, operado pelo IPHAN/Órgão Central; (b) verificação do estado de conservação de bens edificados tombados; e (c) verificação do planejamento da atividade de fiscalização pelas Superintendências do Instituto, no ano de 2014, do patrimônio edificado. Os dados sobre esse aspecto estão bem especificados (pp.20-21). Ou seja, esse ponto de verificação foi atendido, desse modo é classificado como *A*.
2. Resultados: Os resultados da avaliação são discriminados detalhadamente no Relatório. O Órgão avaliador teve o cuidado de relacionar os resultados da avaliação às questões estratégicas traçadas inicialmente. Assim, esse ponto de verificação foi classificado com conceito *A*.
3. Custos: Não são apresentados custos referentes ao processo da avaliação. Logo, não foi permitido à sociedade aferir, de forma plena, o seu mérito. Assim, esse ponto de verificação é classificado como *E*.

SUMÁRIO

4. Comparações: O Relatório não faz qualquer comparação com outros programas mais efetivos, porém, recomenda providência com vistas a concluir a implantação do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (Sicg) e a implantação, integral e efetivamente, do sistema Fiscal.k. Como os programas avaliados pela CGU apresentam uma metodologia própria da Instituição, apesar de abordarem diferentes aspectos das políticas públicas implementadas pelo Governo Federal, esse ponto de verificação não foi avaliado.
5. Exportabilidade: O modelo de avaliação apresentado no Relatório é utilizado por outras avaliações realizadas pela CGU. Assim é considerado como tendo exportabilidade. Assim, esse ponto de verificação é classificado como A.

Resultados referentes ao componente Conclusões

1. Síntese: O relatório apresenta uma síntese da avaliação, além de outros aspectos como seu objetivo, importância, questões levantadas, alguns procedimentos de coleta de dados, os resultados e indicação de recomendações. Portanto, esse ponto de verificação é classificado como A.
2. Recomendações e Explicações: Conforme já citado anteriormente, o Relatório apresenta diversas recomendações e comentários a partir dos resultados obtidos nas verificações e alinhados com as questões estratégicas. Inclusive, o texto apresenta uma informação pertinente quando diz que: “Em decorrência dos resultados da avaliação realizada foram elaboradas e discutidas com o IPHAN recomendações no sentido de corrigir impropriedades e/ou promover aprimoramentos ao processo de gestão, parte das quais já haviam sido atendidas pelo IPHAN na data da conclusão deste trabalho” (p.4). Assim, esse ponto de verificação é classificado como A.

SUMÁRIO

3. Responsabilidade e Justificativa: Fica claro no Relatório que o documento trata de Avaliação da Execução de programas de Governo realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Essas Ações de Controle, sob a responsabilidade da CGU objetivam “avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União” (p.5). Além disso, o texto aponta que as ações são realizadas para “avaliar a efetiva aplicação dos recursos destinados ao cumprimento da finalidade constante da ação governamental” (p.5). Assim, esse ponto de verificação é classificado como A.
4. Relatório e Apoio: Esse ponto de verificação foi atendido integralmente em todos os aspectos. De acordo com o Relatório, as constatações identificadas são encaminhadas ao gestor do programa para conhecimento e implementação das medidas neles recomendadas, sendo, desse modo o ponto de verificação é classificado como A.
5. Meta-avaliação: Por se tratar de uma meta-avaliação somativa, realizada depois de encerrado a avaliação e tendo como objeto único de investigação seu relatório final, não há evidências que esse ponto de verificação foi ou não atendido, logo, o mesmo não foi avaliado.

O Quadro 5 apresenta a classificação geral do julgamento, constando todos os pontos da Lista Chave de Verificação da Avaliação aplicados nesta meta-avaliação.

SUMÁRIO

Quadro 5 – Resultado Geral da Meta-avaliação

Ponto de Verificação		Julgamento (A – E)
Preliminares	I. Sumário Executivo	A
	II. Prefácio	B
	III. Metodologia	B
Fundamentos	Antecedentes e Contexto	A
	Descrições e Definições	A
	Consumidores	A
	Recursos	B
	Valores	B
Subavaliações	Processo	A
	Resultados	A
	Custos	E
	Comparações	Não Avaliado
	Exportabilidade	A
Conclusões	Síntese	A
	Recomendações e Explicações	A
	Responsabilidade e Justificativa	A
	Relatório e Apoio	A
	Meta-avaliação	Não Avaliado

Fonte: Os autores (2020).

Dos 18 pontos verificados, referentes aos quatro componentes da Lista Chave de Verificação da Avaliação de Scriven, 11 deles foram julgados com a classificação A; quatro com a classificação B; um com a classificação E; e dois pontos não tiveram classificação pela não obrigatoriedade ou possibilidade de sua existência como aspecto a ser avaliado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Ao final do estudo constatou-se que a avaliação foi delineada adequadamente, atendendo a maioria dos padrões e cumprindo com seu objetivo de avaliar a execução de Programas de Governo realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e em 85 municípios selecionados, sobre a Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, especificamente no que tange à preservação do patrimônio edificado tombado.

Na parte das preliminares, o relatório não evidenciou qual abordagem foi utilizada comprometendo assim clareza na metodologia da avaliação. O ponto que avalia os consumidores e os recursos também recebeu julgamento *B* pois enquanto para um faltou clareza nas informações disponíveis no texto, para o outro deixou de informar outros recursos envolvidos com a avaliação, por exemplo, os recursos humanos.

Também nos aspectos relacionados aos valores, ficou ligeiramente vago a realização de citações aos valores dos indivíduos afetados pelo programa avaliado, sendo abordado quase que exclusivamente aspectos relacionados à legislação vigente sobre o assunto.

Em relação aos custos envolvidos com a avaliação não houve qualquer citação no Relatório. Nesse aspecto, cabe ressaltar que os processos avaliativos são procedimentos que utilizam recursos públicos, sendo custosos e exigindo prestações de conta pelo órgão avaliador. Por isso, o documento não atendeu devidamente ao exigido nesse importante ponto de verificação, recebendo julgamento *E*.

Quanto às comparações, o relatório apenas recomenda a implantação de alguns sistemas, não fazendo comparação com

SUMÁRIO

outros mais efetivos, no entanto esse ponto foi considerado como não avaliável, pois o órgão avaliador utiliza uma metodologia já consagrada para a avaliação dos programas de políticas públicas implementados pelo governo brasileiro.

Dentre os 18 aspectos abordados na meta-avaliação, 15 pontos de verificação e quatro pontos do componente Preliminares, podemos concluir que o relatório cumpriu satisfatoriamente seu objetivo, considerando o que exige a Lista Chave de Verificação da Qualidade da Avaliação elaborada por Michel Scriven.

A meta-avaliação realizada permitiu uma reflexão sobre o processo percorrido na avaliação do Programas de Governo realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e expressa em seu Relatório final. Em função dos resultados alcançados, se torna possível se formular algumas recomendações que poderão contribuir em relação a possíveis implementações de melhorias nos processos avaliativos realizados sob a órbita de responsabilidade da CGU:

- a. Todo processo avaliativo deve ser norteado por metodologias testadas e pautadas em critérios técnicos, ou academicamente aceitos. Assim sendo, recomenda-se que se exponha de maneira clara e concisa todos os aspectos da metodologia utilizada para as avaliações, especificando-se quem são os consumidores ou afetados pela avaliação e quais os recursos utilizados para sua realização.
- b. Como se trata de utilização de recursos públicos, a realização de avaliações por órgãos públicos, assim como todas as demais, é prudente que sejam apresentados os custos envolvidos com sua implementação.
- c. Os critérios adotados para se verificar se um programa foi bem ou mal conduzido devem estar claros na documentação

da avaliação e transcritos em seu relatório final. Assim, os padrões e critérios que irão nortear as avaliações devem ser apresentados no relatório de forma a validar a condução e os resultados obtidos.

Por fim, considera-se que esse estudo permitiu, por meio da reflexão sobre o processo avaliativo, trazer à tona seus pontos fortes e aqueles que necessitam de melhoria, possuindo, assim, potencialidades para no aprimoramento dos próximos relatórios a serem elaborados pela Controladoria Geral da União.

A VALIDAÇÃO DA META AVALIAÇÃO REALIZADA

Meta-avaliar uma avaliação que aborde o tema cultura já é algo bastante importante, porquanto a cultura se manifesta em quase todas as ações do homem. Porém, meta-avaliar um relatório que aborde a avaliação da execução de um Programa de Governo (2017 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento), que teve como objetivo fiscalizar a preservação do patrimônio cultural brasileiro, direcionada aos bens de natureza material edificados, ganha uma dimensão muito maior, porque, em última instância, coloca luz na eficiência de gastos realizados em planos orçamentários realizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Assim, entende-se que esta meta-avaliação é bastante relevante.*

O texto é de fácil entendimento, pois as autoras usaram uma linguagem objetiva e não existem explicações confusas. Além disso, iniciam o estudo falando da importância da meta-avaliação, o que mobiliza o leitor a dar continuidade à sua leitura e, em seguida, descrevem o objeto do estudo: um Relatório que foi “fruto de uma avaliação coordenada pela Controladoria Geral da União (CGU),

SUMÁRIO

que buscou [...] avaliar se os recursos estavam sendo destinados, de maneira efetiva, para cumprir as atividades para as quais foram propostas”, o que também desperta o interesse do leitor do texto. Na sequência, abordam o objetivo e a metodologia meta-avaliativa (usaram a Lista Chave de Verificação de Avaliação do Scriven), também usando uma linguagem clara, e finalmente apresentam os resultados com linguagem concisa e simples. *Portanto, pode-se afirmar que o texto é claro.*

O texto apresenta, na seção introdutória, as explicações básicas sobre a importância e a necessidade dos estudos meta-avaliativos, tomando como referência Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004) ao afirmarem que a “avaliação demonstra, com base em critérios pré-definidos, a qualidade do objeto avaliado”. Mas talvez o aspecto que leve o leitor a reconhecer os processos avaliativos como importantes e necessários, tenha sido a explicação retirada de Berends e Roberts (2003) de que a meta-avaliação pode ser visualizada como uma “prática de reflexão sobre todos os procedimentos utilizados na avaliação, dando oportunidade à incorporação de novos conhecimentos por parte não só dos meta-avaliadores, como também dos avaliadores, quando tomam ciência da análise realizada”. Sem dúvida, a suficiência das explicações sobre o ato de meta-avaliar apresenta íntima relação com o aspecto de tomar ciência do que é dito sobre algo em análise, porque é neste momento que se pensa, reflete-se, se toma consciência sobre o que foi feito e se ajusta as ações de avaliar.

O objetivo do estudo também apresenta clareza, pois visou “avaliar uma avaliação já concluída, cujas ações são executadas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), sendo, portanto um estudo de caráter somativo”. Cabe esclarecer que, na parte introdutória do estudo, as autoras já haviam explicitado o que são estudos formativos e somativos, portanto, não houve qualquer dúvida sobre o caráter do estudo. *Deste modo, considera-se*

SUMÁRIO

suficientes as explicações sobre a situação (o problema do estudo) e o seu objetivo.

Sobre a adequação e a relevância da fundamentação teórica/conceitual para o desenvolvimento do estudo, é indispensável apresentar uma explicação para a concordância com ambos os aspectos. Esta explicação parte de uma questão: qual seria a fundamentação teórica de uma meta-avaliação de um relatório que avaliou a efetividade dos gastos com a conservação de imóveis do patrimônio público? Tal questão pode ser respondida considerando dois aspectos: (a) a fundamentação teórica estaria vinculada à teoria da avaliação, pois se trata de uma meta-avaliação; ou (b) a fundamentação teórica deveria considerar aspectos relativos à eficiência dos gastos públicos, o que implicaria em apresentar critérios para essas despesas, estabelecendo uma relação entre o montante que a instituição recebeu e o gasto com o tipo de imóvel (seu estado de conservação) e, então, apresentar um veredicto sobre as despesas, ou seja, afirmar se foram eficientes ou não. Como registra Scriven (2018), a avaliação é “executada para atestar e assegurar a qualidade do processo da avaliação e a pertinência de seus resultados e poder colaborar para a melhoria ou aperfeiçoamento do objeto avaliado”, daí imaginar-se que para se afirmar a eficiência dos gastos é preciso entender ‘como fazê-los’. Julgamos, no entanto, que o relatório de meta-avaliação se enquadra na primeira indagação, ainda que esses aspectos estejam intimamente ligados.

Assim, foi assinalado *sim* para a adequação e a relevância da fundamentação, cabendo registrar que, embora não tenha sido aprofundada a fundamentação teórica, ela aparece na introdução do trabalho e no item que trata do objetivo do estudo. *Desse modo, pode-se dizer que é adequada e relevante para que o leitor compreenda o desenvolvimento do estudo.*

Esta meta-avaliação apresenta em detalhes o instrumento que foi utilizado, (Lista Chave de Verificação de Avaliação de Scriven),

SUMÁRIO

indicando quais os critérios de julgamento a serem considerados em cada um dos 15 itens que o compõem. Tais itens são desdobramentos de quatro categorias avaliativas, chamadas de componentes (Preliminares; Fundamentos; Subavaliações e Conclusões). Como se trata de uma lista genérica para meta-avaliar, pode-se afirmar que a metodologia está adequada à proposta do estudo.

A análise dos resultados é apresentada de modo detalhado, sendo explicado o motivo de cada conceito emitido. A avaliação se fez sobre 18 itens, mas os resultados foram consolidados nos 15 itens de avaliação da lista. Somente dois itens não foram avaliados. As explicações são claras e o leitor entende perfeitamente a análise dos resultados, o que permite afirmar a sua adequação.

Como mencionado anteriormente, a análise dos dados é bastante clara.

Esta meta-avaliação inicia a parte das conclusões afirmando que “constatou que a avaliação foi delineada adequadamente, atendendo a maioria dos padrões e cumprindo com seu objetivo de avaliar a execução de Programas de Governo (AEPG) realizada no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)”. Para justificar esta afirmativa, explicita argumentos relativos aos conceitos emitidos, considerando aspectos como: consumidores, recursos e valores, percebidos como incompletos. Menciona, também, que a questão dos custos, não incluída no relatório, deixa a desejar, pois sempre deve ser feita a prestação de contas pelo órgão avaliador. Tal questão vai ao encontro da necessidade de ser expressa a relação custeio-despesas, que levou à dúvida sobre a fundamentação teórica. As considerações apresentadas *sugerem a coerência do estudo aos resultados apresentados na meta-avaliação.*

Uma meta-avaliação bem desenvolvida é processo importante, pois permite aos interessados realizarem uma reflexão sobre o

SUMÁRIO

processo percorrido. No presente caso, trata-se de um Programa de Governo realizado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional voltado para a conservação de imóveis públicos. Nesta direção, reflete o cuidado e a preservação da Cultura nacional nos imóveis considerados, *sendo, portanto, bastante relevante para a área focalizada.*

Como a presente meta-avaliação, nas suas diferentes partes, é bastante clara e segue uma proposta que tem sido usada (Lista Chave de Verificação de Avaliação de Scriven) em diferentes estudos dessa natureza, tem condições de ser aplicada a outras situações. O texto aborda objetivamente o que é uma meta-avaliação e como foi usada para avaliar o relatório do IPHAN. Sua leitura oferece sugestões de como fazer uma meta-avaliação, seguindo princípios básicos, definidos por avaliadores. *Cabe, pois, dizer que são significativas as possibilidades de aplicação da proposta descrita no texto.*

O título é padrão, sendo bastante usual em estudos que tratam de meta-avaliações. Talvez, por ter seguido um padrão usual, sem ser algo inovador, é que apresente essas duas qualidades. *Pode-se, então, afirmar que está adequado ao tipo de trabalho desenvolvido e é esclarecedor.*

O texto apresenta 11 títulos referentes a trabalhos na área da meta-avaliação, ou seja, o grosso das referências discute este tema. Complementarmente, indica cinco estudos sobre avaliação e mais cinco na área de políticas, o que perfaz um total de 21 títulos. Os demais trabalhos referenciados, em número de três, referem-se ao *Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 90: Preservação do Patrimônio Cultural*; à *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010* e às *Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. Portanto, pode-se dizer que há pertinência entre referências utilizadas e tema focalizado.

Este estudo, não apenas pelos aspectos meta-avaliados aqui expressos, todos eles percebidos como positivos, mas em especial pelo modo como abordou o conteúdo, *traz uma contribuição significativa para a área da avaliação*. Pode ser tomado como referência na elaboração de outras meta-avaliações, servindo também como elemento de reflexão sobre a importância de se conduzir avaliações transparentes e oportunas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cristiane Andrea Locatelli de. *A meta-avaliação como instrumento para qualificação da avaliação de políticas públicas de saúde*. 2016.

Tese (Doutorado em Saúde Pública) Programa de Pós-graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6135/tde-17032016-140138/publico/CristianeAndreaLocatelliDeAlmeida.pdf>. Acesso em 20 fev 2020.

BERENDS, L.; ROBERTS, B. Evaluation standards and their application to indigenous programs in Victoria, Australia. *Evaluation Journal of Australasia*, Canberra, Australia, v. 3, n. 2, p. 54-59, 2003.

BRASIL. Controladoria Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. *Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 90: Preservação do Patrimônio Cultural*, Brasília, DF, 2019. Disponível em: <https://auditoria.cgu.gov.br/download/12516.pdf>. Acesso em 10 jan. 2020.

DYE, Thomas D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

ELLIOT, L. G. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ.e Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v19n73/11.pdf>. Acesso em 10 jan 2020.

GARCIA, Rosineide Pereira Mubarak. *Meta-avaliação da aprendizagem nas perspectivas da negociação comunicativa nos cursos de pós-graduação Lato Sensu a distância na Bahia*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2008. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/11890/1/Tese_Rosineide%20Garcia.pdf. Acesso em 22 jan 2020

SUMÁRIO

GIMENES, Nelson A. S. Estudo meta-avaliativo do processo de auto avaliação em uma instituição de educação superior no Brasil. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 18, n. 37, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1383/1383.pdf>. Acesso em 10 jan. 2020.

GOULART, João Corrêa. Avaliação institucional interna da Universidade Estadual de Goiás: um estudo meta-avaliativo. 2018. *Tese* (Doutorado em Educação Escolar) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/154135/goulart_jc_dr_arafcl.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em jan. 2020.

LASWELL, H.D. *Politics: Who Gets What, When, How*. Cleveland, Meridian Books. 1936.

LYNN, L. E. *Designing Public Policy: A Casebook on the Role of Policy Analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear. 1980.

MEAD, L. M. "Public Policy: Vision, Potential, Limits", *Policy Currents*, Fev., p. 1-4. 1995.

MISSIO, Estela Fabiana; ALVES, Patricia da Silva; HILDENBRAND, Lucí. O Relatório de Avaliação Institucional, da Faculdade de São Lourenço (MG): um estudo meta-avaliativo. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, Edição Especial, n. 2, p. 79-98, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/BRASIL/Downloads/1916-5122-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/BRASIL/Downloads/1916-5122-1-PB%20(1).pdf). Acesso em 15 fev 2020.

ORLANDO FILHO, Ovidio; OLIVEIRA, Regina Adelaide Carvalho de. O relatório de avaliação do programa apoio à alimentação escolar na educação básica: um estudo meta-avaliativo. In ELLIOT, L. G., ORLANDO FILHO, O. (Orgs.). *Meta avaliações de políticas públicas do governo: o que revelam os relatórios de avaliação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986.

PORTA, Paula. *Política de preservação do patrimônio cultural no Brasil: diretrizes, linhas de ação e resultados: 2000/2010*. Brasília, DF: Iphan/Monumenta, 2012.

RIBEIRO, Tatiana de Sousa, CARABAJAL, Yves de Carvalho e ORLANDO FILHO, Ovidio. Relatório de avaliação do projeto futebol - uma nova visão do jogo: meta-avaliação. In ELLIOT, L. G., ORLANDO FILHO, O. (Orgs.). *Meta avaliações de políticas públicas do governo: o que revelam os relatórios de avaliação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SUMÁRIO

RODRIGUEZ BILELLA, Pablo D. et al. *Diretrizes para avaliação para a América Latina e o Caribe*. Argentina: Akian Gráfica Editora S.A., 2016.

SCRIVEN, Michael. *Avaliação: Um guia de conceitos*. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, ano 8, n. 16, p. 20-45. jul./dez. Porto Alegre, 2006.

SOUZA, Carmen Rosane Segatto e. *Um estudo sobre práticas avaliativas direcionadas aos estudantes com deficiência no ensino superior: a meta-avaliação como processo*. 2019. Tese (Doutorado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal de Santa Maria, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18641/TES_PPGEDUCACAO_2019_SOUZA_CARMEN.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 fev. 2020

SOUZA, Francisco José de et al. Avaliação da Educação Superior no Brasil - do Provão ao ENADE: um estudo meta-avaliativo. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, Edição Especial nº 2, p. 22-42, 2018. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/1956/pdf>. Acesso em 10 fev 2020.

WORTHEN, Blaine R, SANDERS, James R., FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Editora Gente, 2004.

YARBROUGH, D. L. B. et al. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3. ed. Califórnia: Sage, 2011.

5

Nayana Moreno Miranda Araújo
Olivia Meireles Ribeiro dos Santos
Glauco da Silva Aguiar

Relatório de avaliação de impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade: um estudo meta avaliativo

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.756.145-176

O ESTUDO: CARACTERÍSTICAS, OBJETIVO E RELEVÂNCIA

Em uma visão de sentido holístico, o significado de avaliação de Programa está relacionado à determinação de valor daquilo que se está avaliando (AKERMAN; MENDES; BÓGUS, 2004; TREVISAN; BELLEN, 2008). Porém, quando se lança um olhar mais específico ou de sentido *stricto*, se pode dizer que “o objetivo de uma avaliação de Programa é produzir efeitos e resultados concretos, que possam balizar as decisões a serem tomadas por gestores, executores e sociedade civil em geral” (FINKLERI; DELL’AGLIOII, 2013, p. 127).

A realização de avaliações de projetos e Programas de políticas públicas sociais é, nos dias atuais, uma condição indispensável no sentido de se aferir a qualidade da implementação e impactos da política propriamente dita no contexto social em que foi necessária à sua implantação. A avaliação é, também, uma importante ferramenta para se aferir o nível de transparências no trato das coisas públicas, auxiliando no processo de realização de uma política com qualidade e transparência, uma exigência social das mais rigorosas. O olhar atento da sociedade exige saber, por exemplo, “se os objetivos traçados foram atingidos de forma adequada e eficaz, se o processo de desenvolvimento de projetos e Programas revelou seu mérito ou qualidade intrínseca [...]” (ELLIOT, 2011, p. 942).

Essas avaliações geram consequências, independentemente de terem sido bem ou mal conduzidas. Quando a avaliação é bem conduzida, colabora para o verdadeiro julgamento de valor do objeto avaliado, com recomendações que podem corroborar assertivamente na tomada de decisões acertadas por parte dos *stakeholders* responsáveis pela condução do processo decisório em relação ao objeto avaliado. Já quando é uma avaliação mal conduzida, pode

SUMÁRIO

apresentar resultados que não condizem com o real, induzindo ao julgamento inadequado de valor. Isto pode levar ao descrédito da avaliação e do avaliador por parte do contratante e demais partes interessadas (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, YARBROUGH et al., 2011).

Assim, a avaliação opera no sentido de gerar melhorias a um Programa, modificando-o em função dos conhecimentos tanto de seus predicados quanto de suas fragilidades. As experiências advindas de uma avaliação permitem que se adquira conhecimentos anteriores, consente que se verifique a eficiência e eficácia de um Programa e se ele está de acordo com os objetivos traçados em seu planejamento (COHEN; FRANCO, 1999; HARTZ, 2006; UCHIMURA; BOSI, 2002). Para Simões (2015, p.127), “a avaliação é, ao fim e ao cabo, uma arte não menos desafiadora que a natureza própria da intervenção sobre a qual se busca gerar conhecimento e, como tal, deve ser tratada”. Por isso, torna-se importante, além de avaliar, aferir a qualidade da própria avaliação.

Uma forma de se aferir essa qualidade é realizando uma avaliação da avaliação original, em um novo processo avaliativo. De acordo com o conceito formulado por Scriven (1991), esse procedimento é definido como sendo uma meta-avaliação. Orlando Filho e Oliveira (2019, p. 154) se referindo especificamente às políticas públicas afirmam que:

A avaliação de uma política pública necessita se tornar uma prática consagrada, incorporando uma cultura institucional possuidora de conceitos adequados a cada situação, metodologias específicas e de sistemas de informações desenvolvidos, visando sustentar a implantação de um sistema contínuo de avaliações de qualidade.

Segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004), os procedimentos e critérios formais para a execução da meta-avaliação existem desde a década de 1960. Um dos modelos

SUMÁRIO

amplamente utilizado para a realização da meta-avaliação é pautado nos padrões de avaliação de Programas do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluations* (YARBROUGH et al., 2011), que para Elliot (2011, p. 943), “[...] oferece padrões não só para a elaboração e execução de avaliações, como também para a realização de meta-avaliações”. Os padrões de avaliação de Programas do *Joint Committee* foram criados a partir da década de 1980, ampliados/aperfeiçoados, respectivamente, em 1994 e 2011, quando passaram a abranger um conjunto de 30 padrões. Em sua última versão, de 2011, os padrões passaram a ser agrupados em cinco categorias: utilidade, exequibilidade, adequação, precisão e responsabilização (ELLIOT, 2011).

Das cinco categorias contempladas pelo *Joint Committee*, destacam-se neste trabalho as de Utilidade e Precisão para a realização de meta-avaliação, pois considera-se de primordial pertinência verificar se a avaliação é útil aos interessados e se os seus resultados foram obtidos a partir de procedimentos e técnicas confiáveis, que possibilitem a formulação de juízos de mérito e relevância em relação aos seus processos e resultados (YARBROUGH et al., 2011).

Assim sendo, o objetivo deste estudo meta-avaliativo é avaliar o atendimento aos padrões de utilidade e precisão, estabelecidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, considerando o conteúdo exposto no relatório de avaliação de impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), elaborado pela consultoria especializada JS/Brasil no exercício de 2018.

Cabe se destacar que esta meta-avaliação possui potencialidades para auxiliar os interessados na avaliação original pois, por meio de seus resultados, procurou-se identificar os pontos fortes e oportunidades de melhoria do objeto avaliado. Ou seja, possibilitou-se conhecer a qualidade do processo avaliativo, com

SUMÁRIO

emissão de recomendações e julgamento de valor do relatório de avaliação de impactos do PDCIS, os quais permitirão aos interessados novas alternativas para a tomada de decisão. Ademais, fornecerá subsídios para uma reflexão por parte dos avaliadores sobre os procedimentos utilizados na avaliação.

Também é importante ser mencionado que a elaboração do relatório meta-avaliado foi contratada pela Fundação Odebrecht em 2018 à consultoria especializada JS/Brasil, sendo o objetivo da avaliação “realizar a análise da gestão e dos impactos econômicos, sociais e ambientais do PDCIS [...]” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p. 7) na região do Baixo Sul da Bahia. A metodologia adotada na Avaliação de Impactos foi a de Caso-Controlle, que comparou dois grupos: o Caso, formado por beneficiários do PDCIS, e o Controle, constituído por não beneficiários. O trabalho levou oito meses para ser concluído, com visitas a 190 propriedades rurais e mais de 300 entrevistas realizadas. Os resultados da avaliação de impactos descritos no relatório buscaram aferir se o Programa social coordenado pela Fundação Odebrecht gerou transformações nos âmbitos econômico, social e ambiental para os jovens agricultores apoiados e suas famílias, além de indicar aspectos para aprimoramento no PDCIS.

Dessa forma, a principal finalidade do relatório foi subsidiar os gestores da Fundação Odebrecht na definição do direcionamento estratégico para os próximos ciclos do PDCIS, além de apresentar para a sociedade os resultados da gestão do Programa e a transformação econômica, social e ambiental produzidos pelo mesmo às condições de vida das pessoas do Baixo Sul da Bahia.

METODOLOGIA META-AVALIATIVA

O *Joint Committee* estabelece cinco categorias para nortear a avaliação de Programas: utilidade (*utility*), exequibilidade (*viability*), adequação (*propriety*), precisão (*accuracy*) e responsabilização (*accountability*) (YARBROUGH et al, 2011), no entanto, este estudo encontra-se delimitado a duas delas: a de utilidade e a de precisão.

Na primeira, a Categoria de Utilidade, considerou-se observar aspectos como: (i) a preocupação com as necessidades de informação dos usuários e demais interessados na avaliação; (ii) a constatação de que a avaliação foi conduzida por avaliador ou equipe de avaliadores competentes, de forma a garantir sua credibilidade; (iii) se foi dado aos interessados (*stakeholders*) a devida atenção nos processos de sua implementação e condução, negociando seus propósitos e selecionando as informações consideradas como relevantes pelo conjunto de atores envolvidos no processo; (iii) se foram considerados na avaliação os valores que embasam seus propósitos, processos e a interpretação de seus resultados; (iv) se os canais de comunicação no contexto da avaliação foram adequados; (v) e se os relatórios que descreveram a avaliação foi elaborado de forma a ser claramente compreendido pelos interessados no processo avaliativo e entregues no prazo estipulado pelos avaliadores entregues nos prazos estabelecidos; (vi) se foi considerado as possíveis consequências e influência que os resultados da avaliação podem vir a ter (YARBROUGH et al., 2011; ELLIOT, 2011).

Quanto à segunda, a Categoria de Precisão, o propósito foi o de aferir se o relatório aponta, entre outros, aspectos fundamentais presentes em uma avaliação de qualidade como: (i) os resultados, interpretações, conclusões, extrapolações e decisões tomadas no processo avaliativo foram pautados em raciocínios lógicos e

fundamentados por estruturas teóricas sólidas; (ii) se os conceitos e termos utilizados possibilitaram a obtenção de informações válidas, facilitando a comunicação e a produção da documentação da avaliação; (iii) se as análises realizadas possibilitaram um bom gerenciamento da informação obtida na avaliação, gerando análises e delineamentos sólidos; (iv) e se o Programa foi adequadamente descrito, considerando sua estrutura teórica e seu contexto (YARBROGH et al., 2011).

Ressalta-se que estudo possui caráter somativo, pois “focaliza a avaliação já concluída e seu relatório [...]” (ELLIOT, 2011, p. 955). No entanto, além do relatório, foram utilizadas informações existentes em bibliografia especializada sobre o assunto, não sendo efetuado contato com os avaliadores e demais *stakeholders* presentes no contexto da avaliação expressa no relatório. Esse aspecto apesar de comum em avaliações somativas, pode ser classificado como uma limitação do estudo.

Assim, desenvolvimento da meta-avaliação foi norteado analisando-se as categorias de Utilidade e de Precisão, contemplando seus 16 padrões, como exposto no Quadro 1.

Quadro 1: Padrões de Avaliação das categorias de Utilidade e Precisão do *Joint Committee*, considerados nesta meta-avaliação

Categorias	Padrões de Avaliação
Utilidade	• Credibilidade do Avaliador • Atenção aos interessados (stakeholders) • Propósitos Negociados • Explicitação de Valores • Informação Relevante • Produtos e Processos-Significativos • Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo • Preocupação com Consequências e Influências
Precisão	• Conclusões e Decisões justificadas • Informação Válida • Informação Fidedigna • Explicitação das Descrições do Programa e do Contexto • Análises e Delineamentos (designs) Sólidos • Explicitação do Raciocínio da Avaliação • Comunicação e Relatório

Fonte: Os autores (2019, adaptado de YARBROUGH et al., 2011).

Cada padrão foi classificado procurando-se responder a questão avaliativa: Até que ponto o Relatório de Avaliação de Impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS) está de acordo com o que preceitua os padrões de qualidade da avaliação estabelecidos por Yarbrough et al. (2011), considerando as Categorias de Utilidade e de Precisão?

Como critério para classificação de cada padrão foi considerada a formulação de juízos de valor baseado na leitura do texto do relatório objeto deste estudo. Buscou-se identificar trechos e aspectos que pudessem evidenciar a aplicação dos padrões do *Joint Committee*.

Dessa forma, todo juízo de valor formulado na meta-avaliação possui caráter qualitativo e subjetivo, tendo sido estabelecido de acordo com a interpretação da realidade, baseada no olhar crítico de seus autores. Assim, optou-se por classificar cada padrão como:

atendido (A); atendido parcialmente (AP); não atendido (NA); e não se aplica (NSA).

Quanto à classificação final da avaliação exposta no relatório, ou seja, de sua meta-avaliação, ocorrerá por categoria avaliada (Utilidade e Precisão) de acordo com o Quadro 2.

Quadro 2 – Classificação da meta-avaliação por categoria

Categorias	Número de Atendimentos de Padrões por Categoria	Classificação final da Categoria
Utilidade e Precisão	8	Excelente
	7	Muito boa
	6	Boa
	5	Aceitável
	Menor que 5	Deficiente

Fonte: Os autores (2020).

Ela será “Excelente” quando todos os padrões das duas categorias consideradas no estudo forem atendidos; será “Muito Boa”, por categoria, quando o número de atendimento de padrões de cada categoria for de sete padrões. Caso o número de atendimento de cada categoria for de seis padrões, a categoria será classificada como “Boa”.

RESULTADOS E ANÁLISE DA META-AVALIAÇÃO

Nesta parte são apresentados os resultados, e suas respectivas análises, referentes ao julgamento de cada padrão das categorias de Utilidade e Precisão. Todas as análises se referem exclusivamente ao conteúdo do Relatório Objeto de estudo desta meta-avaliação.

Resultados referentes à Categoria de Utilidade

Yarbrough et al. (2011) afirmam que a utilidade de uma avaliação se afere por meio do nível de satisfação das necessidades dos interessados no objeto avaliado - os *stakeholders* - em relação aos processos e produtos do processo avaliativo. Assim, seus padrões visam assegurar a atenção aos *stakeholders*, a credibilidade do avaliador e, conseqüentemente, do estudo avaliativo, bem como a clareza na comunicação, a divulgação de relatórios, a atenção a prazos e a explicitação de valores.

A seguir é apresentada a análise do relatório em função do que é preconizado nos padrões de Utilidade da avaliação.

- Padrão Credibilidade do Avaliador

O padrão de credibilidade do avaliador determina que os processos avaliativos devem ser conduzidos por profissional qualificado que institua e mantenha credibilidade no contexto da avaliação (YARBROUGH et al., 2011). Logo, em atendimento ao exposto, a Fundação Odebrecht contratou a JS/Brasil Consultoria para realizar o relatório de avaliação de impactos do PDCIS. Conforme consta no item de apresentação do relatório, a empresa contratada é "reconhecida por seus estudos de avaliação de impacto de diversos projetos e Programas sociais" (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.7).

Assim sendo, o padrão de credibilidade do avaliador é *atendido*, pois pôde-se constatar que o avaliador possui credibilidade, já que possui *expertise* no campo de avaliação de Programas sociais, bem como experiência em outras avaliações similares, o que possibilita atender às necessidades dos usuários.

- Padrão Atenção aos Interessados (*stakeholders*)

Yarbrough et al. (2011) afirmam que a avaliação deve dedicar atenção a todos as pessoas e grupos de pessoas envolvidos no Programa ou por ele afetado. Entende-se por pessoas e grupos envolvidos todos aqueles implicados em um Programa, seja por possuírem um interesse genuíno ou por serem afetados por ele, sendo denominados também como *stakeholders* ou partes interessadas.

No relatório em análise foi possível identificar os principais *stakeholders* e seu envolvimento no PDCIS, são eles: Fundação Odebrecht, a contratante da avaliação; JS/Brasil Consultoria, a empresa realizadora da avaliação; jovens e agricultores beneficiários do PDCIS, são os afetados pelos impactos do Programa. A Fundação Odebrecht forneceu dados de gestão para a avaliação, enquanto os jovens e agricultores beneficiários foram envolvidos em entrevistas que verificaram os impactos do Programa em suas vidas.

Isto posto, o padrão Atenção aos interessados foi *atendido*, pois os principais *stakeholders* estão contemplados na avaliação, desde a gestão do projeto até os diretamente afetados por ele.

- Padrão Propósitos Negociados

O padrão de Propósitos Negociados define que os propósitos da avaliação necessitam ser identificados e revistos, tendo por base as necessidades dos *stakeholders* (YARBROUGH et al., 2011). Fundamentado nesse aspecto, pode-se verificar que os propósitos da avaliação foram definidos no relatório de avaliação de impactos do PDCIS, com o apontamento da utilização de uma metodologia que fosse capaz de atender as necessidades do solicitante da avaliação, conforme expresso a seguir:

Ciente do potencial do Programa, a Fundação Odebrecht buscou uma metodologia capaz de avaliar o impacto de sua

SUMÁRIO

atuação. Não apenas a oferta de vagas a alunos do Ensino Médio, volume de produção de agricultores ou quantidade de árvores plantadas, mas os impactos do PDCIS na vida de seus beneficiários. (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.8).

Com a compreensão obtida dos propósitos estabelecidos, a empresa avaliadora desenvolveu a Metodologia de Avaliação de Impacto Social (MAIS) para analisar as quatro dimensões dos Impactos do PDCIS: gestão, econômica, social e ambiental. Além disso, os indicadores do instrumento de coleta de dados foram construídos com as principais partes interessadas do Programa (equipes da Fundação e das cinco instituições executoras).

Essa preocupação em desenvolver uma metodologia específica para a avaliação demonstra quanto que é útil que se compreenda os propósitos da avaliação, no sentido de que o avaliador determine as estratégias de coleta e análise dos dados para a obtenção dos resultados que atendam às necessidades dos *stakeholders*. Em vista ao exposto, considera-se *atendido* o padrão Propósitos Negociados.

- Padrão Explicitação de Valores

Conforme explicam Yarbrough et al. (2011), as avaliações precisam conhecer e especificar os valores culturais e individuais que fundamentam objetivos, processos e ajuizamentos da avaliação. Ou seja, é importante que os valores culturais e individuais das partes interessadas sobre o objeto da avaliação estejam explicitados, pois segundo Elliot (2011), os valores culturais e individuais dos *stakeholders* são necessários para o embasamento dos propósitos, processos e a interpretação dos resultados. Observando esse aspecto, foi possível identificar os valores culturais e individuais presentes no relatório de avaliação de impactos do PDCIS.

Pelos depoimentos dos seus parceiros e beneficiários, foi demonstrado o quanto que esse Programa é importante para o

SUMÁRIO

desenvolvimento da região do Baixo Sul da Bahia. Isso pode ser constatado com o seguinte trecho do depoimento do Superintendente da Fundação Odebrecht: “Ao longo desses anos, sempre esteve claro o potencial do Programa de transformar, econômica, social e ambientalmente, as condições de vida das pessoas do Baixo Sul da Bahia – área de atuação do PDCIS.” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.6).

No relatório de avaliação de impacto do PDCIS foi possível identificar também, como valor cultural e individual, o contexto do Programa e o local onde ele ocorre, além de detalhar as instituições executoras do PDCIS, apoiadas pela Fundação Odebrecht. A avaliação também detalhou o perfil das unidades agrícolas visitadas e dos agricultores e jovens entrevistados. Dessa forma, com os valores explícitos no decorrer do relatório, as partes interessadas podem ter ciência de como determinados valores orientaram a avaliação e seu julgamento. Isso leva ao *atendimento* do Padrão Explicitação de valores.

- Padrão Informação Relevante

Yarbrough et al. (2011) afirmam que uma informação pode ser classificada como sendo relevante quando ela se encontra conectada diretamente aos propósitos da avaliação e aos interesses dos *stakeholders*. Assim, para atestar a relevância da informação e obter as informações confiáveis é necessário buscar dados em mais de uma fonte. Com referência ao Relatório avaliado, ficou constatado que esse aspecto foi contemplado na avaliação de impactos do PDCIS pois, para a obtenção dos dados, diversas fontes foram buscadas e consultadas, o que pode ser evidenciado no seguinte trecho:

Os avaliadores visitaram todas as instituições e solicitaram evidências comprobatórias da implementação do que foi planejado, além de buscar os valores referentes a todos os investimentos feitos e número de unidades agrícolas e jovens cadastrados e diretamente beneficiados pelo PDCIS. (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.23).

SUMÁRIO

Além dessas fontes descritas, também foram consultados: os jovens e agricultores beneficiários ou não do PDCIS, por meio de entrevistas; e as equipes da Fundação Odebrecht e das cinco instituições executoras para a elaboração dos indicadores. Logo, com a utilização de fontes de dados confiáveis, aumentam as probabilidades de considerarem relevantes as informações que assim resultam, com isso o padrão Informação relevante é considerado *atendido*.

- Padrão Produtos e Processos Significativos

O padrão de produtos e processos significativos determina que, na avaliação, os processos e os insumos por ela gerados são significativos quando assim considerados pelos *stakeholders*. (YARBROUGH et al, 2011). Nesse sentido, no Relatório pôde ser verificado que os *stakeholders* foram considerados tanto no processo como nos produtos da avaliação de impactos do PDCIS. Já em relação aos processos, pôde-se constatar que eles estavam presentes na definição dos indicadores, por meio de oficinas, e na coleta de dados, com entrevistas aos agricultores e jovens beneficiários e não beneficiários do PDCIS. Estas entrevistas que envolveram os *stakeholders* no processo avaliativo de maneira significativa, deram oportunidade para eles se posicionarem e participarem ativamente da avaliação. Em relação aos produtos, pode ser identificado que no decorrer do relatório constam depoimentos das partes interessadas, fortalecendo então os resultados obtidos na avaliação.

Portanto, os processos e produtos da avaliação foram considerados pelos *stakeholders* na avaliação de impactos do PDCIS, tornando-os então significativos. Esse aspecto garante o *atendimento* ao padrão Produtos e Processos Significativos.

SUMÁRIO

- Padrão Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo

O padrão comunicação e relatórios apropriados e no prazo determina que as avaliações necessitam acatar, de modo oportuno e contínuo, às necessidades de relato e comunicação dos *stakeholders*.” (YARBROUGH et al, 2011). Nesse ponto, cabe se destacar que não foi possível julgar se o prazo de realização da avaliação de impactos do PDCIS está apropriado, pois não consta no relatório o cronograma inicialmente proposto, porém é possível saber que a avaliação durou cerca de oito meses e a sua divulgação utilizou diversos mecanismos de comunicação, como *sites*, redes sociais e relatório, atendendo assim as partes interessadas.

Dentre esses mecanismos, destaca-se no relatório, que foi apresentado diversas formas de divulgação para atender aos diferentes públicos. Verificou-se que seu conteúdo é funcional e responsivo às necessidades dos que tomam decisões, e ainda possui um QR Code para acesso a um vídeo que diz de maneira interativa os principais resultados aferidos pelo trabalho de avaliação dos impactos econômicos, sociais e ambientais do PDCIS.

Isso demonstra *atendimento parcial* ao padrão Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo, pois a comunicação formal por meio do relatório foi complementada com outras, informais e interativas, para a divulgação da avaliação, tornando-a acessível as diferentes partes interessadas. No entanto, como citado não consta no relatório o cronograma proposto em seu planejamento.

- Padrão Preocupação com Consequências e Influências

O último padrão da categoria utilidade preconiza que as avaliações necessitam promover, ao mesmo tempo, o uso responsável e adaptável de tudo que for gerado, ou estiver presente, no contexto em que se desenvolve o processo avaliativo, evitando consequências

SUMÁRIO

negativas e má utilização (YARBROUGH et al, 2011). Isso pode ser identificado no item de conclusões e recomendações do relatório de avaliação de impactos do PDCIS, onde constam os pontos fortes identificados no PDCIS referentes a gestão, impactos econômicos, sociais e ambientais, bem como os pontos de melhoria, com sugestão do que pode ser efetuado. Também é exposto nesse mesmo item que a avaliação de impacto deve ser utilizada para proporcionar a melhoria do PDCIS, o pode ser evidenciado no trecho:

Hoje, pode-se afirmar que a Fundação Odebrecht possui uma ferramenta valiosa de controle e atuação territorial das unidades agrícolas atendidas pelo PDCIS em todo o Baixo Sul da Bahia. Esta ferramenta permitirá maior e melhor mapeamento e manejo de suas estratégias nos municípios e propriedades. (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.37).

Logo, verifica-se que a descrição dos resultados no relatório de avaliação de impactos do PDCIS demonstrou promover o uso benéfico dessa avaliação por parte dos *stakeholders*. Assim, pode-se afirmar que o padrão de Preocupação com consequências e influências foi *atendido*.

O Quadro 3 expõe um resumo das classificações obtidas por meio do julgamento de cada um dos padrões considerados na Categoria de Utilidade.

Quadro 3– Julgamento do processo avaliativo quanto aos padrões de Utilidade

Padrão	Classificação
U1 – Credibilidade do Avaliador	A
U2 – Atenção aos Interessados (stakeholders)	A
U3 – Propósitos Negociados	A
U4 – Explicitação de Valores	A
U5 – Informação Relevante	A
U6 – Produtos e Processos Significativos	A

U7 – Comunicação e Relatórios Apropriados e no Prazo	AP
U8 – Preocupação com Consequências e Influências	A

Legenda: A – atendido; AP – atendido parcialmente;
NA – não atendido; NSA – não se aplica.

Fonte: Os autores (2019).

Resultados da Categoria de Precisão

Segundo Yarbrough et al. (2011), o estudo de precisão contribui para assegurar a exatidão dos resultados e conclusões da avaliação. Para os citados autores, o objetivo principal dos padrões de precisão é minimizar a ocorrência e o impacto nas avaliações dos seguintes fatores: inconsistências, distorções e concepções equivocadas.

A seguir, é realizada uma análise do relatório de avaliação de impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), em relação ao que se discrimina nos processos de avaliação de Programas disseminados pelo *Joint Committee*, atendendo os oito padrões da categoria de precisão da avaliação.

- Padrão Conclusões e Decisões Justificadas

O primeiro padrão de precisão, Conclusões e decisões justificadas, define que as conclusões e decisões da avaliação precisam ser justificadas de forma explícita, considerando as culturas e os contextos onde têm, ou possam ter, consequências (YARBROUGH et al., 2011). Logo, ao analisar a conclusão da avaliação de impactos do PDCIS, verificou-se que todo seu conteúdo se apresenta justificado, sendo considerado o contexto e a cultura em que foi realizado o PDCIS. O Relatório expõe apontamentos que possibilitam seus leitores o alcance no entendimento dos resultados referentes à análise da gestão e impactos econômicos, sociais e ambientais.

SUMÁRIO

É possível, também, identificar na seção destinada à conclusão as recomendações que cabem aos *stakeholders*-chave, conforme o seguinte trecho do relatório (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.37): “contudo, é necessário discutir como o PDCIS poderia ser ajustado de forma a que os impactos produzidos nos Matriculados durem mais tempo, refletindo-se na manutenção de atitudes e práticas dos Egressos.”

Neste sentido, pode-se aferir que a avaliação de impactos do PDCIS *atendeu* ao padrão Conclusões e decisões justificadas.

- Padrão Informação Válida

O padrão de Informação válida define que a informação da avaliação necessita servir às finalidades pretendidas e sustentar interpretações que tenham validade. Logo, considerando que *stakeholders* diferentes possuem sistemas conceituais baseados em experiências de vida diferentes, torna-se importante definir termos-chave utilizados no processo avaliativo, sejam eles abstratos ou não, para facilitar a uniformização de entendimento entre esses diferentes atores do contexto da avaliação. Acrescenta-se que essa definição dos termos-chave é um aspecto que torna a informação válida, uma vez que o mesmo termo pode ter diferentes significados ou ser de difícil compreensão, por apresentarem construções diferentes conforme a linguagem, a cultura ou o campo de conhecimento dos interessados pela avaliação (YARBROUGH et al, 2011).

No relatório de avaliação de impactos do PDCIS os termos-chave estão definidos no decorrer do relatório e, também, no glossário. Este tem tanto termos relacionados ao estudo de impacto, como termos relacionados ao PDCIS. Isso demonstra que a validade das informações esteve presente, sendo *atendida* no processo avaliativo, conforme recomenda o padrão de Informação válida.

SUMÁRIO

- Padrão Informação Fidedigna

O terceiro padrão, Informação fidedigna, segundo YARBROUGH et al (2011) define que os procedimentos da avaliação necessitam gerar informações de maneira satisfatória e que sejam confiáveis e consistentes, de modo a servir adequadamente aos usos pretendidos. Nesse ponto, ao verificar as informações fornecidas nos procedimentos da avaliação de impactos do PDCIS, identificou-se a presença no relatório da descrição detalhada da metodologia utilizada e como foi efetuada a definição do plano amostral para a aplicação do método de caso-controle. No plano amostral está descrita a quantidade de coleta de dados planejada e efetuada por municípios do Baixo Sul da Bahia, bem como o percentual de erro amostral considerado para o número de coletas efetuadas. Também consta a informação do tipo de instrumento utilizado para a coleta de dados e os indicadores que o compõe.

Vale ressaltar que a avaliação foi conduzida por uma empresa reconhecida por seus estudos de avaliação de impacto de diversos projetos e Programas sociais, o que corrobora que a condução da coleta, tratamento dos dados e análise crítica foram efetuados por especialistas, os quais transmitiram informações necessárias para a obtenção da confiabilidade e consistência da avaliação. Assim sendo, tais procedimentos detalhados e experiência da empresa contratada para conduzir a avaliação de impacto comprovam a fidedignidade das informações levantadas no relatório de avaliação de impactos do PDCIS, o que leva ao *atendimento* do padrão de Informação Fidedigna.

- Padrão Explicitação das Descrições do Programa e do Contexto

O padrão Explicitação das descrições do Programa e do contexto, define que as avaliações devem documentar os Programas e seus contextos com detalhamento adequado de seu escopo, contribuindo, dessa forma, para os propósitos estabelecidos na

SUMÁRIO

implementação da avaliação (YARBROUGH et al., 2011). Nesse ponto, se pôde perceber que no Relatório constam informações e dados sobre a região do Baixo Sul da Bahia, onde é executado o PDCIS, as informações são sobre: índice de desenvolvimento humano (IDH), número de habitantes, taxas de violência, educação, clima e bioma. Também há uma descrição abrangente e detalhada sobre o PDCIS e as instituições executoras deste Programa.

Na descrição do Programa e contexto, há trechos de entrevistas com informantes, independentemente do nível que ocupam no Programa. Isso demonstra que a descrição do Programa e contexto contou com a visão dos *stakeholders*-chave. Portanto, visto que o Programa e contexto foram descritos detalhadamente, além de ter o envolvimento dos *stakeholders*-chave, o padrão Explicitação das Descrições do Programa e do Contexto é considerado *atendido*.

- Padrão Gerenciamento da Informação

O quinto padrão de precisão, intitulado Gerenciamento da Informação, define que a avaliação deve utilizar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento das informações geradas pelos seus processos (YARBROUGH et al., 2011).

Para analisar o gerenciamento da informação na avaliação de impactos do PDCIS, identificou-se que a pesquisa caso-controle (jovens) e pesquisa qualitativa (famílias) foram aplicadas na coleta de dados para identificar o impacto social, econômico e ambiental causado pelo PDCIS. Nessa coleta de dados foram utilizadas entrevistas, as quais passaram por processos de análises para a obtenção dos resultados. Já para a análise da gestão foram coletados e detalhados todos os custos financeiros relativos ao PDCIS junto às suas instituições executoras. Essa combinação de modelos para coleta de dados contribuiu para uma melhor precisão da avaliação.

SUMÁRIO

Cabe ressaltar que no relatório constam os indicadores de impactos e gestão que foram transformados em instrumentos específicos para coleta de dados junto aos jovens, agricultores proprietários das unidades agrícolas e instituições, porém não está incluído no documento os modelos dos instrumentos específicos elaborados para a coleta de dados. Posto isso, o padrão Gerenciamento da informação foi *atendido parcialmente*, uma vez que, apesar de ter utilizado a combinação de modelos para coleta de dados, não foi localizado no relatório de avaliação de impactos do PDCIS os instrumentos específicos utilizados nessas coletas.

- Padrão Análises e Delineamentos Sólidos

O padrão Análises e delineamentos sólidos determina que a avaliação deve utilizar delineamentos tecnicamente apropriados e análises acertadas em relação aos propósitos estabelecidos em seu planejamento (YARBROUGH et al., 2011). Considerando esse conceito, se pôde observar que no Relatório consta o delineamento utilizado pelo PDCIS, classificado como experimental, e também que os subsídios para a escolha da região foram baseados na análise detalhada de contexto. Nesse aspecto, um trecho do relatório de avaliação de impactos expõe: “portanto, a escolha dessa região para aplicação do PDCIS foi estratégica, visando uma intervenção experimental, concentrada e territorial para melhor concepção e avaliação do modelo.” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.11). O objetivo dessa intervenção experimental foi tornar próspera a região do Baixo Sul da Bahia com a promoção do desenvolvimento sustentável, provocada pelo estímulo aos jovens a ficarem na zona rural (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018).

Já o delineamento da avaliação não teve cunho experimental e sim analítico, uma vez que seu foco foi “verificar a capacidade que o Programa tem de causar mudanças significativas econômicas, sociais e ambientais na realidade dessas pessoas e do território onde vivem.” (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.8). Para identificar essas

SUMÁRIO

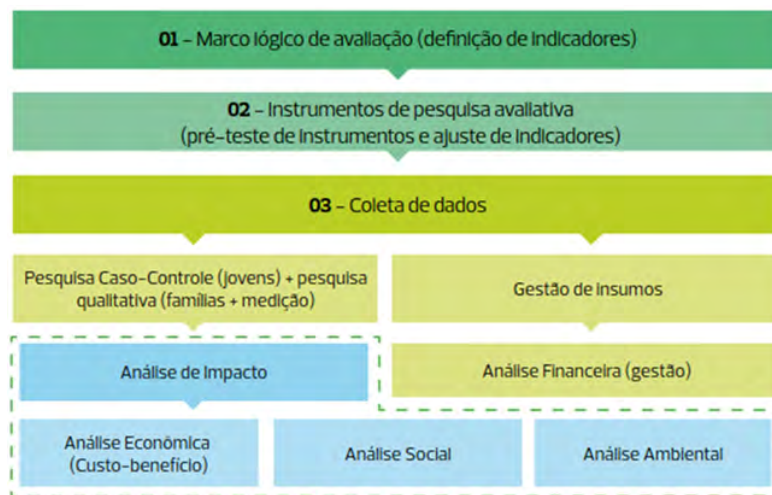
mudanças significativas, optou-se utilizar para o delineamento da avaliação, a Metodologia de Avaliação de Impacto Social, desenvolvida pela JS/Brasil Consultoria, que analisou quatro principais dimensões dos Impactos do PDCIS: gestão, econômica, social e ambiental. Foi aplicado o método caso-controle, onde foi possível comparar dois grupos em condições semelhantes, sendo que o primeiro (caso) foi constituído por beneficiários participantes do PDCIS e o segundo (controle) foi constituído por unidades agrícolas e jovens que não participaram do Programa.

Dessa forma, considera-se *atendido* o padrão Análises e Delineamentos Sólidos, pois o delineamento da avaliação seguiu métodos sólidos e robustos necessários para interpretar os propósitos e questões determinadas, gerando interpretações e conclusões justificáveis.

- Padrão Explicitação do Raciocínio da Avaliação

O padrão de Explicitação do Raciocínio da Avaliação define que a fundamentação da avaliação, a partir da coleta de informações, suas análises, e até resultados, interpretações, conclusões e julgamentos, deve ser clara e inteiramente documentada (YARBROUGH et al., 2011). Assim, analisando-se o Relatório, verificou-se que as etapas necessárias para entender o raciocínio da avaliação foram detalhadas e para facilitar o entendimento do encadeamento das etapas foi disponibilizado no relatório um diagrama, que segue:

Figura 1 – Diagrama das etapas da avaliação de impactos do PDCIS



Fonte: Fundação Odebrecht (2018, p. 9).

As limitações do estudo também foram apontadas no decorrer do relatório, há um destaque para a limitação do recorte temporal para a coleta dos dados, pois foram utilizados dados do ano de 2017 para análise. Esse recorte foi fundamentado, o que pode ser evidenciado com o seguinte trecho do relatório:

É importante ressaltar que, mesmo levando em consideração que o PDCIS já possui mais de 15 anos de atuação no Baixo Sul da Bahia, esta avaliação de impacto considerou apenas o universo atendido pelo Programa durante o ano de 2017. Esse recorte foi necessário para ter maior controle do universo a ser estudado, orçamentos utilizados e as amostras a serem obtidas. (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018, p.12).

O apontamento das limitações do estudo faz com que haja uma maior sustentação das interpretações e conclusões explicitadas, que são importantes para o entendimento do raciocínio as partes interessadas. Já em relação à conclusão, notou-se que ocorreu uma

SUMÁRIO

resposta a cada objetivo proposto para a avaliação, otimizando assim a precisão no cumprimento dos propósitos da avaliação.

Logo, o padrão Explicitação do Raciocínio da Avaliação foi *atendido*, pois está explicitado no relatório de avaliação de impactos do PDCIS a cadeia lógica necessária a sustentação da conclusão.

- Padrão Comunicação e Relatório

Por fim, o último padrão de precisão, denominado Comunicação e Relatório, prescreve que as comunicações existentes no contexto da avaliação devem ter escopo adequado, impedindo ou evitando concepções errôneas, vieses, distorções e erros (YARBROUGH et al., 2011). Assim, pode ser verificado que os informantes-chave participaram por meio de oficinas na definição dos indicadores para o instrumento avaliativo e na coleta de dados participaram por meio de entrevistas. Isso demonstra que houve o envolvimento das partes interessadas nas fases da avaliação em que métodos e delineamentos foram discutidos, selecionados e implementados. Esse envolvimento é importante nessas fases, pois propicia uma comunicação precisa do processo avaliativo aos *stakeholders*.

Para atender de forma responsiva as necessidades dos interessados quanto aos resultados da avaliação, consta no relatório de avaliação de impactos do PDCIS: depoimentos de parceiros do Programa, fotografias, histórias dos beneficiários do PDCIS e imagens da região do Baixo Sul da Bahia.

A divulgação dos resultados da avaliação aos *stakeholders* foi realizada, além do relatório de avaliação de impactos do PDCIS, por outras abordagens, tais como vídeos e ícones, que estão disponíveis na internet, no sítio da Fundação Odebrecht. Também é possível ter conhecimento da avaliação utilizando o termo “Fundação Odebrecht” nas redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn e Youtube. Vale

salientar, que o endereço na internet e as redes sociais estão descritos no relatório de avaliação de impactos do Programa.

Logo, o envolvimento dos *stakeholders* no processo avaliativo e a diversas formas de divulgação dos resultados da avaliação de impactos do PDCIS levaram ao *atendimento* do padrão Comunicação e relatório.

O Quadro 4 expõe um resumo das classificações obtidas por meio do julgamento de cada um dos padrões considerados na Categoria de Precisão.

Quadro 4 – Julgamento do processo avaliativo quanto aos padrões de Precisão

Padrão	Classificação
P1 – Conclusões e Decisões Justificadas	A
P2 – Informação Válida	A
P3 – Informação Fidedigna	A
P4 – Explicitação das Descrições do Programa e do Contexto	A
P5 – Gerenciamento da Informação	AP
P6 – Análises e Delineamentos (designs) Sólidos	A
P7 – Explicitação do Raciocínio da Avaliação	A
P8 – Comunicação e Relatório	A

Legenda: A – atendido; AP – atendido parcialmente;
NA – não atendido; NSA – não se aplica.

Fonte: Os autores (2019).

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando o julgamento realizado no relatório meta-avaliado, pode-se inferir que a avaliação descrita no documento

SUMÁRIO

produziu informações úteis e precisas dos reais impactos do Programa para a sociedade da região do Baixo Sul da Bahia, que servirão para conhecimento das partes interessadas e como subsídios para a definição do direcionamento estratégico do Programa por parte dos gestores.

Como resposta à questão avaliativa deste estudo, pôde-se constatar que a avaliação exposta no Relatório de Avaliação de Impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS) possui um nível de atendimento Muito Bom, no sentido de que teve sete padrões atendidos plenamente, e apenas um padrão atendido parcialmente, tanto na Categoria de Utilidade da avaliação, quanto na Categoria de Precisão da Avaliação.

Assim, com o atendimento de sete padrões da categoria Utilidade, as evidências revelam que a avaliação foi útil, uma vez que as informações obtidas atenderam, em quase sua totalidade às necessidades identificadas e envolveram no processo avaliativo os *stakeholders*-chaves: a Fundação Odebrecht e os beneficiários do PDCIS. Nesse sentido é possível considerar que, além da avaliação ser efetuada por uma empresa especializada em avaliação de impactos, ela promoveu o uso responsável e adequado dos resultados, sendo capaz de prevenir consequências indesejáveis a má utilização.

Também na categoria de Precisão da Avaliação, com o atendimento de sete padrões, pode-se destacar que a validade e fidedignidade das informações esteve presente no processo avaliativo com o envolvimento dos *stakeholders*-chave na descrição detalhada do Programa e contexto, na combinação de modelos para coleta de dados, na utilização de métodos sólidos e robustos para o delineamento da avaliação, bem como na efetiva documentação das etapas, desde o planejamento à comunicação das conclusões, evitando concepções distorcidas.

Para que seja possível julgar se o prazo de realização da avaliação de impactos do PDCIS foi o apropriado, sugere-se constar nos próximos relatórios de avaliação o cronograma inicialmente proposto em seu planejamento.

Sugere-se também a inclusão dos instrumentos específicos utilizados para a coleta de dados, como forma de proporcionar o entendimento adequado sobre o trabalho realizado.

A VALIDAÇÃO DA META AVALIAÇÃO REALIZADA

O Capítulo 5 se refere ao Relatório de avaliação de um Programa que tem por objetivo transformar social, econômica e ambientalmente as condições de vida de cidadãos residentes em uma região constituída por onze municípios, quase todos na zona rural, com baixos Índices de Desenvolvimento Humano, baixos níveis de escolaridade e altas taxas de violência. A grandeza de propósito e a abrangência desse Programa, descrito em *Relatório de Avaliação de Impactos do Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade, para promoção da cidadania em um grupo social do Baixo Sul da Bahia: um estudo meta avaliativo*, já seriam suficientes para justificar a relevância da temática abordada. No entanto, para além dessa distinção, o tema trazido é relevante ainda por trazer para o debate o papel desempenhado pelas Organizações da Sociedade Civil (OSC), entidades privadas com participação social, que na ausência do Estado muitas vezes assumem as iniciativas de interesse público, quase sempre voltadas para a redução das desigualdades e garantias da igualdade de oportunidades para todos. Além disso, há de se destacar a importância da avaliação como ferramenta de gestão e da meta avaliação, com metodologia própria para avaliar a avaliação que foi feita. A primeira ocupando-se de processos que envolvem a

SUMÁRIO

coleta e análise de informações para aprimorar a gestão; a segunda propiciando uma visão sistêmica do programa, gerando aprendizado a partir das decisões tomadas e quanto ao ciclo de vida do programa. Ambas norteadas por um arcabouço teórico e metodológico, utilizando-se das categorias e padrões de avaliação.

A clareza do texto, verificada ao longo de todo o capítulo, fica evidenciada pela imediata compreensão, por parte do leitor, do que está sendo apresentado. Ademais, o cuidado na redação fez com que se empregasse um vocabulário comum ao conjunto dos usuários e afastou qualquer possibilidade de duplicidade de interpretações.

Na parte introdutória do capítulo, na seção *O estudo: características, objetivo e relevância*, é descrito como Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS), desenvolvido pela Fundação Odebrecht, busca promover o desenvolvimento territorial sustentável a partir de ações voltadas à educação de adolescentes na zona rural, com especial atenção à formação baseada nas competências sociomoraís e estímulo ao protagonismo juvenil. Apresenta, ainda, o foco do Programa no desenvolvimento econômico da região, valorizando o cooperativismo rural, com beneficiamento de produtos e uma comercialização mais justa para os produtores. Tudo isso levando em consideração a conservação dos recursos naturais, com apoio direto a agricultores familiares no planejamento de suas propriedades e utilização de técnicas sustentáveis (FUNDAÇÃO ODEBRECHT, 2018). Na descrição do objeto avaliado pelo Relatório, apresenta-se o intuito do Programa em promover, em última instância, o exercício pleno da cidadania, com acesso a direitos e políticas públicas, por meio do engajamento e empoderamento, especialmente, de jovens que atuarão como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos para suas famílias e comunidades.

SUMÁRIO

A adequação e a relevância da fundamentação teórica/conceitual para o desenvolvimento do estudo podem ser constatadas na seção sobre a metodologia meta-avaliativa utilizada. De natureza somativa, esquadrinhando uma avaliação já concluída e seu relatório, consolida os resultados alcançados pelo Programa a partir de parâmetros definidos previamente.

A meta avaliação se valeu de duas das cinco categorias estabelecidas pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* para nortear a avaliação de programas: utilidade e precisão. O desenvolvimento da meta avaliação baseou-se na análise minuciosa dos 16 padrões de avaliação, oito de cada uma das duas categorias escolhidas, para jogar luz na estrutura da avaliação realizada. Essa metodologia possibilitou observar se aspectos e princípios fundamentais de uma verdadeira avaliação, neste caso em particular, restrito às categorias de Utilidade e Precisão, foram atingidos. Nesta última, especialmente, se os resultados, interpretações, conclusões, extrapolações e decisões tomadas no processo avaliativo foram pautados em raciocínios lógicos, fundamentados por estruturas teóricas sólidas com base em informações válidas e fidedignas.

Considerando o caráter qualitativo e subjetivo do juízo de valor a ser formulado nas conclusões da meta avaliação, estabelecido de acordo com a interpretação da realidade, baseado no olhar crítico de seus autores, fica evidente a necessidade da fundamentação teórica/conceitual e dos procedimentos metodológicos utilizados para orientar os julgamentos emitidos pelo estudo meta avaliativo.

Na impossibilidade de considerar todas as categorias e todos os padrões, refletir sobre a natureza do Programa, seus objetivos e público envolvido, pode ser uma boa estratégia para se obter uma indicação profícua sobre quais categorias e padrões de avaliação melhor informam se a avaliação realizada atendeu aos princípios que devem nortear uma avaliação de qualidade. Neste caso, em

SUMÁRIO

se tratando de uma avaliação de impactos, cujo principal objetivo é verificar a eficiência do Programa em transformar as condições de vida de pessoas, com vistas aos efeitos de longo prazo, optou-se, acertadamente, por realizar a análise de dados buscando as evidências que justificassem a avaliação dos padrões de utilidade e precisão apresentados no texto do Relatório. Os resultados dessa análise são apresentados de forma clara, destacando-se pontos do Relatório e complementando-os com comentários elucidativos, não ficando restrito ao parecer “atende” ou “não atende”.

Ao término da análise do Relatório, em função do que é preconizado nos padrões de avaliação, por categoria, o resultado geral da meta avaliação é sintetizado nos Quadro 2 e Quadro 3, respectivamente, para o julgamento do processo avaliativo quanto aos padrões de Utilidade e Precisão.

A importância dos resultados para a área focalizada reside no fato de que a comunicação dos resultados das avaliações, além de produzir conhecimentos, gera mudanças. No caso do estudo em foco, explicitar o alcance dos objetivos e a forma como isso foi conquistado, estimulam novos modelos de governança participativa em programas dessa natureza, envolvendo Poder Público (Governos Federal, Estadual e Municipal), iniciativa privada e sociedade civil organizada. Nesse sentido, a proposta meta avaliativa utilizada neste estudo terá sempre, de forma crescente, possibilidade de aplicação em outros relatórios produzidos.

Apesar de o nome do Programa ser um tanto quanto extenso e pouco específico sobre o que se busca desenvolver com sustentabilidade, o título do capítulo é ao mesmo tempo adequado e esclarecedor, já que anuncia que se trata de um estudo meta avaliativo de um relatório de Programa social.

Por fim, pode-se afirmar que as referências bibliográficas são pertinentes ao tema e destaque como contribuição significativa do Capítulo 5, para a área da avaliação, a abordagem de diferentes conceitos-chave, especialmente aqueles que ajudam a disseminação, no campo da avaliação, de uma metodologia que, apesar de muito utilizada em outras áreas do conhecimento, especialmente a Medicina, é ainda pouco familiar aos avaliadores. Trata-se da avaliação experimental e quase experimental, descrita no relatório analisado como “caso-controle”. Essa metodologia mostra-se bastante apropriada para a avaliação de impacto em políticas públicas e programas sociais. Nela há o pareamento de dois grupos, cuidadosamente escolhidos, com características estatisticamente parecidas, chamados de grupo de tratamento (participantes do programa) e grupo de controle (não participantes do programa), para aferir se houve ou não impacto provocado pelo programa ou política.

REFERÊNCIAS

AKERMAN, M.; MENDES, R.; BÓGUS, C. M. É possível avaliar um imperativo ético? *Ciência e saúde coletiva*, vol. 9, n. 3, p. 605-615, 2004.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1999.

ELLIOT, Lúcia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, out. / dez. 2011.

FINKLERI, Lirene; DELL'AGLIOI, Débora Dalbosco. Reflexões sobre avaliação de Programas e projetos sociais. *P@PSIC – Periódico Eletônico em psicologia*. Santa Cruz?RS do Sul: 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-65782013000100008. Acesso em: 20 de mai. 2020.

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. Avaliação Impactos: Programa de Desenvolvimento e Crescimento Integrado com Sustentabilidade (PDCIS). Bahia, 2018.

SUMÁRIO

FUNDAÇÃO ODEBRECHT. *Programa Social: Avaliação de impactos*. Disponível em: <https://www.fundacaoodebrecht.org.br/Programa-social/avaliacao-de-impactos/index.html>. Acesso em: 10 nov. 2019.

HARTZ, Z. M. DE A. Princípios e padrões em meta-avaliação: diretrizes para os Programas de saúde. *Ciência e saúde coletiva*, vol. 11, n. 3, p. 733-738, 2006.

ORLANDO FILHO, Ovidio, OLIVEIRA, Regina Adelaide Carvalhal de. O relatório de avaliação do programa apoio à alimentação escolar na educação básica: um estudo meta-avaliativo. In ELLIOT, L. G., ORLANDO FILHO, O. (Orgs.). *Meta avaliações de políticas públicas do governo: o que revelam os relatórios de avaliação*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019.

SCRIVEN, M. *Evaluation thesaurus*. 4th. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991.

SIMÕES, Armando A. *Avaliação de Programas e políticas públicas*. Brasília/DF: ENAP, 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Ovidio/Desktop/AVALIACAO-DE-PROGRAMAS-E-POLITICAS-PUBLICAS-003.pdf>. Acesso em: 20 de mai. 2020.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, vol. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. Qualidade e subjetividade na avaliação de Programas e serviços em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, vol. 18, n. 6, p. 1561-1569, 2002.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. São Paulo: Gente, 2004.

YARBROUGH, Donald B. et al. *The program evaluation standards: a guide for evaluators and evaluation users*. 3. ed. Califórnia: Sage, 2011.

6

Leandro da Silva Fernandes
Moyza Teixeira de Oliveira
Ovidio Orlando Filho

Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo: um estudo meta-avaliativo de seu Relatório Técnico

DOI: 10.31560/pimentacultural/2020.756.177-207

INTRODUÇÃO

Ao tratar os principais conceitos e modelos de análise de políticas públicas, Souza (2006, p. 24) aponta que “não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública”. A autora ainda acrescenta que o seu significado mais conhecido é o formulado por Laswell (1936 apud SOUZA, 2006, p. 24) ao abordar que “decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: Quem ganha o quê?, Por quê? e Que diferença faz?”. Já Peters (1986) formulou o pensamento de que política pública é o somatório das atividades dos governos, que agem direta ou indiretamente, e que influenciam a vida dos cidadãos. Mais recentemente, Nanni e Filho (2016) definiram essas políticas como sendo ações do governo realizadas por meio de diretrizes e planos, sendo executadas pela administração pública.

No entanto, é fundamental que se tenha a compreensão de que a principal finalidade das políticas públicas, executadas por meio de programas e projetos governamentais, é o de atender às necessidades das pessoas, comunidades e organizações sociais. Essas necessidades podem surgir das mais diferentes formas, porém todas elas denotam custos, necessários nos processos de suas implementações. Assim sendo, é importante que a sociedade possua mecanismos de controle das ações, visando garantir a máxima eficiência e eficácia no bom emprego dos recursos públicos. As questões que surgem em relação a esse contexto podem ser formuladas de diferentes modos, por exemplo:

Como aferir a qualidade de um programa de política pública? Como se verificar se o programa foi conduzido e concluído com mérito, ou seja, se houve responsabilidade na utilização dos recursos públicos utilizados em sua implementação? Como se verificar se o programa possuiu valor, ou seja, se seus resultados foram, realmente, aproveitados e foram úteis para a sociedade? (ORLANDO FILHO; OLIVEIRA, 2019).

SUMÁRIO

As respostas para essas e outras questões podem ser respondidas por meio dos resultados de uma avaliação. Logo é imperativo que a política seja avaliada. A avaliação possibilita verificar se os objetivos propostos foram alcançados, integral ou parcialmente, assim como determinar se o objeto avaliado possui mérito e valor (SCRIVEN, 1991). Esses aspectos são contemplados na Carta Magna (BRASIL, 1988) onde se encontra ajuizado que os serviços prestados à sociedade nos campos de atuação governamental devem possuir qualidade. Assim, para que isso seja possível é necessário avaliar as ações da administração pública, pois somente por meio da avaliação se pode julgar ou qualificar se determinado programa ou projeto são possuidores de qualidade.

De tal modo, os processos de avaliação e monitoramento de programas sociais implementados pela administração pública, como modos de acompanhamento das ações governamentais, têm-se revelado de suma importância. Logo, a necessidade de se avaliar esses programas deve integrar as atividades de gestão governamental, considerando os contextos da administração pública em todos os seus níveis administrativos (FERNANDES; OLIVEIRA; AGUIAR, 2018).

Entre outros aspectos, a implementação de processos avaliativos busca: o uso de metodologias adequadas à realização de avaliações; o conhecimento aprofundado sobre o objeto de estudo, procurando assim entendê-lo de modo coerente e contextualizá-lo; a definição adequada do papel do avaliador e de sua equipe (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

Cabe aqui destacar que, assim como os programas e projetos governamentais devem ser avaliados, esses processos avaliativos também necessitam de acompanhamento e observação por parte de especialistas, tendo em vista que uma avaliação mal conduzida pode causar mais malefícios que benefícios às políticas públicas (SCRIVEN,

SUMÁRIO

2018). O procedimento de avaliar uma avaliação é definido por Scriven (1991) como sendo uma meta-avaliação.

Assim, cabe a meta-avaliação atestar a condução de todo o processo avaliativo, a partir do estabelecimento de critérios pré-determinados e com o único objetivo de aferir a qualidade da avaliação. Conforme assevera Elliot (2011), “a necessidade de meta-avaliar uma avaliação, seu Relatório ou o próprio processo avaliativo é a forma de atestar-lhes a qualidade ou evidenciar pontos que precisam ser burilados” (ELLIOT, 2011, p. 960).

Neste sentido, o objetivo deste estudo meta-avaliativo é avaliar o Relatório Técnico elaborado em 2018 pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG) do Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (NUMA). O citado relatório retrata a avaliação de impacto do Programa POD RS Socioeducativo, realizada no período entre os anos de 2012 e 2013, apresentando os indicadores de resultado a partir dos objetivos definidos no Programa, vislumbrando o aperfeiçoamento de sua execução e, consequentemente, sua efetividade.

Para uma melhor compreensão do estudo, e de seu processo de condução, seguiu-se um roteiro composto: da apresentação do programa originalmente avaliado, o Programa POD RS Socioeducativo; do detalhamento do Relatório Técnico de Avaliação elaborado pelo órgão avaliador do programa, o Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas; dos procedimentos metodológicos que nortearam a meta-avaliação; da exposição, de forma detalhada, dos resultados e respectivas análises, obtidos por meio da leitura do Relatório de avaliação; e, por fim, da apresentação das considerações finais do estudo com as respectivas sugestões, elaboradas em função das análises realizadas.

O PROGRAMA POD RS SOCIOEDUCATIVO: CONTEXTUALIZAÇÃO

O Programa RS Socioeducativo foi instituído pela Lei nº 13.122/09 (RIO GRANDE DO SUL, 2009, não paginado), tendo como objetivo “auxiliar a inserção familiar, educacional, sanitária, profissional, cultural, esportiva e ocupacional do adolescente e do jovem adulto”, sendo implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos, em parceria com organizações da sociedade civil do Rio Grande do Sul. Sua finalidade é atuar na promoção da cidadania, inclusão social, prevenção da violência e reincidência infracional do Estado. O seu público-alvo é constituído por adolescentes e jovens adultos de 12 a 21 anos, egressos da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Rio Grande do Sul (FASE), em decorrência de progressão da medida socioeducativa para o meio aberto ou da sua extinção.

Em 2013, por meio da Lei nº 14.228 (BRASIL, 2013), o Programa sofreu um processo de atualização, constituindo-se como uma ação mais abrangente que “visa realizar os direitos humanos de grupos socialmente vulneráveis” (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 7), passando a ser denominado como Programa de Oportunidades e Direitos RS Socioeducativo - POD RS Socioeducativo. Foi, assim, concebido como uma política pública que tem por finalidade a prevenção à violência juvenil e a reinserção social dos adolescentes e jovens que cumpriram medidas socioeducativas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, a saber: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semiliberdade; e, internação em estabelecimento educacional. Para além, outras medidas são passíveis de serem aplicadas, conforme art. 101 da mesma Lei:

SUMÁRIO

- I- encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II- orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III- matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV- inclusão em serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família, da criança e do adolescente;
- V- requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI- inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;
- VI- acolhimento institucional;
- VIII- inclusão em programa de acolhimento familiar; e
- IX- colocação em família substituta. (BRASIL, 1990, art. 101).

O Programa também tem o objetivo de promover investimentos em educação, esporte, cultura, empreendedorismo, segurança pública e atendimento socioeducativo, atuando como uma política pública no sentido de contribuir para a ressocialização desses adolescentes e jovens, a partir da criação de oportunidades para os mesmos na tentativa de melhorar a qualidade de vida. A sua proposta envolve tanto os infratores quanto seus familiares e demais políticas públicas de atendimento ao adolescente/jovem em conflito com a lei numa lógica de corresponsabilidade entre tais partes. Atualmente encontra-se instituído em seis Centros da Juventude oferecendo qualificação profissional e atividades de lazer. A meta é atender anualmente 3.600 adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e seus familiares. Busca-se assim garantir um atendimento moderno e qualificado, visto que “o Programa promove a reintegração social e um futuro com mais oportunidades” (POD, 2020).

O RELATÓRIO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DO POD RS SOCIOEDUCATIVO

O Relatório Técnico produzido pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (NUMA), objeto deste estudo, é a materialização documental dos resultados da iniciativa do Governo do Estado do Rio Grande do Sul em institucionalizar o processo de avaliação de políticas públicas no Estado.

Criado no ano de 2016, no âmbito do Departamento de Planejamento Governamental da Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, o NUMA procura contribuir para uma gestão baseada em evidências por meio de estudos confiáveis, seguindo o rigor metodológico recomendado. Cada processo avaliativo desenvolvido gera um Relatório Técnico detalhado contendo a metodologia adotada e os principais resultados encontrados (RIO GRANDE DO SUL, 2020).

No período considerado na avaliação, o POD RS Socioeducativo contava com 125 vagas e atendia adolescentes e jovens que se desligaram das regionais Porto Alegre e Santa Maria, sendo o mesmo executado por três instituições do terceiro setor: Fundação Pão dos Pobres, Centro de Educação Profissional São João Calábria e Sociedade Meridional de Educação.

Segundo consta no documento o tipo de processo avaliativo realizado, avaliação de impacto, “permite estabelecer uma relação causal entre o Programa e os resultados obtidos, quantificando, através de métodos estatísticos, os efeitos provocados [...]” (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 6). Em seu caminho metodológico, o percurso avaliativo combinou:

- a. Avaliação ex-ante, na busca pela compreensão dos objetivos e das medidas adotadas pelo POD RS Socioeducativo, utilizando-

SUMÁRIO

se de duas ferramentas metodológicas: a Árvore de Problemas e a Teoria da Mudança.

- b. Definição da amostra, compreendendo todos os egressos desligados da FASE entre os anos de 2012 e 2013 em medida socioeducativa de internação, sendo este critério de inclusão na respectiva amostra.
- c. Construção de uma base de dados com informações presentes no prontuário de cada adolescente, incluindo aquelas relacionadas a indicadores de saúde, trabalho e reincidência.
- d. Seleção dos adolescentes que indicaram interesse em ingressar no POD RS Socioeducativo no momento de sua saída da FASE, sendo excluídos os adolescentes e jovens que relataram não ter interesse no Programa.
- e. Adoção de cinco indicadores de resultado (mortalidade, ingresso no Sistema Prisional, reingresso na FASE, reingresso na FASE ou no Sistema Prisional e emprego formal) que permitissem verificar o impacto do POD RS Socioeducativo em dois objetivos específicos do Programa.

Posteriormente, a metodologia dos escores de propensão (Figura 1) foi utilizada para a definição dos grupos controle e tratamento. O primeiro grupo foi composto por adolescentes e jovens que sinalizaram interesse em ingressar no Programa, mas não foram incluídos. Já o segundo grupo foi caracterizado por aqueles que sinalizaram interesse e efetivamente ingressaram no Programa. Nesse ponto, é importante se observar que a abordagem dos escores de propensão tenta “controlar o confundimento e o viés de seleção em estudos não aleatórios, uma vez que nesses casos não há nenhum controle do pesquisador em relação à alocação da intervenção entre grupos” (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 21).

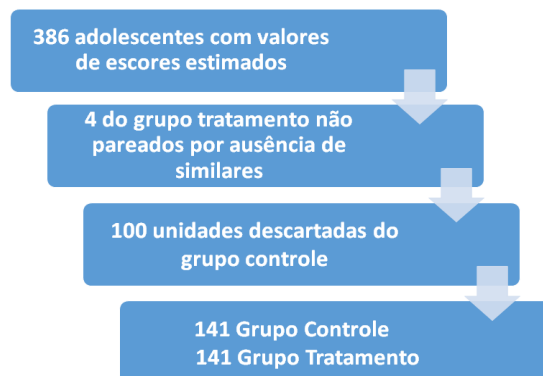
Figura 1 - Etapas do método de escores de propensão



Fonte: Os autores (2019).

Após calculados os escores de propensão, uma técnica de pareamento foi adotada (Figura 2) para que se pudesse encontrar o grupo controle mais similar possível ao grupo tratamento. Dentre as técnicas de pareamento existentes, o método do vizinho mais próximo foi adotado para a manutenção da razão de uma unidade do grupo tratamento para uma unidade do grupo controle, corroborando para grupos de tamanhos iguais.

Figura 2 - Etapas do método de pareamento



Fonte: Os autores (2019).

Por último, a metodologia de regressão logística foi aplicada no sentido de estimar o impacto do Programa, tendo em vista a característica dicotômica de todos os indicadores de resultados escolhidos, os quais apresentavam sempre duas possibilidades de respostas, sendo: a ocorrência ou não de morte; a reincidência ou não no crime; estar ou não trabalhando. Esta análise possibilita conformar a probabilidade de ocorrência de desfechos dicotômicos em função de outras variáveis de ajuste. Ressalta-se que, para o desenvolvimento das técnicas e análises estatísticas realizadas ao longo do processo avaliativo, foi necessária a utilização de um *software* específico.

METODOLOGIA DA META-AVALIAÇÃO

Para nortear a realização deste estudo meta-avaliativo no Relatório Técnico de Avaliação do Programa POD RS Socioeducativo, referente aos anos de 2012 e 2013, foi adotada uma abordagem metodológica baseada nos cinco critérios fundamentais para se aferir a qualidade de uma avaliação, criados por Davidson (2005). Estes critérios orientam a meta-avaliação na busca pelo seu mérito ou qualidade intrínseca.

De acordo com pensamento formulado por (DAVIDSON, 2005, p. 205), as avaliações:

Devem produzir conclusões válidas e justificáveis; ser úteis ao cliente e a outros públicos relevantes; ser conduzidas de uma maneira ética, legal, profissional e apropriada; ser digna de crédito para os públicos relevantes; e ser tão econômica, rápida e não obstrutiva quanto possível.

Desta forma, neste estudo a adoção dos critérios fundamentais de Davidson se deu pelo fato de constituírem um conjunto de atributos que, caso atendidos em uma avaliação, afere seu bom padrão de

SUMÁRIO

qualidade. Por isso, procurou-se identificar no conteúdo do Relatório objeto deste estudo o atendimento a esse conjunto de atributos, de acordo com a obediência aos aspectos a seguir expostos, definidos por Davidson (2005):

- a. Critério da Validade: Diz respeito à relação entre as conclusões apresentadas pelo avaliador, os fatos e dados por ele utilizados e o valor atribuído pelo avaliador ao objeto avaliado.
- b. Critério da Utilidade: Refere-se ao nível de necessidade que aqueles interessados na avaliação têm em torno dos resultados apresentados para a tomada de decisões.
- c. Critério da Conduta: Corresponde ao processo em que o meta-avaliador observa se os padrões legais, éticos, profissionais e de adequação cultural foram respeitados pelo avaliador, além de verificar se houve ou não impedimento do próprio processo de avaliação.
- d. Critério da Credibilidade: Relaciona-se ao nível de aceitação, por parte dos interessados, dos resultados e das fontes apresentadas pela avaliação.
- e. Critério dos Custos: Considera-se o custo financeiro da avaliação, analisando a existência de uma relação equilibrada entre os custos da avaliação e os resultados apresentados pela avaliação.

Cabe destacar que este estudo foi realizado após concluída a avaliação do Programa, portanto trata-se de uma meta-avaliação somativa que, segundo (Stufflebeam, 2001), tem como uma de suas principais finalidades colaborar com os interessados pela avaliação original, informando os seus pontos fortes e as suas fragilidades, bem como o seu mérito e valor.

A partir da adaptação realizada no que diz respeito à definição dos critérios estabelecidos por Davidson (2005, apud ELLIOT, 2011), têm-se como proposta os indicadores apresentados no Quadro 1 para orientar a análise dos critérios do estudo meta-avaliativo.

Quadro 1 - Indicadores norteadores para atendimento dos critérios meta-avaliativos

Critérios	Descrição
Validade	• Cobre todas as fontes relevantes de valor. • Cobre compreensivamente processo e resultado. • Não inclui critérios irrelevantes ou ilícitos. • Inclui análises qualitativas e quantitativas apropriadas aos dados coletados. • Estabelece claramente como os dados são interpretados. • Explicita com clareza a procedência das conclusões avaliativas. • Inclui recomendações válidas e pertinentes.
Utilidade	• Relevante para as decisões dos interessados. • Comunica os resultados de forma apropriada.
Conduta	• Cumpre as legislações pertinentes (local, nacional e internacional). • Respeito aos padrões éticos. • Cumpre, em relação aos avaliadores, com os padrões profissionais exigidos.
Credibilidade	• Apresenta familiaridade com o contexto. • Demonstra independência e/ou imparcialidade. • Domina os conhecimentos referentes à avaliação e ao conteúdo apreciado.
Custo	• Especifica os custos financeiros envolvidos na avaliação. • Apresenta a relação custo-benefício do processo avaliativo.

Fonte: Os autores (2020, adaptado de ELLIOT, 2011).

Com intuito de mensurar o quanto o Relatório de Avaliação atende aos critérios de Davidson (2005), foram estabelecidos três níveis de julgamento, a saber: Atende Plenamente, Atende Parcialmente e Não Atende. Nos critérios em que hajam mais de um indicador a ser considerado, o julgamento se deu da seguinte forma:

SUMÁRIO

- a. O Critério será considerado como *atende plenamente* caso todos os indicadores a ele referentes forem atendidos.
- b. O Critério será considerado como *atende parcialmente* quando a metade ou mais da metade dos indicadores a ele referente forem atendidos.
- c. O Critério será considerado como *não atende* quando mais da metade de seus indicadores não forem atendidos.

Os julgamentos realizados são de exclusiva responsabilidade dos autores desse estudo que, por meio da realização de uma análise de conteúdo, construída após detalhada leitura do Relatório, relacionaram cada critério avaliado às informações constantes no citado documento. Assim, foram emitidos juízos de valor de caráter subjetivo, estando, portanto, sujeitos a contrapontos e discussões. Acrescenta-se a esses aspectos o fato desse estudo ter caráter somativo, tendo como único objeto de investigação o seu Relatório final. Ou seja, não houve a possibilidade de se manter contato com os atores presentes no contexto da avaliação, tampouco com outros indivíduos afetados pelo processo avaliativo.

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E ANÁLISES

Avaliação do critério Validade

Ao proceder à meta-avaliação, é necessário apurar as fontes utilizadas pelo avaliador e a relação que o mesmo desenvolveu com o objeto avaliado. Segundo Elliot (2011, p. 947):

A validade da avaliação diz respeito à relação entre as conclusões apresentadas pelo avaliador e sua justificativa. O avaliador, para chegar às conclusões, utiliza tanto os fatos e dados coletados, como atribui valores ao julgar, por exemplo, a relevância desses dados. São valores que determinam os critérios adotados pelo avaliador.

A seguir, são apresentadas as análises dos indicadores do critério Validade, procurando assim responder os seguintes questionamentos:

- a. A avaliação cobriu todas as fontes de valor presentes em seu contexto?

No tocante a esse indicador, o Relatório meta-avaliado aborda, na introdução e posteriormente na descrição do Programa POD Socioeducativo, uma contextualização do objeto avaliado, assim como apresenta autores e normas que embasam o que foi descrito. Pode-se citar como exemplo o Estatuto da Criança e do Adolescente e as Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Menores Privados de Liberdade.

No entanto, ao propor realizar uma revisão bibliográfica sobre jovens em conflitos com a lei, evidenciou-se no Relatório que esse aspecto ocorreu de forma tímida. Houve pouca exposição de dados, com suas fontes de informações (referências).

Apesar disso, o Relatório demonstra que foram considerados aspectos relevantes da avaliação, abordando o valor do programa avaliado, conforme citado a seguir:

A identificação do perfil de maior risco permite uma ação mais focada por parte da equipe executora do programa e da rede. Ainda que desafios persistam, o POD SOCIOEDUCATIVO é mais do que um programa de reinserção social juvenil, mas um programa de proteção à vida. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 35).

SUMÁRIO

Tendo em vista o exposto, pode-se inferir que o Relatório *atendeu parcialmente* ao indicador supracitado, não abrangendo algumas fontes de valor.

- b. A avaliação cobriu compreensivamente os processos e os resultados do programa avaliado?

Com a finalidade de julgar a validade da avaliação, a meta-avaliação deve buscar o que foi realizado. Para tanto, Davidson (2005, p. 206) apresenta as seguintes questões: “O avaliador fez inicialmente as questões corretas? O avaliador dimensionou a avaliação apropriadamente? O que foi deixado de fora que deveria ter sido incluído e vice-versa?”.

O Relatório meta-avaliado apresentou a avaliação de impacto do Programa de Oportunidades e Direitos - POD Socioeducativo, definiu a amostra e as técnicas utilizadas para estimar o impacto do referido Programa. Apresentou os indicadores de resultados e as variáveis de ajuste, assim como suas respectivas fontes de dados.

Com relação a possíveis lapsos de informações, ou não aprofundamento de questões relevantes, Elliot (2011, p. 947) acrescenta que:

Como, às vezes os avaliadores lidam com limitações de tempo, de orçamento e até mesmo de pessoal, a meta-avaliação deve considerar tais restrições, pois elas podem atingir a validade das conclusões. Cabe verificar se as limitações realmente impediram o avaliador de concluir o estudo apropriadamente e se ele as apontou no Relatório final, de modo que o leitor possa entender essa relação.

O Relatório apresenta o estudo realizado, contemplando os resultados obtidos e sugere “vários estudos posteriores, como o aprofundamento das questões relativas à educação e melhor compreensão dos fatores de risco para reincidência e mortalidade” (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 35).

SUMÁRIO

Isso posto, pode-se considerar que os aspectos relativos aos processos e resultados são *atendidos* no Relatório meta-avaliado.

- c. Houve na avaliação a preocupação de não incluir critérios irrelevantes ou ilícitos?

Quanto à relevância dos critérios utilizados e sua licitude, pode-se entender que o Relatório é relevante e lícito, sendo uma importante fonte de informação relativa à prestação de contas à sociedade do emprego de recursos públicos. Ademais, o projeto foi desenvolvido coletivamente, agregando conhecimento de algumas instâncias importantes do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, como por exemplo, a equipe gestora do programa no Departamento de Justiça, a Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos e o Departamento de Planejamento Governamental (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Considerando o exposto, pode-se entender que o Relatório não incluiu critérios irrelevantes ou ilícitos, sendo esse indicador *atendido*.

- d. A avaliação incluiu análises qualitativas e quantitativas que são apropriadas aos dados coletados?

Este indicador refere-se à adequada metodologia utilizada na avaliação e os dados coletados. Inicialmente, foi realizada uma avaliação *ex-ante*, sendo esclarecido no Relatório que:

Com a finalidade de compreender os objetivos e as medidas adotadas pelo POD Socioeducativo, bem como sua estruturação lógica, este estudo empregou inicialmente duas ferramentas metodológicas para análise de programas: a Árvore de Problemas e a Teoria da Mudança (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 9).

Posteriormente, para a avaliação de impacto do Programa foi utilizada a metodologia dos escores de propensão, e numa

SUMÁRIO

segunda etapa, aplicou-se a técnica de pareamento. Ao final, para estimar o impacto do Programa, foi empregada a metodologia de regressão logística.

Tendo em vista o detalhamento da metodologia utilizada, a pertinência quanto à avaliação realizada, e os dados coletados apresentados, pode-se considerar que o Relatório *atende* ao indicador que incluiu análises qualitativas e quantitativas apropriadas aos dados coletados.

- e. A avaliação estabeleceu claramente como os dados coletados no processo são interpretados?

Esse indicador abrange ainda a metodologia empregada no estudo em questão, mais especificamente no que se refere à interpretação dos dados coletados. Nesse ponto, o Relatório reserva um tópico específico para apresentação dos resultados. Inicialmente, é descrito o perfil dos jovens da FASE, de acordo com informações coletadas nos respectivos prontuários. É realizada uma apreciação técnica dos dados coletados e são apresentados gráficos que facilitam a interpretação das informações. Posteriormente, é realizada a avaliação de impacto do Programa e são apresentadas conclusões avaliativas em relação à mortalidade, reincidência e indicadores de emprego formal.

Sendo assim, pode-se considerar que o Relatório em questão *atende* ao referido indicador.

- f. A avaliação explicitou com clareza a procedência das conclusões avaliativas?

Acerca desse indicador, verificou-se que o Relatório apresentou as conclusões avaliativas nas considerações finais. Um exemplo disso é o exposto no Relatório sobre alternativas de prevenção à trajetória delitiva, sendo elencados alguns perfis, e ao final é posta a

SUMÁRIO

seguinte consideração: “a análise apurada desses perfis sugere um grupo de risco bem definido, que poderá direcionar ações da rede e aprimoramento do atendimento do POD e/ou políticas complementares” (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 35).

Portanto, considerando que o Relatório explicitou com clareza a procedência as conclusões chegadas por meio da avaliação, pode-se concluir que o Relatório *atende* ao indicador em questão.

g. A avaliação incluiu recomendações válidas e pertinentes?

Scriven (2018) esclarece que as recomendações de uma avaliação não são apenas conclusões avaliativas, devendo o avaliador expandir com detalhes os conceitos emitidos, no sentido de enriquecer os insumos necessários ao desenvolvimento do processo decisório. O avaliador deve se preocupar com esse aspecto, pois, algumas vezes, são consideradas nas avaliações recomendações que não oferecem garantia de serem bem-sucedidas. O autor ainda acrescenta que:

A maioria das avaliações desencadeiam algumas recomendações úteis sem muito esforço extra; elas advêm de uma abordagem analítica que envolve uma boa análise da função dos componentes. O principal obstáculo a fazer mais do que isso é que a prescrição de sucesso requer não apenas um conhecimento específico substancial, mas competências muito especiais [...] (SCRIVEN, 2018, p. 440-441).

Um ponto a ser observado no relatório é a não existência de uma seção específica para as recomendações, entretanto, nas considerações finais apresenta algumas sugestões:

O estudo do perfil desses jovens pode sugerir caminhos de prevenção à trajetória delitiva [...] A análise apurada sugere um grupo de risco bem definido, que poderá direcionar ações da rede e aprimoramento do atendimento do POD e/ou políticas complementares. A avaliação apresentada sugere vários estudos posteriores, como o aprofundamento das questões relativas à educação e melhor compreensão dos fatores de

risco para reincidência e mortalidade. A identificação do perfil de maior risco permite uma ação mais focada por parte da equipe executora do programa e da rede. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 35).

Desse modo, considera-se que o Relatório *atende parcialmente* ao indicador avaliado, não incluindo plenamente recomendações em seção própria.

Avaliação do critério Utilidade

A seguir, são apresentadas as análises dos indicadores do critério Utilidade, no sentido de responder os seguintes questionamentos:

- a. A avaliação se mostrou relevante para as decisões dos interessados?

O Relatório *atende* ao indicador avaliado, pois se mostrou relevante para as decisões dos interessados à medida que avaliou o programa e definiu de forma clara o impacto das ações realizadas no período delimitado nas áreas de mortalidade, reincidência infracional e empregabilidade formal. Além disso, ainda é destacado que o estudo realizado é inédito, conforme citado no Relatório:

Alguns estudos já realizados tratam especificamente do POD Socioeducativo ou do seu antecessor, Programa RS Socioeducativo, mas não verificam o impacto do Programa, considerando a comparação de grupo de participantes e outro de não-participantes após o desligamento da FASE. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 16).

- b. A avaliação comunicou os resultados de forma apropriada?

Quanto à comunicação apropriada dos resultados obtidos no processo avaliativo, Davidson (2005) esclarece que os resultados devem estar disponíveis quando os interessados necessitarem

tomar decisões. Além disso, a linguagem precisa ser clara e a comunicação adequada.

Assim sendo, pode-se considerar que o Relatório meta-avaliado *atende* esse padrão pois os resultados são apresentados de forma clara e de fácil compreensão, utiliza-se também de gráficos e tabelas para auxiliar o entendimento.

Avaliação do critério Conduta

A seguir, são apresentadas as análises do indicador do critério Conduta, no sentido de responder a seguinte questão:

- a. A avaliação cumpriu com as legislações pertinentes, respeitando padrões éticos e profissionais?

O atendimento aos padrões de conduta é essencial para o desenvolvimento de uma avaliação ética e válida. Segundo Elliot (2011), o atendimento do critério de conduta pode ser observado por padrões legais, éticos e profissionais. Nesse ponto, pode-se destacar que o processo avaliativo em questão foi realizado tendo como conduta os padrões éticos e legais, tendo sido executado por profissionais com competência para tal, sendo um trabalho desenvolvido de forma cooperativa, envolvendo alguns órgãos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Destaque feito ao Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (NUMA), que esteve à frente desse trabalho.

Logo, pode-se considerar que o critério Conduta foi *atendido* no Relatório meta-avaliado.

Avaliação do critério Credibilidade

A seguir, são apresentadas as análises do indicador do critério Credibilidade, no sentido de responder a seguinte pergunta:

SUMÁRIO

- a. A avaliação apresentou familiaridade com o contexto e domínio dos conteúdos apreciados, demonstrando ao mesmo tempo independência e/ou imparcialidade?

A respeito desse padrão, Elliot (2011, p. 949) salienta que “a obtenção de credibilidade está diretamente relacionada à aceitação, por parte dos interessados, dos resultados e suas fontes, isto é, em que medida merecem crédito”. Nesse aspecto, Davidson (2005) complementa ser fundamental para a credibilidade de uma avaliação os seguintes elementos: familiaridade com o contexto, independência/imparcialidade e domínio de conhecimentos referentes à avaliação e ao conteúdo apreciado.

O Relatório deixa claro que o trabalho foi executado por servidores do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, e desenvolvido de forma cooperativa, como pode ser observado no texto a seguir:

Esse estudo agregou conhecimento da equipe gestora do programa no Departamento de Justiça (DJ); da Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos (SDSTJDH); da Assessoria de Informações e Gestão da FASE; e da especialidade técnica do Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (NUMA), do Departamento de Planejamento Governança e Gestão (SPGG). É importante referir também a colaboração da Secretaria da Saúde, Ministério do Trabalho e Superintendência de Serviços Penitenciários. (RIO GRANDE DO SUL, 2018, p. 34).

Considerando esse aspecto, de que os profissionais envolvidos no processo avaliativo terem sido citados no início do Relatório, detalhando suas lotações, inclusive dos estagiários, pode-se concluir que o Critério de Credibilidade foi *Atendido* no Relatório avaliado.

Avaliação do critério Custos

A seguir, são apresentadas as análises do indicador do critério Custos, no sentido de responder a seguinte pergunta:

- a. A avaliação especificou os custos financeiros e a relação custo-benefício do processo avaliativo?

Scriven (2018, p. 240), informalmente, define que “o custo de algo é o que se precisa para adquiri-lo (ou fabricá-lo) e mantê-lo”. Mais especificamente no campo da avaliação, Elliot (2011) acrescenta que:

Uma avaliação sempre inclui diferentes tipos de custo. No caso de avaliações encomendadas, a prestação de contas, a relevância das despesas, o pagamento dos avaliadores e de outros itens fazem parte de uma equação em que se deseja saber se os resultados valem o que custaram. É uma relação custo-benefício que se procura e deve ser equilibrada. (ELLIOT, 2011, p. 949-950).

Em relação a esse critério, o Relatório meta-avaliado carece de informações relacionadas aos custos para realização do trabalho. Não há menção referente ao custo-benefício e custos financeiros, que são padrões relacionados por Davidson (2005).

Logo, podemos concluir que o Relatório meta-avaliado *não atende* ao critério Custos.

RESULTADO CONSOLIDADO DA META-AVALIAÇÃO

O Quadro 2, expõe um resumo dos julgamentos realizados no Relatório Técnico de Avaliação do POD RS Socioeducativo, considerando os Critérios Fundamentais de Davidson (2005).

Quadro 2 - Resultados consolidados do processo meta-avaliativo

Critério	Julgamento
Validade	Atendido parcialmente
Utilidade	Atendido
Conduta	Atendido
Credibilidade	Atendido
Custos	Não Atendido

Fonte: Os autores (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda avaliação tem como propósito fundamental contribuir para a tomada de decisões inteligentes. Os autores deste trabalho, ao se debruçarem sobre o Relatório Técnico produzido pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas, objeto deste estudo, objetivaram aferir a qualidade de seu conteúdo a luz da utilização de critérios avaliativos validados cientificamente e elaborados por uma das mais conceituadas acadêmicas do campo dos estudos avaliativos, a especialista Jane Davidson.

Desse modo, o objetivo maior do estudo foi o de gerar dados e informação que, de alguma forma, possam contribuir para a reflexão dos responsáveis pela avaliação original, com vistas ao aperfeiçoamento das técnicas avaliativas utilizadas. Ressalta-se que a avaliação de programas e projetos sociais contribui substantivamente no auxílio dos governos para a melhoria da qualidade de seus processos decisórios.

Quando o processo avaliativo realizado visa aferir os impactos causados pela implementação de um programa, passa existir a possibilidade de se conhecer os efeitos por ele causados, oportunizando

SUMÁRIO

a comparação da realidade com o desenhado em seu planejamento. Assim, a avaliação de impacto do Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo, considerando os julgamentos realizados por meio deste estudo, demonstrou possuir uma boa qualidade, em que pese a meta-avaliação ter apontado a existência de um aspecto que necessita de melhoria, relacionado ao Critério de Validade, e um critério que não foi contemplado no relatório objeto deste estudo, o relacionados aos custos da avaliação.

Portanto, o estudo mostrou que, de modo geral, o processo avaliativo realizado cumpriu sua missão de julgar se as atividades previstas no Programa foram adequadamente realizadas e, também, que os resultados alcançados foram aqueles esperados pelo contratante da avaliação, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

A leitura do Relatório meta-avaliado, além das demais pesquisas realizadas, demonstraram claramente a intencionalidade em se produzir uma avaliação possuidora de bons atributos metodológicos, cuja finalidade foi a de gerar melhorias em um importante programa de política pública social, patrocinada por aquele importante estado da federação brasileira.

Com isso, torna-se gratificante constatar que, no contexto brasileiro, a realização de avaliações das ações praticadas pelos órgãos públicos do país vem se tornando uma eficiente ferramenta para a sociedade aferir com que nível de qualidade e responsabilização os recursos públicos são utilizados, no sentido de atenderem as necessidades sociais. Pois, é por meio dos processos avaliativos que se pode julgar a qualidade do gestor, tornando transparente sua atuação no trato das coisas públicas.

Finalizando, são apresentadas duas recomendações que poderão ser incorporadas nos próximos processos avaliativos

implementados pelo Núcleo de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Governo do Rio Grande do Sul:

- a. Realização de revisões bibliográfica ou documental mais completas que versem sobre todos os atores presentes no contexto da avaliação como indivíduos afetados pelos seus resultados. Esse aspecto se atendido de forma plena contribui para validar o processo avaliativo junto.
- b. Apresentar nos próximos relatórios informações relacionadas aos custos para realização do processo avaliativo. Esse aspecto contribui para demonstrar o nível de responsabilização, tanto dos contratantes da avaliação, quanto de seus executores.

A VALIDAÇÃO DA META AVALIAÇÃO REALIZADA

A temática abordada no Capítulo 7, meta-avaliação de um Relatório de avaliação de um programa social implementado no Estado do Rio Grande do Sul, o *Programa de Oportunidades e Direitos Socioeducativo*, tem a sua relevância justificada, principalmente, por três diferentes aspectos:

1. considerando o pensamento de Scriven (2018), ao afirmar uma meta-avaliação constitui ganhos consideráveis em termos da validade de uma avaliação, o estudo objetivou aferir o mérito da avaliação de um importante programa de política pública implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, Trabalho, Justiça e Direitos Humanos do RS, em parceria com organizações da sociedade civil do Estado, conferindo-lhe, com isso, maior visibilidade;

SUMÁRIO

2. ao trazer para um *locus* acadêmico uma discussão sobre o mérito de uma avaliação de um programa de políticas públicas, cria-se, na verdade, uma interessante e significativa interação entre dois importantes processos sociais, as práticas de ensino/aprendizagem e da cidadania; e,
3. segundo conceito formulado por Stufflebeam (1981) de que a premissa de uma avaliação requer que o próprio processo de avaliação seja avaliado, considera-se conferida à avaliação uma maior credibilidade.

Os textos dos capítulos foram elaborados por seus autores com uma linguagem clara, com frases justas à necessidade da expressão que se quis dar aos conceitos emitidos, evitando-se a ocorrências de ambiguidades. As partes encontram-se interligadas de forma lógica, possibilitando ao leitor um entendimento pleno de seus significados.

Nos aspectos referentes à apresentação da situação e dos objetivos do texto do capítulo, inicialmente foi elaborada uma introdução que problematizou o estudo discorrendo sobre seu andamento e o significado de cada uma de suas seções. Nesse roteiro, destaca-se a apresentação do programa avaliado com detalhes de seu propósito e implementação; detalhamento do relatório meta-avaliado; da metodologia norteadora da meta-avaliação; da exposição dos resultados, que foram acompanhados de análises de cada ponto considerado relevante do relatório meta-avaliado; e, da apresentação das considerações finais com as atinentes sugestões, organizadas de acordo com a sequência das análises realizadas.

Quanto à adequação da fundamentação teórica/conceitual ao estudo, houve a preocupação dos autores em se considerar diferentes olhares sobre as práticas de políticas públicas, avaliação e meta-avaliação, considerando especialistas clássicos e atuais de cada um dos assuntos abordados em seus capítulos. Na problematização

SUMÁRIO

do estudo, iniciada por meio de uma abordagem sobre as políticas públicas como campo de estudo acadêmico, foram citados autores que introduziram esse tema nos contextos universitários, além de outros que deram sequência a estudos dessa natureza. Seguiu-se fundamentando, de forma clara, os pensamentos formulados sobre avaliação, meta-avaliação e, em uma exposição voltada para os aspectos legais, foram apresentados dados e informações sobre o programa avaliado no relatório e sobre o relatório propriamente dito.

No que se refere à metodologia contemplada para nortear o estudo, houve a preocupação em se apresentar os critérios estipulados por Davidson (2005) para se aferir uma avaliação de qualidade. Todos os critérios foram expostos com suas definições sustentadas nos textos de sua própria autora. Foram, também, colocados os critérios de valoração daquilo que se julgava, da mesma forma, seguindo o estabelecido por Davidson. Ao seu final, nesse capítulo sobre a metodologia, foi abordado o aspecto qualitativo/subjetivo dos julgamentos formulados, quando foi alertado que todo juízo de valor emitido, e possuindo essa natureza, encontra-se sujeito a discussões e possíveis contrapontos.

Os resultados e as análises a eles referentes foram elaborados, simultaneamente, neste estudo, como gêmeos fraternos, ou seja, mesmo com representações diferentes, foram gerados ao mesmo tempo, de forma que o leitor, concomitantemente, conhecia o resultado e seu exame crítico, de acordo com o olhar dos autores do estudo. Ainda, cabe aqui salientar que, antes mesmo de cada resultado, foi apresentada uma breve fundamentação teórica sobre o que se procurou elucidar em cada ponto considerado no estudo.

Ao final do capítulo são apresentadas as considerações finais do estudo realizado. Nessa parte, procurou-se expor uma síntese do que se pretendeu atingir na meta-avaliação realizada. Procurou-se, também, apresentar, em uma visão *lato*, a essência do significado

SUMÁRIO

do objeto avaliado, reportando a importância de sua elaboração e significado como uma ação que contribui para o aperfeiçoamento de uma relevante política pública financiada pelo Governo de um dos estados mais importantes do país.

A avaliação de uma política pública social, via de regra, é a última fase do ciclo do processo de desenvolvimento da própria política, considerando determinado campo de atuação social. A partir da avaliação, a política se aperfeiçoa, pois, por meio dos insumos gerados por ela, a sua atuação social é também aprimorada, de forma a que seus resultados passam a ter maior potencialidade em gerar valor para todos os indivíduos por eles afetados. Ou seja, a avaliação encontra-se intimamente ligada à ideia de que a melhoria da qualidade dos serviços ofertados pela administração pública é, também, dela dependente.

Por outro lado, são inúmeros os autores que afirmam que toda avaliação também necessita ser avaliada, pois uma avaliação mal planejada, ou conduzida, pode gerar mais malefícios que benefícios (SCRIVEN, 2018; STUFFLEBEAM, 1981; ELLIOT, 2011; DAVIDSON, 2005). Dessa forma, os resultados desse estudo, suas análises e demais considerações, precisam, certamente, serem colocados em pauta, por meio de discussões sobre sua qualidade, seguindo um ciclo que deve durar enquanto a política avaliada durar.

Cabe aqui citar que no caso específico do processo avaliativo meta-avaliado nesse capítulo, os resultados apontaram para uma avaliação de boa qualidade. No entanto, foram abordados dois pontos que necessitam de ajustes na metodologia utilizada pelo órgão avaliador, autor do relatório objeto deste estudo. Esse fato, não representa que a meta-avaliação foi infrutífera na geração de sugestões. Todos os comentários feitos nas análises dos resultados, em sua maioria absoluta corroborando o pensamento dos avaliadores

no trato de diferentes aspectos da avaliação, também possuem o valor de mostrar que eles estão no caminho certo.

No entanto, foi demonstrado nas considerações finais do estudo que os autores do relatório devem continuar a pensar novos caminhos a serem seguidos no futuro, em futuras avaliações, pois os processos de melhoria acompanham o ciclo da política, tendo o dever de se mostrar infinito enquanto a política durar.

Por fim, cabe se ressaltar que o título do capítulo é adequado e esclarecedor em relação ao conteúdo do estudo. É prudente, também destacar que o trabalho apresentou como referências bibliográficas e documentais um compêndio de trabalhos e instrumentos legais totalmente pertinentes com o tema focalizado, o que fundamentou de forma adequada todo o seu conteúdo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 dez. 2019.

DAVIDSON, E. J. *Evaluation methodology basics*. Thousands Oaks, CA: Sage, 2005.

ELLIOT, Lúcia Gomes. Meta-avaliação: das abordagens às possibilidades de aplicação. *Ensaio: aval. pol. públ. educ.*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 73, p. 941-964, out./dez. 2011.

FERREIRA, Flávio Fernandes; OLIVEIRA, Mônica Marques de; AGUIAR, Glauco da Silva. O Relatório de Avaliação Externa do Programa Voluntariado do Instituto C&A: um estudo avaliativo. *Meta: avaliação*, Rio de Janeiro, edição especial nº 2, p. 43-61, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. 2019. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/historico-do-saeb>. Acesso em: 01 abr. 2019

SUMÁRIO

NANNI, Giovanni; FILHO, Jose Camilo dos Santos. Importância da Avaliação das Políticas Públicas Educacionais. Instrumento: *Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 125-138, jun. 2016.

POD. Programa de Oportunidades e Direitos. *O que é*. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://pod.rs.gov.br/quem-somos>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº13.122, de 09 de janeiro de 2009. Institui o Programa RS Socioeducativo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/FileRepository/repLegisComp/Lei%20n%C2%BA%2013.122.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. Lei nº 14.228, de 15 de abril de 2013. Introduz modificações na Lei

nº 13.122, de 09 de janeiro de 2009, que institui o Programa RS Socioeducativo. Disponível em: <https://gcpstorage.caxias.rs.gov.br/documents/2018/02/00ce677d-9d37-432a-adc7-af35b49a95e4.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

RIO GRANDE DO SUL. *Avaliação de Impacto do Programa de Oportunidades e Direitos (POD) Socioeducativo*. Relatório Técnico. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2018.

SCRIVEN, Michael. *Evaluation thesaurus*. 4. ed. Newbury Park, CA: Sage, 1991. Disponível em: http://books.google.co.nz/books/about/Evaluation_Thesaurus.html?id=koL0Fs_ZSvQC. Acesso em: 10 fev. 2020.

SCRIVEN, Michael. *Avaliação: um guia de conceitos*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2018.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. *Avaliação de Políticas Públicas*. Programas e Projetos. Rio Grande do Sul, 2020. Disponível em: <https://planejamento.rs.gov.br/relatorios-das-avaliacoes-de-politicas-publicas>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SOUZA, Celina. *Políticas Públicas: uma revisão de literatura*. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2020.

STUFFLEBEAM, D. L. Metaevaluation concepts, standards and uses. In BERK, R.A. *Educational evaluation methodology: the state of the art*. Baltimore/ London: The Johns Hopkins University Press, 1981.

STUFFLEBEAM, D. L. The metaevaluation imperative. *American Journal of Evaluation*, Thousand Oaks, v. 22, n. 2, p.183-209, 2001.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James L.; FITZPATRICK, Jody R. *Avaliação de Programas: concepções e práticas*. São Paulo: Ed. Gente, 2004.

SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES E AS AUTORAS

AGUIAR, Glauco da Silva

Doutor em Educação (2008) e Mestrado em Educação, PUC-Rio (2001). Graduado em Licenciatura Plena em Matemática, UERJ (1991). Professor Adjunto do Mestrado Profissional em Avaliação (2014- ...) e Coordenador do Curso Superior de Tecnologia em Gestão da Avaliação da Faculdade Cesgranrio. Foi membro da diretoria da Sociedade Brasileira de Educação Matemática - SBEM-RJ e integra o GT Avaliação e Educação Matemática da SBEM. Desenvolve trabalhos e pesquisas na área de Educação, Educação Matemática e Estatística, com ênfase em Avaliação de Sistemas e Programas Educacionais, Currículo de Matemática e Desigualdades Educacionais.

E-mail: glaucoaguilar@cesgranrio.org.br

ALFRADIQUE, Lorena Moreira Sigiliano

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu em Auditoria, Gestão da Qualidade e Vigilância Sanitária na Cadeia Industrial: Produção, Operações Logísticas e Vigilância Pós-Uso pelo Instituto Racine (2016). Graduada em Farmácia, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013).

E-mail: lorena_sigiliano@yahoo.com.br

AMORIM, Michelle Ribeiro Lage de

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu em Gestão Pública, Universidade Cândido Mendes (2015). Graduada em Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013). Assistente em Administração da UFRJ. Chefe de Gabinete do Instituto de História da UFRJ.

E-mail: michellerla@gmail.com

ARAUJO, Nayanna Moreno Miranda

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Pós-graduanda em Gerenciamento de Projetos (2020-2021), MBA em Gerenciamento de Projetos, Fundação Getúlio Vargas. Especialização lato sensu em Auditoria em Serviços de Saúde, Faculdade Israelita de Ciências da Saúde Albert Einstein (2016). Especialização lato sensu em Enfermagem do Trabalho, Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública (2011). Graduação em Enfermagem, Universidade Estadual de Santa Cruz (2010).

E-mail: nay_anna@hotmail.com

SUMÁRIO

BARREIRO, Simone Teixeira

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Graduada em Administração, Universidade Estácio de Sá (2013). Auditor Interno do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008 - BSI Brasil Sistemas de Gestão, BSI, Brasil (2010). Assistente em Administração da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: tb.simone@gmail.com

BARROS, Laura Ferreira do Rego

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Graduada em Letras – Inglês, Universidade Estácio de Sá (2020). Graduada em Gestão da Avaliação, Faculdade Cesgranrio (2018). Assistente de Produção Editorial da Revista Meta: Avaliação, Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio.
E-mail: laura@cesgranrio.org.br

ELLIOT, Ligia Gomes

Ph D em Educação/Avaliação (1980) e Mestrado em Estudos Latino Americanos (1979), Universidade da Califórnia, Los Angeles. Mestrado em Educação, UFRJ (1976). Pesquisas de Pós-Doutorado em Avaliação, apoio CNPq (1981-1983; 1983-1985). Graduada em Ciências Sociais, UERJ (1969). Prof^a Visitante (1981-1984) e Prof^a Adjunta da Faculdade de Educação, UFRJ (1984-1995); Subdiretora Adjunta de Ensino para Graduados (1990-1993), Coord. Programa de PG em Educação, UFRJ (até 1995). Pesquisadora e avaliadora da Fundação Cesgranrio (1997-). Coord. Mestrado Profissional em Avaliação, Cesgranrio (2007-).
E-mail: ligiaelliot@yahoo.com.br

FERNANDES, Leandro da Silva

Mestrando em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu Gestão em Administração Pública, UFF (2016) e Educação Física Escolar, Centro Universitário Augusto Motta (2008). Graduação em Educação Física/Licenciatura e Bacharelado pelo Centro Universitário Augusto Motta (2006). Graduação em Segurança Pública, UFF (2019). Técnico Desportivo na UNIRIO. Membro do Núcleo de Avaliação e Acompanhamento da Política de Permanência e Assistência Estudantil da UFRJ. Membro da Comissão de Esportes da UFRJ.
E-mail: lsfernandes82@gmail.com; leandros_fernandes@yahoo.com.br

SUMÁRIO

GARCIA, Andrea Göpfert

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Graduada em Logística pela Universidade Estácio de Sá (2013). Coordenadora do Concurso de Admissão de Alunos do Colégio de Aplicação da UFRJ desde 1998. Assistente da Direção Adjunta de Ensino do CAp-UFRJ desde 2016.

E-mail: andreagogarcia@gmail.com

MANHÃES, Renata da Silva Lemos

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz (2012). Graduada em Biblioteconomia e Documentação, UFF (2010).

E-mail: renatalemos@id.uff.br

ORLANDO FILHO, Ovidio

Doutor em Ciências da Educação, Universidade do Minho, Portugal (2014). Mestre em Administração e Desenvolvimento Empresarial, Universidade Estácio de Sá (2005). Especialização lato sensu em Análise de Sistemas e Processamento de Dados (1992) e em Organização e Métodos (1993), Centro de Instrução Almirante Newton Braga. Aperfeiçoamento em Eletrônica, Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (1993). Graduado em Engenharia Operacional Eletrônica, Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (1976). Professor Adjunto, Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio (2015-).

E-mail: ovidio@cesgranrio.org.br

PERDIGÃO, Elaine Rodrigues

Doutora em Ciências Sociais, PUC-Rio (2015). Mestre em Antropologia Social (2010) e Graduada em Ciências Sociais, UFF (2008). Professora Adjunta do Mestrado em Avaliação da Faculdade Cesgranrio, atuando nas disciplinas de Avaliação Qualitativa e de Técnica e Método de Investigação Social. Membro externo da Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj, atuando nos projetos de atualização para professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. Especialista em planejamento didático e gestão de cursos na modalidade a distância.

E-mail: elaineperdigao@cesgranrio.org.br

SUMÁRIO

SALES, Glaucilene Mariano

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Faculdade Cesgranrio. Especialização em Gestão Eletrônica de Documentos, Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM, 2011). Graduação em Biblioteconomia, UNIRIO (2004). Atua como Bibliotecária Documentalista na UFRJ, Biblioteca da Matemática (2012-). Exerce o processamento técnico dos periódicos científicos na área da matemática. Experiência em Processos Técnicos e Serviço de Informação e Disseminação da Informação. Atuou como Bibliotecária na UNIGRANRIO (2007-2012), na FABEC, 2006-2007) e no Colégio da Imaculada Conceição (2004-2006).

E-mail: saleslene@gmail.com

SANTOS, Moyza Teixeira de Oliveira dos

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu em Inspeção Escolar e Orientação Educacional, Universidade Cândido Mendes (2017). Graduada em Pedagogia – Licenciatura, UNIRIO (2015). Pedagoga na UNIRIO. Experiência na área administrativa da Educação Superior, com ênfase em análise de Projetos Pedagógicos dos Cursos da Graduação, e execução de ações inerentes a Acordos Internacionais de Cooperação Técnica.

E-mail: moyza.santos@unirio.br

SANTOS, Olivia Meireles Ribeiro dos

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu em Administração Pública, Universidade Estácio de Sá (2018). Graduada em Comunicação Social, Faculdades Integradas Hélio Alonso (2007). Técnico-administrativa da UFRJ.

E-mail: oliviamrs@yahoo.com.br

TAVARES, Tathiana Teixeira

Mestranda em Avaliação (2019-2021), Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio. Especialização lato sensu em Gestão de Recursos Humanos, Universidade Cândido Mendes (2010). Graduada em Nutrição, UNIRIO (2005). Diretora de Desenvolvimento de Pessoas na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UNIRIO.

E-mail: tathiana.teixeira@unirio.br

SUMÁRIO

VILARINHO, Lúcia Regina Goulart

Doutora (1987) e Mestre em Educação (1976), UFRJ. Graduada em Pedagogia, PUC-Rio (1964). Profª Adjunta da Faculdade de Educação, UFRJ (1972-1994), Dep. de Didática. Coordenadora do Curso de Pedagogia (1985-1989) e Diretora Adjunta de Graduação (1990-1993). Profª Adjunta da Universidade Estácio de Sá, Programa de Pós-Graduação em Educação (2000-fev.2014). Profª Adjunta do Mestrado Profissional em Avaliação, Faculdade Cesgranrio (2014-).

E-mail: luciagvilarinho@gmail.com

SUMÁRIO

ÍNDICE REMISSIVO

A

ações 17, 20, 22, 28, 46, 49, 85, 86, 94,
95, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 121, 122,
123, 128, 129, 130, 133, 137, 138, 172,
178, 179, 194, 195, 200, 211
administração 36, 40, 46, 72, 178, 179, 204
administração pública 46, 72, 178, 179, 204
adultos 62, 63, 75, 76, 98, 181
Análise 27, 46, 74, 210
atendimento 14, 27, 30, 33, 36, 59, 63, 69,
73, 74, 86, 105, 106, 108, 109, 110, 111,
128, 148, 153, 154, 157, 158, 159, 163,
169, 170, 182, 187, 188, 194, 196

B

baixa renda 49, 50, 52, 59, 60, 61, 62, 63,
65, 71
brasileiro 14, 110, 121, 122, 130, 136,
137, 200

C

características 19, 63, 73, 75, 80, 90, 110,
122, 130, 146, 172, 175
Caracterização 48, 72
científico 19, 31, 38
cliente 25, 53, 84, 186
conceito 16, 18, 23, 38, 39, 41, 48, 62,
67, 88, 117, 128, 129, 130, 131, 140, 147,
165, 202
conclusões 16, 17, 25, 27, 28, 48, 52, 74,
92, 98, 111, 118, 140, 150, 160, 161, 166,
167, 170, 173, 186, 187, 188, 190, 191,
193, 194
Conduta 25, 31, 35, 36, 187, 188, 196, 199
conhecimentos 11, 40, 47, 49, 61, 75, 80,
81, 119, 138, 147, 172, 174, 188, 197
controle 19, 50, 57, 60, 64, 66, 121, 122,
128, 129, 160, 163, 164, 166, 167, 175,
178, 184, 185

Credibilidade 25, 32, 35, 36, 152, 154, 160,
187, 188, 196, 197, 199
crescimento 50, 72, 102
critério 25, 26, 27, 30, 31, 32, 34, 35, 36,
39, 40, 66, 91, 152, 184, 189, 190, 195,
196, 198, 200
cultural 25, 31, 32, 54, 85, 86, 89, 90, 93,
104, 120, 121, 122, 130, 131, 137, 141,
143, 157, 181, 187
Custos 25, 34, 35, 56, 65, 68, 71, 125,
127, 131, 134, 187, 198, 199

D

decisões 11, 16, 19, 30, 31, 37, 45, 48, 80,
92, 103, 118, 146, 150, 159, 161, 162, 172,
173, 178, 187, 188, 195, 196, 199
desenvolvimento 14, 17, 19, 23, 31, 37, 38,
39, 46, 54, 55, 59, 61, 63, 65, 66, 80, 83,
84, 86, 90, 97, 110, 120, 130, 139, 146,
151, 157, 164, 165, 172, 173, 186, 194,
196, 204
desenvolvimento científico 19, 31, 38
direitos 14, 172, 181
diretrizes 59, 82, 89, 90, 91, 92, 101, 107,
108, 111, 114, 141, 143, 176, 178
discussões 11, 92, 125, 189, 203, 204

E

educação 14, 41, 42, 48, 72, 76, 77, 82,
83, 86, 143, 164, 172, 176, 182, 191, 194
educação financeira 48, 72
efetividade 15, 21, 23, 36, 38, 43, 80, 139, 180
estudo 13, 14, 15, 16, 18, 19, 23, 24, 26,
27, 35, 37, 38, 39, 40, 42, 44, 45, 46, 47,
48, 51, 52, 58, 68, 69, 71, 72, 73, 74, 75,
81, 82, 83, 84, 86, 91, 105, 108, 110, 111,
112, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 127,
128, 135, 137, 138, 139, 140, 142, 143,
144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153,

SUMÁRIO

154, 161, 162, 167, 170, 171, 172, 173,
174, 176, 177, 179, 180, 183, 186, 187,
188, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197,
199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

estudo meta-avaliativo 13, 19, 23, 26, 37,
42, 44, 51, 72, 75, 82, 86, 110, 120, 122,
123, 124, 143, 144, 148, 176, 177, 180,
186, 188

Etapas 185

ética 18, 25, 47, 81, 89, 105, 118, 119,
186, 196

G

gestores 11, 48, 84, 110, 146, 149, 170
Governo 41, 46, 48, 71, 76, 120, 123, 132,
133, 135, 136, 137, 140, 141, 142, 183,
192, 196, 197, 200, 201, 204

I

impacto 18, 22, 24, 29, 31, 36, 49, 51, 58,
59, 60, 62, 64, 65, 67, 77, 88, 94, 95, 96,
97, 99, 154, 155, 157, 160, 161, 162, 163,
164, 167, 175, 180, 183, 184, 186, 191,
192, 193, 195, 200

impactos 19, 20, 21, 22, 23, 29, 31, 33, 54,
80, 95, 101, 127, 145, 146, 148, 149, 154,
155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162,
163, 164, 165, 167, 168, 169, 170, 171,
174, 176, 199

impacto social 60, 77, 95, 164

importância 16, 38, 40, 46, 71, 73, 74, 87,
109, 117, 120, 132, 137, 138, 142, 171,
174, 179, 204

Indicadores 59, 188

interdisciplinaridade 11

M

mecanismos 159, 178

medida 20, 32, 64, 79, 83, 107, 110, 111,
112, 120, 181, 182, 184, 195, 197

meta-avaliação 16, 17, 18, 23, 24, 26, 27,
28, 34, 35, 36, 39, 40, 41, 42, 47, 48, 51,
58, 67, 68, 69, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 83,
90, 91, 92, 103, 108, 109, 110, 111, 112,
116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 128,
133, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142,
143, 144, 147, 148, 151, 152, 153, 176,
180, 186, 187, 189, 191, 198, 200, 201,
202, 203, 204

meta-avaliativo 13, 19, 23, 26, 37, 38, 42,
44, 47, 51, 71, 72, 75, 81, 82, 86, 110, 112,
120, 122, 123, 124, 143, 144, 148, 176,
177, 180, 186, 188, 199

método 17, 18, 40, 84, 120, 128, 163,
166, 185

Metodologia 20, 24, 51, 52, 53, 60, 61, 68,
69, 88, 96, 97, 106, 124, 125, 126, 129,
134, 150, 156, 166, 186

modelos 41, 120, 147, 164, 165, 170,
174, 178

N

necessidades 14, 27, 30, 36, 50, 55, 90,
93, 94, 101, 103, 109, 150, 154, 155, 156,
159, 168, 170, 178, 200

O

objetivos 14, 19, 20, 22, 39, 47, 49, 54, 55,
72, 73, 130, 146, 147, 156, 173, 174, 179,
180, 183, 184, 192, 202

objeto 16, 18, 19, 23, 24, 32, 39, 40, 45,
46, 48, 51, 58, 72, 73, 80, 84, 86, 90, 92,
93, 94, 95, 100, 101, 104, 106, 109, 110,
116, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 126,
127, 131, 133, 137, 138, 139, 146, 148,
152, 154, 156, 172, 179, 183, 187, 189,
190, 199, 200, 204

oportunidades 19, 148, 171, 182

organizações 11, 14, 16, 48, 52, 53, 80, 84,
86, 178, 181, 201

órgãos 11, 48, 71, 136, 196, 200

SUMÁRIO

P

pareamento 64, 175, 185, 193
patrimônio 120, 121, 122, 129, 130, 131, 135, 137, 139, 141, 143
patrimônio cultural 120, 121, 122, 130, 131, 137, 141, 143
planos 19, 85, 137, 178
política 15, 40, 45, 46, 47, 48, 59, 67, 72, 80, 117, 146, 147, 175, 178, 179, 181, 182, 200, 201, 204, 205
políticas 14, 15, 16, 21, 23, 38, 41, 42, 43, 45, 46, 48, 52, 54, 61, 70, 72, 74, 76, 80, 84, 85, 110, 112, 117, 118, 119, 130, 132, 136, 141, 142, 143, 146, 147, 172, 175, 176, 178, 179, 182, 183, 194, 202, 203
políticas públicas 14, 15, 21, 38, 42, 43, 45, 46, 72, 74, 76, 80, 110, 112, 117, 118, 132, 136, 142, 143, 146, 147, 172, 175, 176, 178, 179, 182, 183, 202, 203
preservação 130, 131, 135, 137, 141, 143
programa 17, 32, 36, 42, 45, 46, 48, 50, 51, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 72, 75, 76, 80, 81, 82, 86, 87, 88, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 102, 103, 105, 109, 113, 121, 123, 126, 127, 129, 130, 133, 135, 136, 143, 172, 175, 176, 178, 179, 180, 182, 190, 191, 192, 195, 197, 199, 200, 201, 202, 203
programas sociais 11, 60, 64, 109, 110, 112, 113, 114, 175, 179
projetos 14, 15, 16, 19, 20, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 38, 43, 75, 76, 80, 84, 88, 117, 130, 146, 154, 163, 175, 178, 179, 199, 210
propensão 184, 185, 192
públicos 15, 25, 33, 45, 46, 50, 61, 80, 85, 97, 102, 126, 129, 135, 136, 139, 141, 159, 178, 186, 192, 200

Q

qualidade 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 24, 25, 26, 27, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 45, 46, 49, 52, 57, 64, 69, 71, 74, 75, 79, 80, 81, 82, 86, 88, 89, 92, 93, 98, 100, 105, 107, 110, 112, 113, 117, 118, 119, 120, 123, 124, 138, 139, 146, 147, 148, 150, 152, 173, 178, 179, 180, 182, 186, 187, 199, 200, 203, 204

R

relatório 15, 16, 17, 18, 20, 21, 22, 23, 24, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 36, 40, 42, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 81, 86, 87, 88, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 103, 104, 105, 107, 109, 113, 120, 122, 123, 124, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 176, 180, 194, 200, 202, 203, 204, 205
Relatório de avaliação 36, 52, 65, 66, 110, 123, 143, 145, 171, 180, 201
renda 49, 50, 52, 60, 61, 62, 63, 65, 71, 75
Resultados 21, 27, 55, 58, 65, 68, 69, 74, 92, 101, 103, 104, 106, 111, 125, 127, 128, 129, 131, 132, 134, 153, 154, 161, 199

S

social 18, 38, 45, 47, 48, 49, 51, 56, 60, 72, 75, 76, 77, 81, 84, 85, 86, 89, 90, 93, 95, 100, 109, 112, 117, 121, 130, 146, 149, 156, 157, 164, 166, 171, 174, 176, 181, 182, 190, 200, 201, 204
socioeducativo 182
sustentabilidade 21, 22, 23, 29, 31, 33, 174

T

tecnológico 19, 31, 38

SUMÁRIO

U

Utilidade 25, 30, 35, 36, 83, 89, 90, 92,
101, 105, 106, 107, 111, 128, 148, 150,
151, 152, 153, 154, 160, 170, 173, 174,
187, 188, 195, 199

V

validação 37
Validade 25, 27, 35, 36, 187, 188, 189,
190, 199, 200

www.pimentacultural.com

ESTUDOS META AVALIATIVOS

aplicações
metodológicas